

Mestrado e Doutorado em Saúde Pública

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL

“Gestão dos Recursos Financeiros da Pós-Graduação Stricto Sensu da ENSP em Prol da Manutenção e Melhoria da Qualidade do Programa de Saúde Pública”

André Souza dos Santos



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
ENSP



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Gestão dos Recursos Financeiros da Pós-Graduação Stricto Sensu da ENSP em Prol da Manutenção e Melhoria da Qualidade do Programa de Saúde Pública”

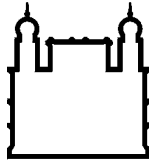
por

André Souza dos Santos

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre
Modalidade Profissional em Saúde Pública.*

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Virginia Alonso Hortale

Rio de Janeiro, dezembro de 2007.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Esta dissertação, intitulada

“Gestão dos Recursos Financeiros da Pós-Graduação Stricto Sensu da ENSP em Prol da Manutenção e Melhoria da Qualidade do Programa de Saúde Pública”

apresentada por

André Souza dos Santos

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Milton Ozório Moraes

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Rodrigues Guilam

Prof.^a Dr.^a Virginia Alonso Hortale – Orientadora

Catálogo na fonte

**Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/Fiocruz
Biblioteca de Saúde Pública**

S237g Santos, André Souza dos.

Gestão dos recursos financeiros da Pós-Graduação Stricto Sensu da ENSP em prol da manutenção e melhoria da qualidade do Programa de Saúde Pública / André Souza dos Santos. -- Rio de Janeiro: s. n., 2007.
x, 90 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Hortale, Virginia Alonso
Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2007.

1. Planejamento Estratégico. 2. Administração Financeira. 3. Educação de Pós-Graduação – Organização & Administração. 4. Gestão de Qualidade Total. 5. Academias e Institutos. 6. Saúde Pública. I.Título.

CDD - 20.ed. – 301.31

“O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. Os portadores desses recursos são as pessoas.”

Peter Drucker

“Tentar fazer o futuro acontecer é arriscado; mas é uma atividade racional. E é menos arriscado do que continuar a trajetória com a confortável convicção de que nada vai mudar... O propósito da tarefa de construir o futuro não é decidir o que deve ser feito amanhã, mas o que deve ser feito hoje, para que haja um amanhã... Impor ao futuro, que ainda não nasceu, uma nova idéia que tenda a dar uma direção e um formato ao que está por vir. Isso poderia ser chamado de fazer o futuro acontecer.”

Peter Drucker

A
Deus,
pela minha vida e por tudo o que sou.

A
Cláudia, minha esposa amada,
pelo amor e pela incansável dedicação e paciência em todos os momentos.

A
Nathalia, minha filha querida,
por existir em minha vida e por seu amor incondicional, mesmo sem perceber,
demonstrado nas suas pequenas cobranças por mais atenção.

Agradecimentos

Para a realização desta dissertação a contribuição de algumas pessoas foi imprescindível, cada qual de uma forma e em um ou mais momentos específicos, sem as quais talvez nem fosse possível realizá-la.

É com enorme prazer que expresso aqui meu reconhecimento a todos que de alguma forma participaram e compartilharam deste esforço, em particular:

Aos meus pais, pela vida, pela dedicação e educação que me proporcionaram e pelo amor que sentem por mim.

Aos meus irmãos, sobrinhos, afilhados, primos, sogrinhos, cunhados, tios e a todos os meus grandes amigos, que mesmo sem laços sanguíneos são considerados irmãos.

À professora Virginia Hortale, pela amizade e por me mostrar a arte de ensinar e orientar, para a reflexão e superação de meus limites.

Aos professores Cristina Guilam e Milton Moraes, pela disponibilidade e sinceras e imprescindíveis contribuições proporcionadas como membros da banca de defesa.

Aos professores Elizabeth Artmann e José Maldonado, pela enorme contribuição prestada como membros da banca de qualificação.

Aos professores Aduino Araújo, Carlos Machado e Silvana Granado pelo incentivo e indispensável colaboração na elaboração do projeto inicial ('pontapé inicial'), e às professoras Elizabeth Artmann e Cristina Guilam pelo apoio e colaboração no prosseguimento e finalização do trabalho. Cada qual esteve à frente da Chefia da Pós-Graduação durante algum momento da realização deste trabalho; agradeço a todos pelo constante e imediato atendimento de minhas demandas ao longo do período.

À Coordenação do Curso de MP de Gestão de C&T em Saúde, professores Carlos Gadelha, José Maldonado e Cristiane Quental, além de todos os professores do curso, que contribuíram para a nossa formação e, particularmente, para a minha transformação como profissional e como pessoa.

Aos eternos amigos e companheiros de trabalho Morgana de Mello, Joselmo Leal e Alex Silva, que desde o início participaram ativamente me incentivando e torcendo por mim. Agradeço, também, às grandes colegas Adalia Figueiredo, Régis Carvalho e Viviane Deberge, que se incorporaram a este grupo já durante a realização do trabalho, mas que juntamente com os demais permitiram a minha ausência, quando necessária, respeitando sempre a importância de cada momento.

Aos professores Carlos Otávio F. Moreira e Marília Mansur, pela disposição para lerem e opinarem sobre o projeto.

Aos amigos e companheiros do SECA, especialmente Eduardo Pinto, Jordânia Costa, Fabio Balbino e Viviane Deberge (atualmente na Pós-Graduação), e Rose Silva, da CGPG-Fiocruz, pela pronta atenção constantemente dispensada, o apoio e a disponibilidade para fornecerem todos os dados e informações que foram essenciais para mim.

À Cecília Gomes, eterna e grande amiga presente desde os tempos da faculdade, quando ingressei na Fiocruz, por seu incentivo e grande torcida.

À Elisabete Dorighetto, minha dinda, pela amizade incondicional, pelas trocas de experiências em todos os momentos do curso e, mais do que tudo, pelo impulso, mesmo que despercebido, para o meu reencontro com Deus.

Um agradecimento especial a todos os companheiros da turma de Mestrado Profissional, pelas experiências trocadas, angústias e alegrias, expectativas e temores, compartilhados ao longo do curso, com a perspectiva da realização de um sonho comum.

À Ruth, do DEFIN/DIRAD, pela atenção, carinho e gentileza em todos os momentos em que precisei coletar informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.

A todos, de modo geral, que acompanharam este processo, estiveram presentes em algum momento e que torceram e torcem por mim. Obrigado!

Resumo

O presente trabalho consiste em uma investigação de formas mais adequadas para a gestão estratégica dos recursos financeiros como forma de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde Pública (PPGSS-SP/Ensp).

Foi elaborado e desenvolvido por meio de consultas bibliográficas e na internet, com a abordagem de alguns autores como Mintzberg, Vargas, Freeman, Hortale e Maldonado, entre outros, além de vários documentos elaborados pela CAPES relacionados ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Foram identificados alguns indicadores de desempenho que podem ser úteis em um processo de auto-avaliação dos programas de pós-graduação, de modo geral, ou aperfeiçoados para serem utilizados também nas trienais realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Foram também identificados, virtualmente (WEB), alguns dos principais sistemas de custo conhecidos no mercado, além do Projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP), desenvolvido e implantado no âmbito da Secretaria de Fazenda do estado da Bahia. Foi discutida a pertinência e a importância que a utilização deste sistema pode representar para o processo de gestão, desde o processo decisório à efetiva utilização dos recursos financeiros, especificamente para um programa pertencente a uma instituição atuante da área de Ciência e Tecnologia em Saúde, como é o caso da Fundação Oswaldo Cruz, incluindo-se a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Para a verificação da compatibilidade e efetividade do ACP foi realizado também um teste-piloto com planilhas criadas na base do Microsoft Office Excel e utilizando-se dados do exercício financeiro do próprio PPGSS-SP/Ensp relativos a 2006, bem como foram criados outros eventos com a finalidade de esgotar algumas das possibilidades na utilização do sistema.

Abstract

This study explore several more adequate forms of strategic management of financial resources as a way of contributing to the improvement of teaching quality in the Graduate Studies Program in Public Health at the Sergio Arouca National School of Public Health, Oswaldo Cruz Foundation (ENSP-FIOCRUZ), in Rio de Janeiro, Brazil.

The study was designed and developed through literature and Internet searches, consulting such authors as Mintzberg, Vargas, Freeman, Hortale, and Maldonado, among others, in addition to documents produced by CAPES related to the evaluation of graduate studies (Master's and PhD programs).

Several potentially useful performance indicators were identified for the self-evaluation process of graduate studies programs, either in a more general sense or after tailoring the indicators for use in triennial evaluations conducted by the Coordinating Agency for Graduate Studies Programs (CAPES).

The Internet was also used for the virtual identification of some of the principal cost systems on the market, in addition to the Public Cost Appropriations Project (ACP), developed and implemented by the State Secretariat of Finance in Bahia, Brazil. The study discusses the pertinence and importance of using this system for the management process, from decision-making to the actual application of the financial resources, specifically for a program in an institution working with Science and Technology in Health, namely the Oswaldo Cruz Foundation, which includes the Sergio Arouca National School of Public Health. To verify the compatibility and effectiveness of the ACP, a pilot test was performed with spreadsheets created in Microsoft Office Excel, using data for financial year 2006 from the ENSP Graduate Studies Program, besides creating other events with the purpose of exploring some of the possibilities for utilizing the system.

Índice

1. Introdução	01
1.1. Objetivos	02
1.1.1. Objetivo geral	02
1.1.2. Objetivos específicos	03
1.2. Contexto institucional	03
1.2.1. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	03
1.2.1.1. Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Plataforma Siga) ...	04
1.2.2. A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp)	05
1.2.2.1. Marcos históricos	05
1.2.2.2. Contexto atual	07
1.2.2.3. A Coordenação de Pós-Graduação da Ensp	08
1.2.2.4. O Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Saúde Pública (PPGSS-SP)	11
1.2.3. Gestão financeira da Fiocruz e da Ensp – panorama geral e do ensino	13
2. Metodologia	20
3. Revisão da literatura	25
3.1. Avaliação da qualidade	26
3.2. Projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP)	36
4. Resultados	58
4.1. Avaliação da qualidade	58
4.2. Projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP)	62
5. Discussão	71
5.1. Avaliação da Qualidade	71
5.2. Projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP)	75
6. Considerações Finais	78
7. Recomendações	81
8. Referências Bibliográficas	85
Anexo I – Teste-piloto – Projeto Apropriação de Custos Públicos – Modelo de duas dimensões	
Anexo II – Teste-piloto – Projeto Apropriação de Custos Públicos – Modelo de três dimensões	
Anexo III – Teste-piloto – Projeto Apropriação de Custos Públicos – Lista com a execução financeira dos recursos do tesouro referentes à Coordenação de Pós-Graduação da ENSP de 2006	
Anexo IV – Teste-piloto – Projeto Apropriação de Custos Públicos – Lista com a execução financeira dos recursos do PROAP referentes ao Programa de Saúde Pública da ENSP de 2006	

Índice de Tabelas

Tabela 1	Orçamentos aprovados e executados da Fiocruz – período 1998 a 2005	14
Tabela 2	Orçamentos aprovados e executados da Ensp – período 1998 a 2005	15
Tabela 3	Relação dos orçamentos realizados <i>versus</i> auxílio financeiro a estudantes – Ensp e Fiocruz – período 1998 a 2005	16
Tabela 4	Percentual de aplicação do orçamento executado pela Fiocruz em atividades relacionadas ao ensino – período 1998 a 2005	19
Tabela 5	Indicadores de desempenho – período 2004 a 2006	59
Tabela 6	Atuação do corpo docente no Programa de Saúde Pública – período 2004 a 2006	60
Tabela 7	Produção intelectual (bibliográfica e técnica) – período 2004 a 2006	61
Tabela 8	Disponibilidade de recursos indiretos do PPGSS-SP – período 2004 a 2006	64
Tabela 9	Disponibilidade de recursos diretos do PPGSS-SP – período 2004 a 2006	66
Tabela 10	Consolidado do ACP (modelo de duas dimensões) aplicado ao PPGSS-SP/Ensp referente ao ano de 2006.....	68

Índice de Gráficos

Gráfico 1	Total de recursos do Tesouro e Intragovernamentais da Fiocruz – período 1998 a 2005	14
Gráfico 2	Total de recursos do Tesouro + DA e outras fontes da Ensp – período 1998 a 2005	15
Gráfico 3	Valores destinados a auxílio financeiro a estudantes – Ensp e Fiocruz – período 1998 a 2005	16
Gráfico 4	Percentuais de auxílio financeiro a estudantes <i>versus</i> custeio e capital realizados – Ensp e Fiocruz – período 1998 a 2005	17
Gráfico 5	Curva de evolução do custeio e capital realizado <i>versus</i> auxílio financeiro a estudantes da Ensp – período 1998 a 2005	18
Gráfico 6	Curva de evolução do custeio e capital realizado <i>versus</i> auxílio financeiro a estudantes da Fiocruz – período 1998 a 2005	18
Gráfico 7	Evolução da participação discente na produção intelectual – período 2004 a 2006	62
Gráfico 8	Evolução dos recursos indiretos do PPGSS-SP – período 2004 a 2006	65

Índice de Figuras

Figura 1	Estrutura organizacional da Pós-Graduação da Ensp	10
Figura 2	Matriz do modelo de duas dimensões	56
Figura 3	Matriz do modelo de três dimensões	56

Índice de Quadros

Quadro 1	Demonstrativo dos recursos financeiros disponíveis do PPGSS-SP/Ensp	43
Quadro 2	Comparativo entre a Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia e do PPGSS-SP/Ensp para implantação do ACP	50

1. Introdução

Minha experiência com as práticas acadêmicas, rotinas de concessão de bolsas e demais atividades relacionadas ao cotidiano dos alunos, durante o período de realização do curso, foram a matéria-prima para a elaboração do presente estudo. Tal experiência foi adquirida a partir de 1997, quando estive lotado na Secretaria Acadêmica (Seca/Ensp), atualmente Serviço de Gestão Acadêmica (mantendo-se a mesma sigla), e seguidamente, quando ingressei, em 1999, na Coordenação de Ensino da Ensp, que abrangia tanto o ensino *lato sensu* quanto o *stricto sensu*. Em 2001, com a extinção da Coordenação de Ensino, criou-se a Coordenação de Escola de Governo, que absorveu todo o ensino *lato sensu*, e a Coordenação de Pós-Graduação assumiu os cursos *stricto sensu*, onde estou lotado desde então. Passei, a partir desse momento, a vivenciar de forma ainda mais abrangente e aprofundada as rotinas não só de financiamento de bolsas, mas de modo geral a tudo o que se refere à gestão dos cursos de mestrado e doutorado. Inclui-se aí, por exemplo, os gastos anuais relacionados ao processo de seleção, tais como: confecção de cartazes e *folders* para a divulgação desse mesmo processo, atualmente feito diretamente pela Coordenação de Comunicação Institucional (CCI/Ensp), por meio de licitação realizada com o intuito de abarcar todos os serviços gráficos demandados pela Escola; despesas com contratação de empresa especializada para a elaboração e aplicação das provas de inglês relativas ao processo seletivo dos cursos de mestrado e doutorado; e outras despesas relacionadas às atividades cotidianas, como prestação de serviço de encadernação das teses e dissertações, das quais um exemplar é destinado ao aluno e outro é doado ao acervo da Biblioteca Lincoln de Freitas Filho (Biblioteca da Ensp). Essas contratações a qual nos referimos são atualmente realizadas diretamente pelo Seca.

A experiência adquirida com a vivência de diversas situações ocorridas ao longo dos anos permite um processo de reflexão mais criterioso com relação às possibilidades e limitações no uso dos recursos financeiros, inclusive sobre a viabilidade de ampliação dos benefícios que estes representam, mesmo atrelados a regras específicas de utilização e a constantes mudanças na legislação.

A Fiocruz, e mais especificamente a Ensp, enquanto instituição de pesquisa e ensino, sem deixar de considerar as demais atividades por ela desenvolvidas para o cumprimento de sua missão, tem papel fundamental tanto no processo de produção do

conhecimento quanto no de disseminação de informação e conhecimento nos diversos campos da área de Ciência e Tecnologia em Saúde.

O ensino, na Ensp, sempre foi tratado de forma extremamente séria e criteriosa. E é com este mesmo senso de responsabilidade que devem ser analisadas as formas de avaliação de sua qualidade. Pensou-se, para a realização deste trabalho, na possibilidade de se estabelecer índices ou critérios que tomassem como base tanto a capacidade como a viabilidade de maior entrosamento com o corpo discente. Que pudesse aumentar a sua produção, de modo geral, por intermédio de incrementos quanto ao financiamento de mecanismos que potencializem a sua capacidade e que os estimulem a participar de forma mais ativa durante o período de permanência no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPGSS/Ensp).

Seguindo a mesma dialética, tentar-se-á pensar em uma forma de controle dos gastos efetuados pela Coordenação do PPGSS/Ensp, naqueles mais diretamente vinculados ao Programa de Saúde Pública, a fim de que se tenha maior conhecimento e clareza no tocante ao desenvolvimento das atividades da Coordenação.

A cada dia torna-se mais imperiosa a necessidade da gestão dos recursos públicos de forma transparente e eficiente, para atender às demandas de forma eficaz e efetiva (Gondim Filho, 2002). O intuito é o de contribuir para que o Programa de Saúde Pública possa se manter no patamar de excelência alcançado nas últimas avaliações da Capes (triênios 2001-2003 e 2004-2006), quando obteve o conceito 6, com a perspectiva de que possa alcançar o conceito 7 (conceito máximo) nas próximas avaliações. Somente a manutenção da nota 6 já constitui árdua tarefa e requer dedicação e muito trabalho de cada docente, de cada aluno, dos coordenadores (das subáreas e principalmente do Programa) e de todos os demais profissionais envolvidos nesse processo.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo geral

Investigar formas mais adequadas de gestão estratégica dos recursos financeiros disponíveis, as quais possam vir a contribuir para a melhoria da qualidade do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde Pública da Ensp.

1.1.2. Objetivos específicos

- Apresentar diferentes sistemas de controle de custos.
- Identificar indicadores de desempenho do corpo docente e discente na produção intelectual do Programa.
- Discutir a pertinência, importância e possibilidade de implantação do projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP), adaptado ao perfil da Coordenação de Pós-Graduação da Ensp.

1.2. Contexto institucional

1.2.1. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

A Fiocruz, instituição pública ligada ao Ministério da Saúde, tem como finalidade maior atender a demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), na busca de soluções para os problemas de saúde da população, tais como a promoção da saúde e o desenvolvimento social, e, ainda, a geração e difusão do conhecimento científico e tecnológico, por meio das diversas atividades desenvolvidas no âmbito de suas 14 Unidades Técnico-Científicas (Bio-Manguinhos, IciCT, COC, CPqAM, CPqGM, CPqLMD, CPqRR, Ensp, EPSJV, Far-Manguinhos, IFF, INCQS, IOC e Ipec), que cooperam mutuamente em várias dessas atividades. Conta, ainda, com quatro Unidades Técnico-Administrativas (Diplan, Dirac, Dirad e Direh), as quais permeiam todas as atividades finalísticas da Fundação, além de uma Unidade Técnica de Apoio (Cecal), que atende às pesquisas de laboratório que necessitam de animais.

O Congresso Interno, instância máxima de representação da Fiocruz, já com cinco edições realizadas (1º. em maio de 1988; 2º. em agosto de 1995; 3º. em agosto de 2000, 4º. em novembro de 2002; e 5º. em setembro de 2005), além das várias sessões extraordinárias ocorridas entre os Congressos ‘principais’, se reúne sempre com o compromisso de deliberar sobre os seguintes assuntos:

- estratégicos;
- sobre o Regimento Interno e propostas de alteração do Estatuto;
- e de assuntos de caráter estratégico para o rumo da instituição.

O Conselho Deliberativo, no qual tem acento o presidente da Fiocruz, os dirigentes das Unidades e um representante do corpo de funcionários, tem como tarefa viabilizar as decisões do Congresso Interno, além de discutir e aprovar programas e orçamentos anuais.

A Presidência é atualmente composta pelo próprio presidente do órgão e mais cinco Vice-Presidências: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; Desenvolvimento Institucional e Gestão do Trabalho; Ensino, Informação e Comunicação; Serviços de Referência e Ambiente; e Produção e Inovação em Saúde. Possui oito órgãos de assistência direta: Assessoria de Imprensa, Gabinete, Assessoria de Cooperação Internacional, Procuradoria Federal, Auditoria Interna, Diretoria Regional de Brasília, Coordenação de Gestão Tecnológica e Ouvidoria.

Desde a sua criação, em 25 de maio de 1900, batizada como Instituto Soroterápico Federal, a Fiocruz tem como missão combater os grandes problemas da saúde pública brasileira.

Nos últimos anos houve um considerável avanço tanto na formalização quanto no aperfeiçoamento das estruturas e processos no âmbito da Fiocruz. O que a coloca num patamar superior ao da maioria das instituições públicas no que tange à sua organização democrática e participativa, sendo seu Estatuto uma de suas mais importantes conquistas recentes.

Com o intuito de criar possibilidades de discussão quanto a grandes temas ou decisões estratégicas da Fiocruz, e ainda, propiciar maior capilaridade, harmonização e internalização a essas questões, já foram promovidas três reuniões do Coletivo de Dirigentes, órgão colegiado do qual participam todos os dirigentes da Fiocruz que ocupam cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS).

1.2.1.1. Sistema de Gerenciamento Acadêmico – Plataforma Siga

Com a finalidade de gerenciar as informações de ensino além de dar suporte à essas atividades, lançou-se na Fiocruz, em 2004, o Sistema de Gerenciamento Acadêmico – Plataforma Siga, que consiste de conjunto de sistemas para a gestão acadêmica e administrativa dos cursos técnicos, *lato e stricto sensu*, compatível com os instrumentos de informação da Capes e do CNPq. O Siga é acessível tanto ao público

interno quanto ao externo. Nele podem ser encontrados todos os editais de cursos e informações sobre as disciplinas oferecidas pela Fundação. Além disso, possibilita aos alunos, docentes e funcionários o acesso às informações de seu interesse, permitindo também a alimentação do sistema de uma forma interativa.

1.2.2. A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp)

A Ensp, uma das Unidades Técnico-Administrativas da Fiocruz, foi criada em 3 de setembro de 1954 através da Lei nº. 2.312, que dispunha sobre “normas gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde” (Linha do Tempo). Ao longo desse período passou por várias transformações, inclusive com alterações de nome, sem nunca ter perdido o foco na formação de profissionais dos serviços de saúde, tendo por meta produzir melhorias relacionadas à saúde da população brasileira.

1.2.2.1. Marcos históricos

Em 1966 acontece a inauguração da nova sede da Ensp, localizada no *campus* de Manguinhos, onde permanece até os dias atuais.

Em 1970, quando é instituída a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), passam a integrá-la o Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Presidente Castelo Branco (que somente em 1976 volta a denominar-se Escola Nacional de Saúde Pública) e o Instituto Fernandes Figueira. As demais unidades que congregam a Fiocruz de hoje foram criadas ou incorporadas gradativamente.

Durante sua trajetória, desenvolveram-se na Ensp alguns projetos voltados à promoção de atividades que já em seu início foram de extrema importância. Esses mesmos projetos, atualmente, podem ser consideradas imprescindíveis a seu desenvolvimento, tendo participação essencial no que se vincula à Pós-Graduação, seja na capacitação e na formação de profissionais, na produção científica e tecnológica ou na prestação de serviços de referência na área da saúde pública. Com relação a isso, podemos citar:

- a criação da Unidade de Treinamento Germano Sinval Faria, em 1968 (atual Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria);

- a criação do Centro de Estudos da Ensp, em 1978;
- a criação do Programa de Educação Continuada, em 1982 (posteriormente, Secretaria de Desenvolvimento Educacional e em 2005 incorporado à Coordenação de Comunicação Institucional);
- o início da publicação dos *Cadernos de Saúde Pública*, em 1984;
- o início do Programa de Pesquisadores Visitantes, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1986;
- a criação do Projeto Universidade Aberta, em 1993;
- o lançamento do primeiro *site* da Ensp, em 1996;
- a criação do Programa de Educação a Distância, em 1997;
- a aprovação, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), do registro do Comitê de Ética em Pesquisa da Ensp, em 1998;
- o Núcleo de Assistência Farmacêutica (NAF) é credenciado como Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) para políticas farmacêuticas, em 1998;
- a criação do Programa de Pesquisa Estratégica e do início da primeira turma de mestrado interinstitucional, em 1999.

Ainda nesse mesmo ano ocorre a criação do Programa de Mestrado Profissional, cuja primeira turma teve início em 2001. Em 2004, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde Pública recebe sua primeira nota 6, o que lhe confere grau de excelência pela avaliação da Capes referente ao triênio 2001-2003, o que, como já dito, se repetiu na última avaliação, em 2007, referente ao triênio 2004-2006.

A Ensp, também na condição de instituição pública participante do processo de redemocratização do país, teve seu primeiro diretor eleito pela comunidade em 1985, o saudoso professor Frederico Simões Barbosa.

Como instituição formuladora de políticas públicas, seus docentes e pesquisadores tiveram participação ampla e ativa durante os debates preparatórios para a VIII Conferência Nacional de Saúde, que teve como temário central a saúde como direito inerente à cidadania; a reformulação do Sistema Nacional de Saúde em consonância com os princípios de universalização, participação e descentralização; a integração orgânico-institucional; a redefinição dos papéis institucionais das unidades políticas (União, estados, territórios e municípios) na prestação de serviços de saúde; e o financiamento do setor saúde. A VIII Conferência Nacional de Saúde representa um

marco para a reestruturação do sistema de saúde brasileiro, que culminou com a criação do SUS.

No período de 1993 a 1994, foi diretora da Escola a professora Maria do Carmo Leal, a única mulher até hoje a ocupar esse cargo.

Em 2005, em virtude da crise do SUS no município do Rio de Janeiro, a direção da Ensp promoveu um amplo debate com autoridades do ministério da Saúde, além de abrir espaço em seu Portal para a discussão da crise, o que permitiu a abertura de um processo de mobilização para se tentar solucionar a questão.

Ainda em 2005 deu-se início, no Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane (CpqAM), ao primeiro curso de doutorado em Saúde Pública para a região amazônica, realizado em consórcio entre a Ensp, o CpqAM e o Instituto Fernandes Figueira (IFF), as duas últimas também unidades da Fiocruz. Tal iniciativa veio ao encontro da política da instituição para o fortalecimento da integração entre suas unidades.

1.2.2.2. Contexto atual

A Ensp, de acordo com a classificação de organizações, definida por Mintzberg (1995), se enquadra na categoria de burocracia profissional, em que o principal mecanismo de coordenação é a padronização de habilidades. Ela tem seu núcleo operacional formado por docentes-pesquisadores, calcado na perícia e experiência de cada profissional, aliados à capacidade de captação de recursos externos e ao poder de persuasão, acarretando muitas vezes o surgimento de, conforme o referido autor, “hierarquias paralelas”.

Nesse cenário, o papel político do administrador é fundamental no sentido de intermediar relações e interesses no interior da organização ou desta com o meio externo. Este não possui um poder direto, mas indireto, mas não menos relevante (Cornélio, 1999).

Dessa forma, afirma ainda Mintzberg:

Todo bom gerente procura mudar a organização de sua própria maneira, alterando suas estratégias para torná-la mais eficaz. Na burocracia profissional isso é traduzido por um conjunto de iniciativas estratégicas que o administrador deseja assumir por si mesmo. No

entanto, nessas estruturas – em princípio, da base para cima –, o administrador não pode impor sua vontade aos profissionais do núcleo operacional. Em lugar disso ele deve apoiar-se em seu poder informal e aplicá-lo sutilmente. (...) Desta maneira, com o tempo ele pode conseguir mudanças que os profissionais teriam rejeitado imediatamente, caso tivessem sido propostas todas de uma só vez. (Mintzberg, 1995: 21)

1.2.2.3. A Coordenação de Pós-Graduação da Ensp

O Regimento Interno da Ensp de 1989, ainda vigente, em seus Artigos 5º., 6º., 7º., 21º. e 22º., que estabelecem as atividades de ensino e a respectiva Coordenação de Ensino, não contempla em seu texto a Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, embora na prática tenha sempre apresentado papel fundamental no contexto da Unidade, com atribuições e regras específicas. A Pós-Graduação *Stricto Sensu* sempre esteve vinculada à Coordenação de Ensino, que também congrega o *Lato Sensu* e, anteriormente, a extinta Coordenação dos Cursos Descentralizados (Concurd).

A partir de 2001, através da Portaria Interna nº. 006/01, de 12 de junho, houve uma reorganização das responsabilidades pela coordenação das atividades de ensino, pesquisa, cooperação e serviços, assim como pelas atividades de apoio técnico e administrativo. Ficaram então definidas as Coordenações, do seguinte modo: Pós-Graduação, Escola de Governo em Saúde e Desenvolvimento Institucional e Gestão.

A Coordenação de Pós-Graduação passou a integrar as atividades de ensino, pesquisa e cooperação desenvolvidas no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado e do estágio de pós-doutorado.

Nesse momento extinguiu-se a Coordenação de Pesquisa, recriada mais adiante, em fins de 2005.

Cabe observar que, embora da referida Portaria conste que as atividades relacionadas ao mestrado profissional estejam vinculadas à Escola de Governo em Saúde, na prática o que ocorre é uma subordinação diretamente vinculada à Pós-Graduação. Na verdade, a Escola de Governo a integrar a gestão desses cursos somente a partir de 2004, com o novo perfil do mestrado profissional, em que no primeiro momento o curso é oferecido como especialização, e no segundo, quando os alunos

passam por novo processo seletivo e ingressam no mestrado profissional propriamente dito.

A Coordenação da Pós-Graduação realiza anualmente uma reunião com o colegiado de doutores, em que se discutem questões específicas de estrutura e políticas, entre outras.

Desde a reunião do Colegiado de Doutores promovida em julho de 2003, a Pós-Graduação *Stricto Sensu* ingressou em um complexo processo de reorganização e reestruturação. Criou-se uma comissão para estudar de forma mais profunda a possibilidade de diferentes cenários para a Pós-Graduação e especificamente para o Programa de Saúde Pública, que até então era o único de caráter *stricto sensu* da Ensp, tendo como base o seguinte diagnóstico:

- crescimento exagerado da área da saúde coletiva em termos de produção do conhecimento;
- complexificação do processo de gestão do Programa, gerado por esse crescimento e pela criação de novas modalidades de curso (tais como mestrado e doutorado interinstitucionais e mestrado profissional);
- esse crescimento, complexificação e mudanças sendo percebidos como fatores de fragmentação, criando dificuldades de interlocução entre algumas áreas.

Com base no relatório produzido pela Comissão, no qual se definiram três possíveis cenários (Rivera, Artmann & Freitas, 2004), realizou-se em agosto do mesmo ano a “Oficina do Plano Diretor da Pós-Graduação *Stricto Sensu*”, dando-se início ao processo de mudanças, ainda em andamento. Foi exatamente a partir dessas discussões que ocorreu a mudança no perfil do mestrado profissional, que representa o cenário de número 3 do relatório. Este pressupõe a existência de mais de um programa de pós-graduação, tem como tendência a diversificação de critérios de credenciamento e de avaliação dos mestrados (acadêmico e profissional) e demonstra preocupação com a qualidade. Espera-se, com esse cenário, um crescimento expressivo do financiamento externo.

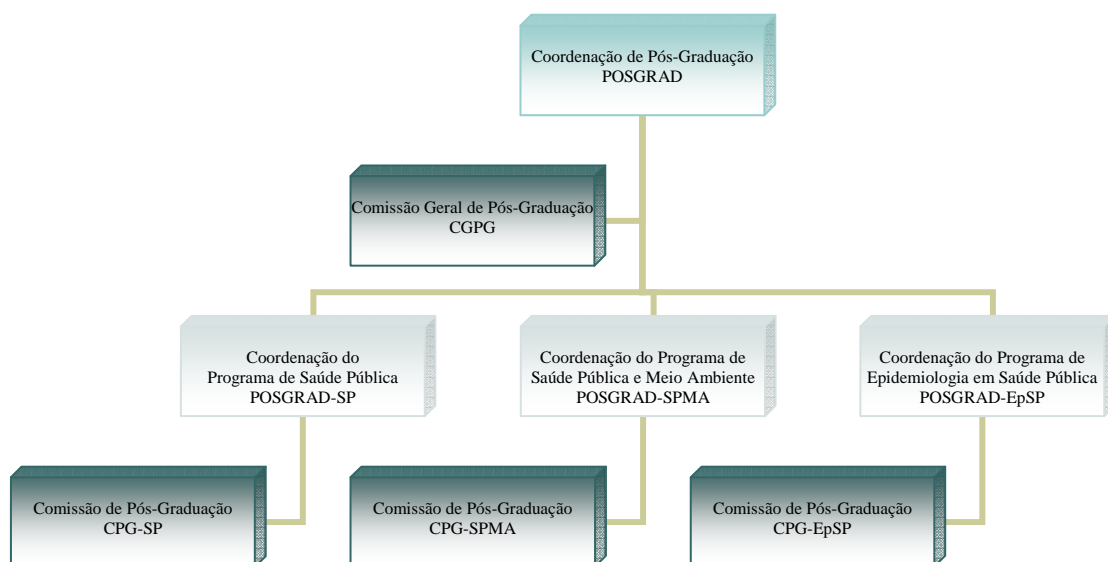
Criaram-se, respectivamente em 2005 e 2007, os seguintes Programas de Pós-Graduação: Saúde Pública e Meio Ambiente e Epidemiologia em Saúde Pública. O primeiro, com sua turma inaugural tanto de mestrado como de doutorado, iniciado em março de 2006, e o segundo, já aprovado pela Capes, com previsão de início de suas

atividades em 2008. Encontra-se ainda em discussão a criação ou não de mais um programa nos próximos anos.

Ainda em 2005, o diretor da Ensp, por meio da Portaria nº. 062/2005, estabelece normas transitórias para estruturação e funcionamento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Por ela ficam definidas as atribuições da Coordenação Geral dos Programas no âmbito da Unidade, da Comissão Geral de Pós-Graduação (CGPG) e também das Coordenações de cada Programa e respectivas Comissões de Pós-Graduação (CPGs), pelas quais se ‘estabelece’ a estrutura organizacional apresentada na Figura 1.

Existe a previsão de que em 2008 haja a implantação de uma nova estrutura organizacional para a Ensp, já aprovada pela Diplan, na qual a hierarquia existente entre a Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e os Programas mantém-se bastante semelhante à atual.

Figura 1 – Estrutura Organizacional da Pós-Graduação da Ensp



1.2.2.4. O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde Pública (PPGSS-SP)

Ao dar início ao curso de mestrado profissional, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde Pública (PPGSS-SP) da Ensp era o único de caráter *stricto sensu*. Era considerado nacionalmente como o maior da área, característica que ainda hoje se mantém, em que pese a saída de alguns pesquisadores para compor novos programas criados a partir da reestruturação. Portanto, a realização do curso, e conseqüentemente desta pesquisa, ocorreram em um período de ampla e complexa reestruturação da Pós-Graduação, ainda não finalizado e consolidado, como detalharemos mais adiante.

O Colegiado de Doutores do Programa de Saúde Pública conta, atualmente, com aproximadamente 180 pesquisadores. Destes, cerca de 90% pertencentes à própria Escola e o restante lotados em outras Unidades da Fiocruz, mas também com o desenvolvimento de atividades vinculadas ao PPGSS-SP da Ensp, tais como: coordenação de disciplinas, orientações de alunos tanto de mestrado como de doutorado, participação em grupos de pesquisa e participações em bancas e comissões.

O curso de doutorado, iniciado em 1980, tem ênfase em uma concepção tutorial, onde cada aluno se insere em projetos de pesquisa, normalmente vinculados aos orientadores, ligados a uma das linhas de pesquisa ativas. Já o mestrado, iniciado em 1977, era dividido, até há pouco tempo, em oito subáreas de concentração distintas: endemias, ambiente e sociedade; epidemiologia geral; planejamento e gestão de sistemas e serviços de saúde; políticas públicas e saúde; saneamento ambiental; saúde e sociedade; saúde, trabalho e ambiente; e toxicologia ocupacional/ambiental. A partir de 2007 passaram a existir apenas sete subáreas, em virtude da incorporação da subárea toxicologia ocupacional/ambiental à subárea saúde, trabalho e ambiente. E a partir de 2008 se tornarão apenas seis com a incorporação da subárea epidemiologia geral ao novo Programa “Epidemiologia em Saúde Pública”, já aprovado pela Capes e cujas atividades terão início neste mesmo ano.

Ingressam anualmente no Programa, em média, 110 novos alunos, tendo o curso de mestrado o tempo mínimo de 12 meses de duração e o máximo de 24 meses, com carga horária mínima de 1.440 horas. Já o de doutorado tem tempo mínimo de 24 meses e máximo de 48 meses, com carga horária mínima de 2.880 horas.

A cada três anos a Capes, órgão que regulamenta os Programas de Pós-Graduação no Brasil, promove uma avaliação geral dos cursos, em âmbito nacional, por meio de vários indicadores de desempenho fornecidos em seu relatório anual. Para a elaboração desse relatório é necessária a utilização do *software* “Aplicativo Coleta de Dados”, elaborado e disponibilizado pela própria Capes. Nele são utilizados índices que dão ênfase à produtividade dos orientadores e à participação dos alunos na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação. Tais índices devem expressar a relevância do conhecimento produzido e a importância deste no contexto social, bem como o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo em que está inserida a nossa realidade atual (Capes/PNPG, 2004). Essa é a política também adotada pela Fiocruz, como citado em seu Plano Quadrienal 2005-2008 (Fiocruz, 2005), por meio da integração ensino-pesquisa, sendo esse um de seus pontos fortes, com o fortalecimento dos grupos de pesquisa atuando na pós-graduação.

Com a evolução dos diversos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), chegamos ao que hoje é conhecido como “Sistema Nacional de Avaliação de Programas de Pós-Graduação”, que permitiu à Capes cumprir papel determinante no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no Brasil (*site* da Capes, acessado em 22/out/2005). O Sistema é utilizado para o credenciamento e reconhecimento, de caráter nacional, dos programas e seus respectivos diplomas, com repercussão na política de fomento à pesquisa nas universidades e na distribuição de um considerável número de bolsas (Capes/PNPG, 2004), embora, nesse aspecto, seja ainda fortemente marcado pelo Modo 1¹ de produção do conhecimento.

O PPGSS-SP da Ensp, como parte integrante da Fiocruz, tem como missão formar pesquisadores, lideranças e docentes, além de quadros estratégicos para o SUS. Nesse sentido se prima pela constante melhoria da qualidade e adaptação de seus cursos às realidades locais, nacional e internacional, visando sempre a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Um dos recentes projetos de maior êxito foi a criação do próprio mestrado profissional, que além de aprovado tem sido amplamente apoiado pela Capes. Os cursos

¹ Modo 1 é o modelo tradicional de produção do conhecimento, gerado no âmbito acadêmico/disciplinar. É utilizado pelos cientistas, de modo geral. Nele, o conhecimento transcorre por vias institucionais, na esfera dos que participam do processo de produção do conhecimento e destinado aos interesses destes para uma comunidade específica e de forma homogênea. A avaliação da qualidade é feita ‘por indivíduo’ e através dos pares, em que os critérios estabelecidos refletem os interesses intelectuais e as preocupações da disciplina em questão e a dos respectivos responsáveis (Gibbons, 1996).

já concluídos têm possibilitado, além da qualificação dos profissionais ligados às instituições demandantes, que os produtos finais (dissertações) apresentados sejam efetivamente propostas de intervenção nos seus respectivos objetos de estudo, sendo que alguns possuem também a possibilidade de implantação em outros setores.

Já se deu início também, como uma política não só da Ensp, mas da própria Fiocruz, a um projeto de realização de curso de mestrado na África para os países africanos de língua de origem portuguesa (Palops), tendo o primeiro curso sido iniciado em maio de 2007, em Angola. Tal iniciativa vem a atender a uma demanda desses países, o que representa uma inovação não só para eles, mas para nós (Ensp e Fiocruz) principalmente.

Tem-se assim, com nitidez, o Modo 2² de produção do conhecimento convivendo mutuamente com o Modo 1, de forma complementar um em relação ao outro.

A partir de 2001 também se deu início à promoção de estágios de pós-doutorado no âmbito da pós-graduação da Ensp. Desde então esta já recebeu em torno de dez pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. No momento outros sete estão em andamento.

1.2.3. Gestão Financeira da Fiocruz e da Ensp – panorama geral e do ensino

O orçamento da Fiocruz tem aumentado consideravelmente ao longo do período analisado (1998-2005), sendo alguns dos principais componentes do orçamento total, nos últimos anos, oriundos de outras fontes, tais como transferências públicas (intragovernamentais), como pode ser observado tanto na Tabela 1 como no Gráfico 1. Tais recursos, em determinados momentos, chegam à quase equiparação com relação aos recursos do Tesouro.

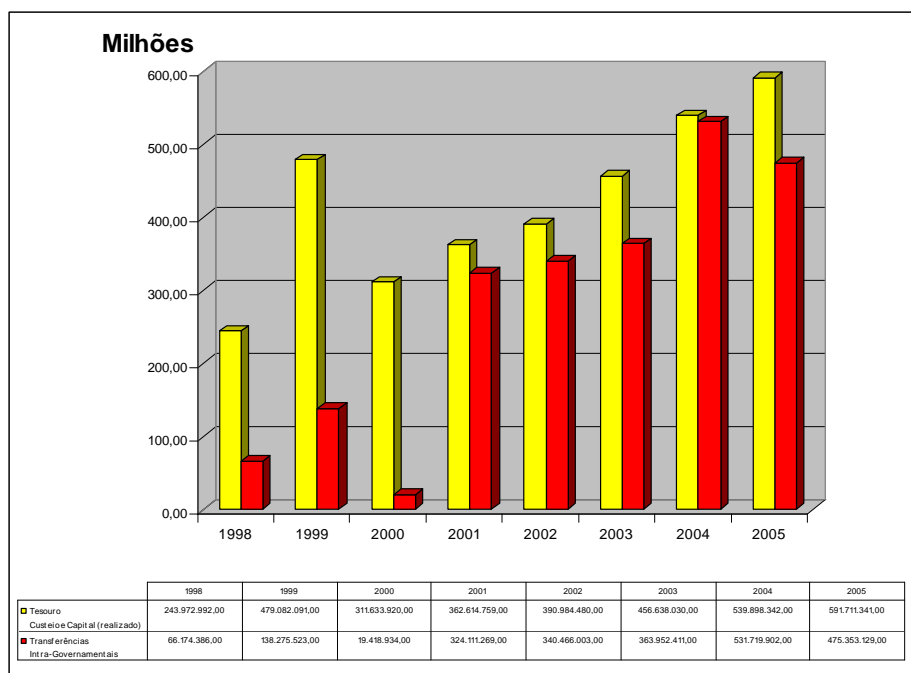
² Modo 2 é o modelo de produção do conhecimento em que este é gerado em contextos sociais e econômicos, em ambientes transdisciplinares e, portanto, heterogêneos, desenvolvidos em um contexto mais amplo de aplicação (Gibbons, 1996).

Tabela 1 – Orçamentos Aprovados e Executados da Fiocruz – período 1998 a 2005

Ano	Tesouro Custeio e Capital (aprovado)	Transferências Intra-Governamentais	Tesouro Custeio e Capital (realizado)	Total (Transf. Intra-Govern. + Custeio e Capital realizado)
1998	247.335.816,00	66.174.386,00	243.972.992,00	310.147.378,00
1999	488.596.939,00	138.275.523,00	479.082.091,00	617.357.614,00
2000	326.216.904,00	19.418.934,00	311.633.920,00	331.052.854,00
2001	396.213.208,00	324.111.269,00	362.614.759,00	686.726.028,00
2002	416.096.866,00	340.466.003,00	390.984.480,00	731.450.483,00
2003	464.262.543,00	363.952.411,00	456.638.030,00	820.590.441,00
2004	562.481.157,00	531.719.902,00	539.898.342,00	1.071.618.244,00
2005	885.443.267,00	475.353.129,00	591.711.341,00	1.067.064.470,00

Fonte: Defin/Dirad.

Gráfico 1 – Total de recursos do Tesouro e Intragovernamentais da Fiocruz – período 1998 a 2005



Fonte: Defin/Dirad.

Com relação à Ensp³ (Tabela 2 e Gráfico 2), observa-se que a curva de crescimento dos recursos realizados do “Tesouro + DA” apresenta maior regularidade de evolução, ano a ano, se comparada à da Fiocruz.

Verifica-se também que, se comparados o primeiro e o último ano, enquanto na Fiocruz o aumento ocorrido entre esses dois períodos é da ordem de 142%, na Ensp o mesmo situou-se em 251%. Contudo, a variação advinda com os recursos de outras

³ Utilizaram-se, tanto para observação dos recursos da Ensp como da Fiocruz, informações disponíveis no Departamento Econômico Financeiro (Defin/Dirad), órgão central da Administração da Fiocruz. Objetivou-se, assim, trabalhar com uma única fonte de informação a fim de se evitar possíveis distorções.

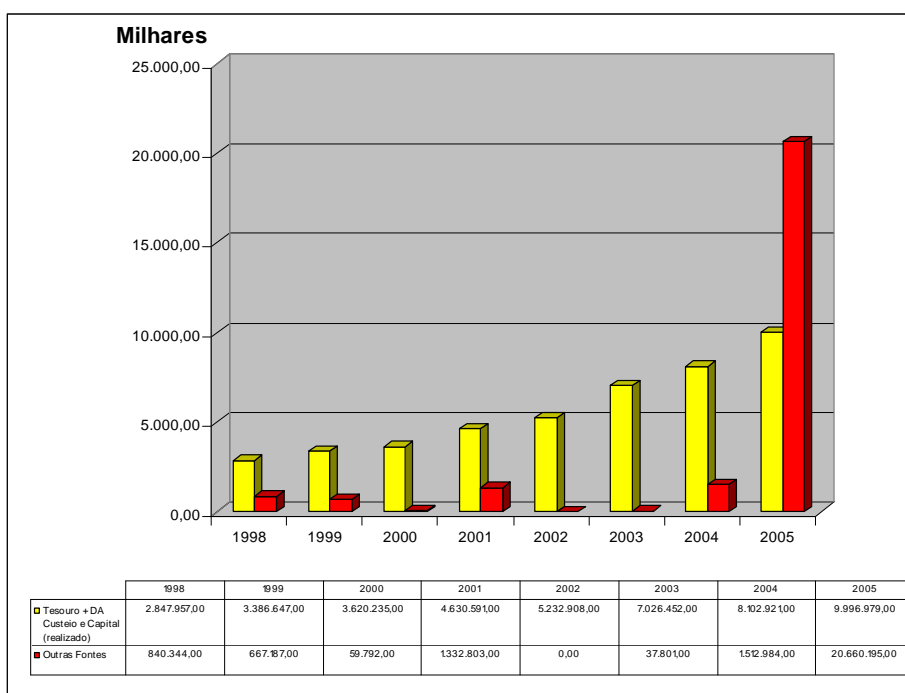
fontes na Ensp é bastante irregular, inclusive com um salto desproporcional no último ano do período.

Tabela 2 – Orçamentos Aprovados e Executados da Ensp – período 1998 a 2005

Ano	Tesouro + DA Custeio e Capital (aprovado)	Outras Fontes	Tesouro + DA Custeio e Capital (realizado)	Total (Transf. Intra-Govern. + Custeio e Capital realizado)
1998	2.964.600,00	840.344,00	2.847.957,00	3.688.301,00
1999	3.156.370,00	667.187,00	3.386.647,00	4.053.834,00
2000	3.608.806,00	59.792,00	3.620.235,00	3.680.027,00
2001	4.473.564,00	1.332.803,00	4.630.591,00	5.963.394,00
2002	5.093.650,00	-	5.232.908,00	5.232.908,00
2003	6.742.269,00	37.801,00	7.026.452,00	7.064.253,00
2004	7.801.877,00	1.512.984,00	8.102.921,00	9.615.905,00
2005	9.085.693,00	20.660.195,00	9.996.979,00	30.657.174,00

Fonte: Defin/Dirad.

Gráfico 2 – Total de recursos do Tesouro + DA e Outras Fontes da Ensp – período 1998 a 2005



Fonte: Defin/Dirad.

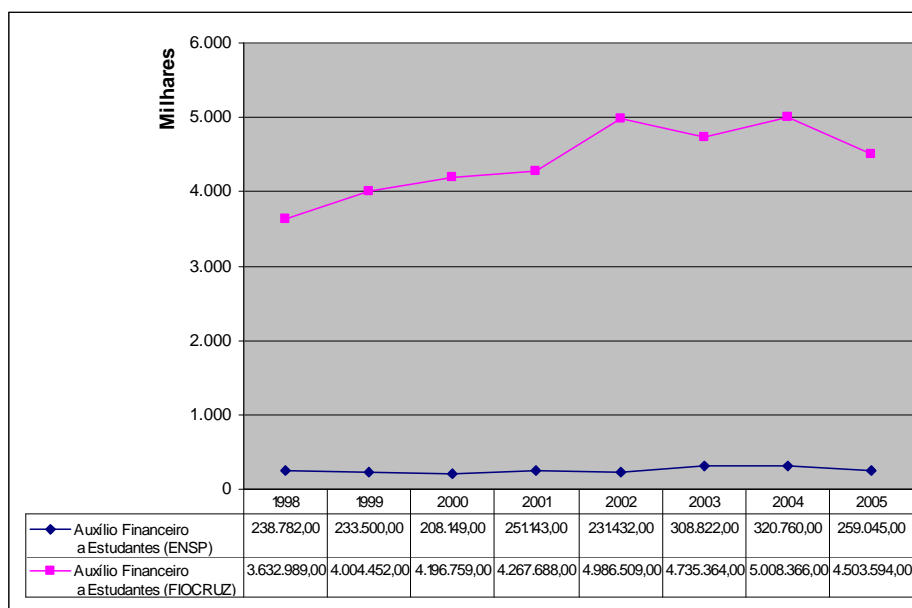
Utilizaram-se para análise também as informações referentes aos recursos disponibilizados para “Auxílio Financeiro a Estudantes”, como pode se visto tanto na Tabela 3 quanto no Gráfico 3.

Tabela 3 – Relação dos Orçamentos Realizados *versus* Auxílio Financeiro a Estudantes – Ensp e Fiocruz – período 1998 a 2005

Ano	Ensp			Fiocruz		
	Custeio e Capital (realizado)	Auxílio Financeiro a Estudantes (Ensp)	Relação Aux. Fin. Estudantes / Cust. e Cap. Realizado (Ensp)	Custeio e Capital (realizado)	Auxílio Financeiro a Estudantes (Fiocruz)	Relação Aux. Fin. Estudantes / Cust. e Cap. Realizado (Fiocruz)
1998	2.847.957,00	238.782,00	8,38%	243.972.992,00	3.632.989,00	1,49%
1999	3.386.647,00	233.500,00	6,89%	479.082.091,00	4.004.452,00	0,84%
2000	3.620.235,00	208.149,00	5,75%	311.633.920,00	4.196.759,00	1,35%
2001	4.630.591,00	251.143,00	5,42%	362.614.759,00	4.267.688,00	1,18%
2002	5.232.908,00	231.432,00	4,42%	390.984.480,00	4.986.509,00	1,28%
2003	7.026.452,00	308.822,00	4,40%	456.638.030,00	4.735.364,00	1,04%
2004	8.102.921,00	320.760,00	3,96%	539.898.342,00	5.008.366,00	0,93%
2005	9.996.979,00	259.045,00	2,59%	591.711.341,00	4.503.594,00	0,76%

Fonte: Defin/Dirad.

Gráfico 3 – Valores destinados a Auxílio Financeiro a Estudantes – Ensp e Fiocruz – período 1998 a 2005

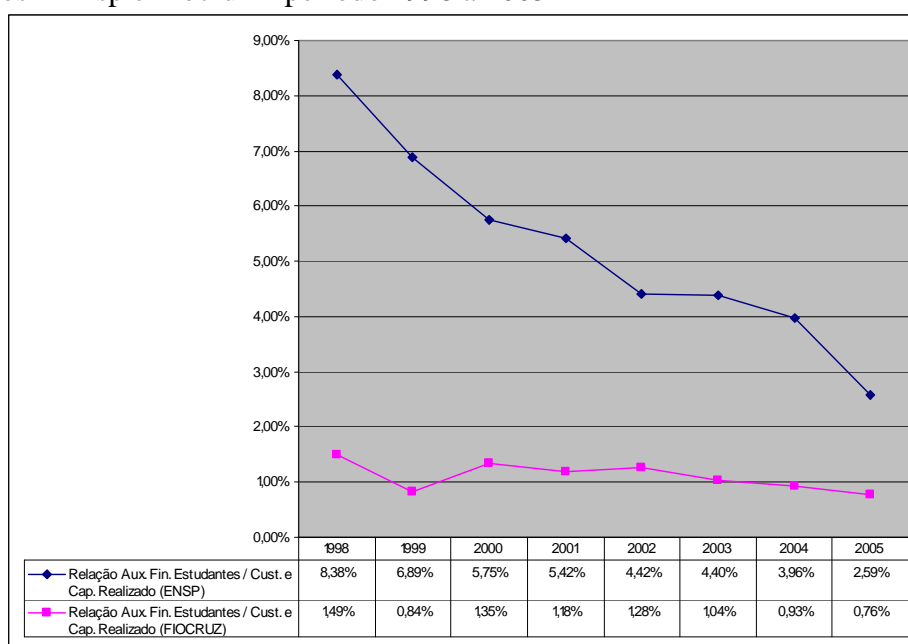


Fonte: Defin/Dirad.

Se analisados unicamente os valores alocados, na Ensp e na Fiocruz, na rubrica “Auxílio Financeiro a Estudantes”, observa-se que no período 1999-2005 houve percentualmente um relativo aumento, não muito significativo. Porém, esse aumento é referente a seu valor real, que pode ser considerado um volume razoável de recursos, o mesmo acontecendo com relação à Fiocruz.

Percentualmente, a Ensp tem destinado uma parte relativamente bem superior à média geral da Fiocruz para a referida rubrica, como pode ser visto no Gráfico 4. Um dos motivos de tal situação pode estar relacionado ao fato de que nem todas as Unidades contam com programas *stricto sensu*, não sendo, conseqüentemente, uma rubrica utilizada nelas. Tanto na Ensp quanto em todo o restante da Fiocruz constata-se que, inversamente, as respectivas curvas encontram-se em processo de desaceleração. Esse fato sucede-se principalmente na própria Ensp, que inicialmente tem um índice de 8,38% e no final do período, uma queda de para 2,59%; enquanto isso, no restante de toda a Fiocruz, em que pese o fato de apresentar índices mais baixos, o percentual inicial é de 1,49 e cai para 0,76%. A queda percentual, apesar de também ser bastante representativa, é relativamente menor.

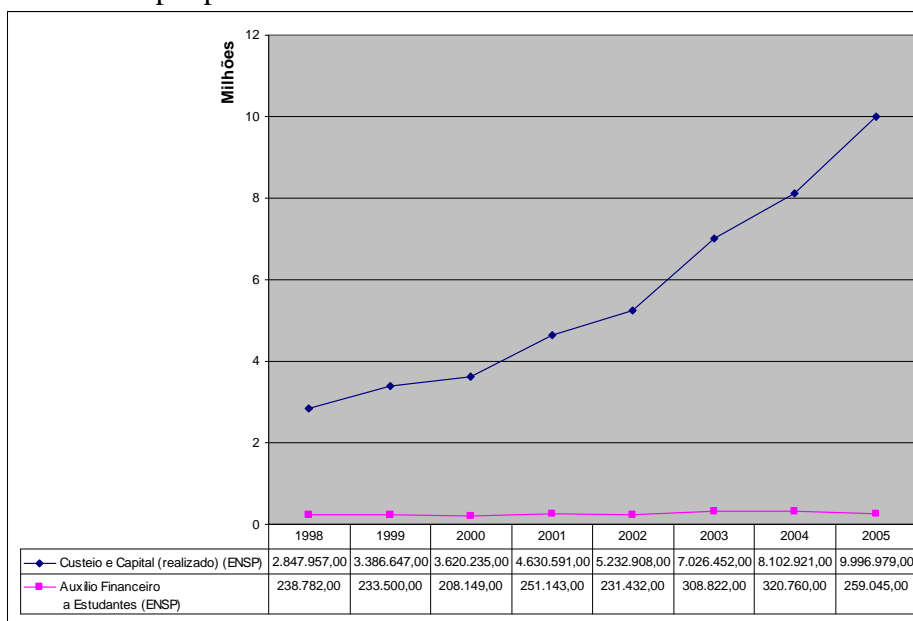
Gráfico 4 – Percentuais de Auxílio Financeiro a Estudantes *versus* Custeio e Capital realizados – Ensp e Fiocruz – período 1998 a 2005



Fonte: Defin/Dirad.

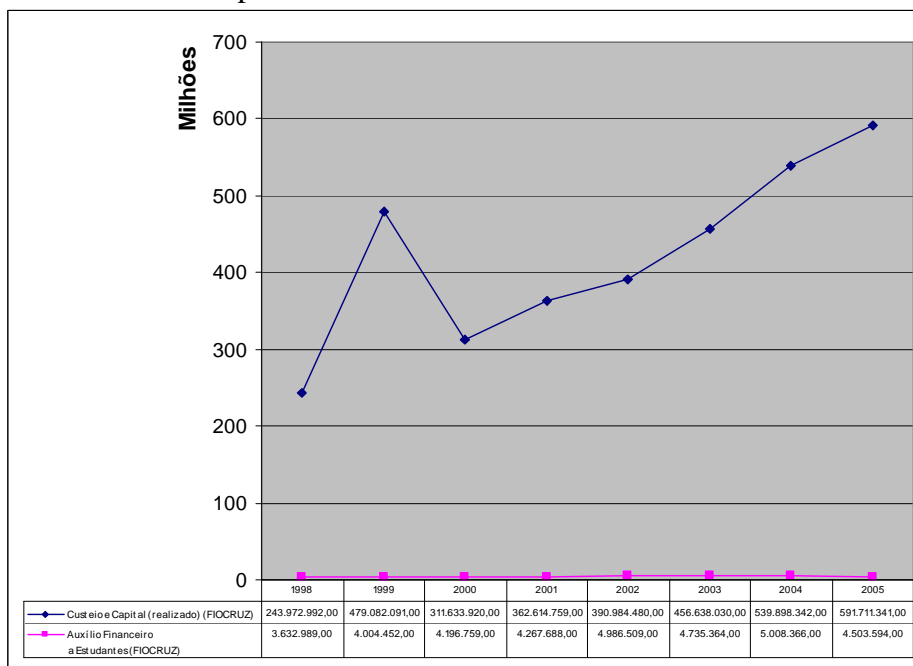
Essas conclusões podem ser observadas com clareza nos Gráficos 5 e 6, em que se verifica uma nítida ascensão dos recursos totais, ao passo que a curva do “Auxílio Financeiro a Estudantes” permanece praticamente estável.

Gráfico 5 – Curva de evolução do Custeio e Capital realizado *versus* Auxílio Financeiro a Estudantes da Ensp – período 1998 a 2005



Fonte: Defin/Dirad.

Gráfico 6 – Curva de evolução do Custeio e Capital realizado *versus* Auxílio Financeiro a Estudantes da Fiocruz – período 1998 a 2005



Fonte: Defin/Dirad.

Com uma visão mais ampliada na questão do ensino na Fiocruz, conforme informações constantes em seus Relatórios de Atividades, a aplicação dos recursos no ensino, englobando toda a sua conformação, de acordo com as ações definidas pelo PPA

da Fiocruz, tem permanecido em torno de 5% dos recursos executados, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Percentual de aplicação do orçamento executado pela Fiocruz em atividades relacionadas ao Ensino – período 1998 a 2005

Ano	Percentual de Aplicação no Ensino (%)
1998	3
1999	4
2000	5
2001	6
2002	5
2003	5
2004	5
2005	5

Fonte: Relatórios de Atividades da Fiocruz de 1999 a 2005.

2. Metodologia

De acordo com Silva & Menezes (2001), existem vários “pontos de vista” para a classificação de pesquisas: pela sua natureza, pela forma de abordagem do problema, pelos objetivos e pelos procedimentos técnicos. Este trabalho caracteriza-se, pela sua natureza, como Pesquisa Aplicada, em razão da própria lógica do curso de mestrado profissional, que tem por finalidade gerar conhecimentos com a perspectiva de aplicação prática para a solução de problemas específicos.

Considerando que os dados utilizados foram quase que exclusivamente quantitativos e que se aplicaram ainda técnicas estatísticas, tais como percentagem e média, do ponto de vista da abordagem do problema, caracteriza-se como Pesquisa Quantitativa.

Sob a ótica de seus objetivos (Gil, 1991 *apud* Silva & Menezes, 2001), esta pesquisa caracteriza-se como Exploratória. Inicialmente, promoveu-se uma consulta bibliográfica com o intuito de se obter maior conhecimento teórico e criar familiaridade com pelo menos alguns dos assuntos que se pretendia trabalhar e com os quais existem poucos conhecimentos estruturados no âmbito institucional, e com outros assuntos, pela própria necessidade pessoal de aprofundamento.

A consulta bibliográfica possibilitou também a delimitação do objeto a ser estudado e uma reflexão para o surgimento de algumas das primeiras hipóteses da pesquisa.

Os procedimentos técnicos (Gil, 1991 *apud* Silva & Menezes, 2001) adotados para a realização do trabalho constituiu-se de pesquisa bibliográfica e documental, pois se analisaram tanto documentos já publicados (livros, artigos de periódicos e, sobretudo, *sites* na internet) como também os ainda não trabalhados de forma analítica, aos quais tenho acesso direto em virtude de minhas próprias atividades profissionais.

A idéia inicial consistia da realização de uma análise de relatórios ou mesmo de listagens ou outra forma de acompanhamento financeiro referente ao ano de 2006 do Programa de Saúde Pública da Ensp e de outras instituições de ensino superior, escolhidas com base em alguns parâmetros: outros programas de pós-graduação *stricto sensu* da própria Fiocruz, mesmo que de outras áreas, e outros programas da área da saúde pública oferecidos por instituições públicas de ensino nacionais, desde que tivessem obtido nota 6 na última avaliação da Capes. O critério de inclusão apenas de

programas com nota 6 visava a possibilidade de explorar uma possível similaridade quanto à estrutura e porte entre os programas.

Dos quatro programas escolhidos para análise, com exceção do próprio programa de saúde pública, no qual desenvolvo minhas atividades, apenas um dos outros três escolhidos concedeu autorização para a análise dos documentos, o que praticamente inviabilizou a realização do estudo como inicialmente planejado.

Considerando a questão ética, que prima pela autonomia da pessoa, da justiça, da beneficência, da não maleficência, da responsabilidade e da precaução no que se refere a pesquisas com dados a serem fornecidos por seres humanos, conforme os termos da Resolução 196/96, visando a não expor o único programa a nos ter concedido autorização para a consulta de documentos, optou-se por trabalhar apenas com os dados secundários relativos ao próprio programa de Saúde Pública da Ensp, com as informações que disponho rotineiramente em minhas atividades.

Realizou-se uma consulta bibliográfica, especialmente na internet, sobre técnicas de avaliação e auto-avaliação de resultados, a fim de serem utilizadas na verificação do desempenho para o uso dos recursos disponíveis e conseqüentemente possibilitar, de forma complementar, a obtenção de melhores resultados.

Considera-se que o resultado da avaliação do curso, pela Capes, esteja diretamente relacionado à utilização dos recursos disponíveis. Parte-se da concepção de que os docentes e discentes podem ter sua produção individual beneficiada com a otimização dos recursos e a conseqüente ampliação no financiamento de:

- viagens para a participação em eventos e/ou para a realização de pesquisas de campo em outras cidades ou mesmo em outros estados;
- tradução de artigos a serem submetidos a revistas ou apresentados em eventos internacionais;
- pagamento de serviços de tradução simultânea de eventos internacionais realizados no âmbito da Pós-Graduação;
- outras possibilidades.

Concretizou-se também uma consulta sobre sistemas de custeio, em que se identificaram alguns dos mais utilizados, cada qual com suas especificidades a serem consideradas previamente à sua implantação, avaliando-se, sobretudo, a finalidade de quem o aplica ou a área de atuação da instituição na qual será aplicado o instrumento. Pesquisaram-se quatro diferentes sistemas:

- por ordem de produção;
- por processo;
- de custo padrão;
- de custeio baseado em atividades (ABC).

Após essa identificação, escolheu-se, em função das suas características e funcionalidades, o Sistema ABC, utilizado no projeto de Apropriação de Custos Públicos (ACP), a ser mais bem detalhado adiante, sendo o que se mostrou mais adequado ao processo de gestão da Coordenação. A partir daí, buscou-se conhecer mais profundamente suas potencialidades e limitações de acordo com a nossa realidade.

Um dos componentes considerados relevantes pela Capes é a participação e a contribuição dos alunos na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que se relacionam com a pós-graduação. Partindo desse pressuposto, buscou-se analisar em quais produções esta participação é maior ou menor, quais os que devem ou podem ser mais estimulados e, finalmente, de que forma ou em que itens deve-se intensificar a utilização dos recursos disponíveis e efetivamente contribuir para o Programa.

Trabalharam-se os dados referentes às produções técnicas e bibliográficas, no período 2004 – 2006, escolhido propositalmente por ser aquele que passa, em 2007, pela avaliação trienal da Capes. Computaram-se os seguintes dados disponíveis:

- número de alunos matriculados, ingressados, concluintes e desligados, o tempo médio de titulação e o número de disciplinas oferecidas (todos os dados separadamente, por mestrado e doutorado);
- número de docentes-doutores do Programa;
- produção intelectual (bibliográfica e técnica);
- volume de recursos diretos disponíveis.

Esses dados, em si, são classificados como indicadores simples, na medida em que representam uma descrição da evolução ao longo do período.

Processou-se também um confronto entre alguns dos dados apresentados para o estabelecimento de outros indicadores, os quais podem enriquecer o panorama da Pós-Graduação em Saúde Pública da Ensp. Estabeleceram-se as seguintes relações:

- número de orientadores por docente do Programa; número de alunos desligados por concluintes (separadamente por mestrado e doutorado);

- volume de recursos disponíveis por aluno matriculado (mestrado + doutorado);
- volume de recursos disponíveis por aluno matriculado (mestrado + doutorado) + docentes;
- número de produção intelectual por número de docentes;
- número de produção intelectual por número de alunos matriculados (mestrado + doutorado);
- número de disciplinas do mestrado por docentes;
- número de disciplinas do doutorado por docentes.

Quando se incluiu na avaliação a relação dos indicadores “volume de recursos” com “número de alunos” não se pretendeu de forma alguma identificar o custo por aluno. Seria ousadia pensar em tal relação apenas com os dados disponíveis no momento, mesmo porque este é um cálculo bastante complexo e que necessita de outras variáveis não consideradas nesta pesquisa. A própria Ensp não tem um estudo que informe com exatidão esse valor. Intenta-se, contudo, avaliar o desempenho obtido no período tendo os recursos extras da Pós-Graduação (Proap) como um valor agregado aos demais recursos já disponibilizados para o desempenho das atividades de ensino e pesquisa na Ensp.

Complementarmente a esse levantamento, traçou-se um perfil dos docentes, por modalidade de atuação (permanente, colaborador e visitante),⁴ no Programa de Saúde Pública, a fim de vislumbrar a participação destes no mesmo período (2004 a 2006).

Na internet, promoveu-se uma pesquisa sobre o estudo de instrumentos de acompanhamento de custos, com o objetivo de implantação na Coordenação de Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde Pública da Ensp. Tal mecanismo possibilita um acompanhamento permanente da utilização dos recursos financeiros e

⁴ Conforme Portaria n°. 068/2004 da Capes, acatada como critérios de credenciamento no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da Ensp em reunião da CPG de 02/03/2005, ficam assim definidas as categorias:

Docentes Permanentes (constituem o núcleo principal de docentes de um programa) – docentes que atendam a **todos** os seguintes pré-requisitos: desenvolvam atividades de ensino e participem de projeto de pesquisa do programa; orientem alunos de mestrado ou doutorado, estando devidamente credenciados; tenham vínculo funcional com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas ou instituições, se enquadrem em condições especiais definidas pela Capes; mantenham regime de dedicação integral à instituição (40 horas) permitindo-se percentual inferior com regime de dedicação parcial.

Docentes Visitantes – docentes ou pesquisadores com vínculo funcional com outras instituições, liberados para colaborar, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

Docentes Colaboradores – demais membros do corpo docente do programa que não atendam a todos os requisitos para serem enquadrados como *docentes permanentes* ou como *visitantes*, mas participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente do fato de possuírem ou não vínculo com a instituição.

permite o direcionamento para áreas ou setores menos providos ou ainda para incrementar ainda mais os que estejam em expansão.

Foi assim que se descobriu o projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP), criado por dois pesquisadores da Secretaria de Fazenda do Governo do Estado da Bahia, a ser detalhado mais adiante, e que apresenta grande potencial de ser incorporado ao processo de trabalho de gestão do Programa ou mesmo da Coordenação de Pós-Graduação como um todo.

Para conhecer sua viabilidade técnica e prática, em princípio bastante atraente e apropriado, analisaram-se seus pontos principais, aplicados no ambiente cultural da Ensp e da Fiocruz, além de outros determinantes para adaptação a nossa realidade.

Embora o projeto ACP funcione em uma plataforma *web* (internet), para que atenda aos diversos níveis gerenciais vinculados à secretaria de Fazenda, ao qual está vinculado, nosso estudo foi realizado por meio de um teste-piloto, utilizando-se um formato manual de preenchimento, por meio do programa *Microsoft Office Excel 2003*, em que se fez a alocação de todos os eventos financeiros (gastos) realizados pelo Programa de Saúde Pública, com os recursos do Tesouro (Siig) e do Proap/Capes, durante o ano de 2006.

3. Revisão da Literatura

O paradigma rotulado por alguns autores como “Economia do Conhecimento e do Aprendizado” encontra-se diretamente vinculado ao surgimento e ao crescente uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Com isso, abarca também um intenso debate em virtude da relação direta com o fenômeno da globalização (Vargas, 2002). Nesse contexto, surge

a era da ‘Economia do Conhecimento’, caracterizada por três principais elementos: a crescente importância de transações econômicas focalizadas no conhecimento; a acelerada mudança qualitativa em produtos e serviços; e a própria incorporação da criação e implementação de mudanças como um objetivo dos agentes econômicos. (Carter, 1994 *apud* Vargas, 2002: 13).

As inovações ocorridas nos diversos níveis da computação vêm afetando de forma desigual não só as atividades econômicas de modo geral, mas também todas as áreas e níveis no âmbito das empresas, o que tem determinado um novo tipo de organização e de administração e criado novas formas de integração e de relação entre as organizações (Lastres & Ferraz, 1999; Cassiolato, 1999).

Existe uma divergência entre os autores com relação à globalização e os Sistemas Nacionais, onde alguns identificam que a economia do mundo está se tornando globalizada, as fronteiras nacionais estão se ‘derretendo’ e a concorrência ocorre no âmbito das grandes organizações. Nessa forma de visão, apoiadas por exemplos de poderosas multinacionais que, através de todo um aparato tecnológico, conseguem atingir amplamente o mercado em vários países, inclusive tirando vantagem das próprias diferenças entre eles. Outros, porém, argumentam que essas diferenças contribuem fortemente na definição do perfil industrial e tecnológico, habilidades, competitividade e modelo organizacional, propiciando uma crescente disputa para o crescimento das economias nacionais ‘domésticas’. Os defensores dessa linha argumentam que a demanda globalizada ocorre apenas para produtos específicos, onde características, por exemplo, geográficas, poderiam afetar drasticamente o desempenho de máquinas, instrumentos, veículos e outros materiais de forma a inviabilizar sua utilização. Acrescentam-se a tais argumentos fatores como cultura e religião, que podem

criar barreiras intransponíveis para mercados como os de alimentos e vestuário, por exemplo (Lastres & Ferraz, 1999).

Segundo a teoria neo-schumpeteriana, o processo de aprendizado ocorre por meio da acumulação de conhecimentos codificados e de experiências próprias (conhecimento tácito) que são absorvidas mediante contextos distintos e complexos, com a existência de quatro categorias distintas de conhecimento: *know-what* e *know-why*, que podem ser facilmente transferíveis (conhecimento codificado); e *know-how* e *know-who*, que estão vinculados às experiências e qualificações pessoais (conhecimento tácito) (Vargas, 2002).

No atual cenário mundial, as incertezas parecem prevalecer sobre todos os outros sentimentos, no sentido de que tudo se transforma com uma velocidade assustadora, onde os produtos se tornam obsoletos em pouquíssimo tempo, as informações fluem de forma quase instantânea de um pólo a outro e as competições ocorrem em todos os níveis do mercado e no âmbito das próprias organizações (Lastres & Ferraz, 1999).

A produção do conhecimento sempre esteve aliada à idéia de crescimento, seja de cunho pessoal e/ou coletivo, desenvolvimento, ampliação de possibilidades e obtenção de poder. Para a obtenção de tais objetivos, a humanidade vem se utilizando de todos os recursos naturais, renováveis ou não, para a criação e o constante aperfeiçoamento dos meios de transporte, produção, organização, comunicação produtos etc., ou seja, inovando, para que as organizações/nações na qual se inserem estejam 'na ponta' do processo de inovação.

3.1. Avaliação da Qualidade

A qualidade do ensino superior tem se constituído, nos últimos tempos, em tema de interesse nacional em estudos realizados por pesquisadores de várias instituições do País.

A qualidade do ensino foi aqui definida tomando-se como parâmetro o PNPG 2005-2010 (Capes/PNPG, 2004), que considera como alguns dos objetivos da Pós-Graduação para os próximos anos:

- o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação;
- a formação de docentes para todos os níveis de ensino;

- a formação de quadros para mercados não acadêmicos (Ministério da Saúde, 2005). Tais objetivos são absolutamente pertinentes considerando-se que as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação representam componentes fundamentais para que um país tenha inserção competitiva no mercado mundial por meio da agregação de valor aos seus produtos e processos, de forma a alavancar o processo de superação de desigualdades que marcam a inserção do Brasil no sistema internacional.

Tem-se pensado muito sobre as várias formas de avaliá-la, seja quanto ao grau de conhecimento que se tem transmitido, seja na forma como este é transmitido, ou ainda em como este é absorvido pelos discentes.

Objetivando-se ter maior nitidez sobre o assunto tratado, promoveu-se uma consulta ao *site* do ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), que elaborou Termo de Referência para uniformizar a linguagem utilizada no âmbito do setor público sobre avaliação de desempenho (*site* da CGU/SFC, acessado em 15/jun/2006). São eles:

- **Desempenho** – que representa o resultado alcançado pela gestão de ações ou atividades, em termos da sua adequação aos seus fins. São considerados tanto os resultados produzidos, quanto a utilização dos recursos.
- **Indicador de Desempenho** – expressa a relação quantitativa que possibilita instrumentalizar a avaliação de desempenho, a partir das dimensões da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade.
- **Avaliação do Desempenho** – é a análise final obtida mediante comparação dos resultados alcançados pela instituição, atividades ou programa/projeto governamental, a partir de padrões de desempenho claramente definidos. Este processo deve considerar:
 - as hipóteses sobre as condições de operação das instituições avaliadas;
 - um sistema de indicadores de desempenho;
 - os critérios explícitos de avaliação com base nos indicadores e nas hipóteses adotadas.

Dimensões ou Atributos do Desempenho – conceito de natureza complexa, o desempenho, para ser mensurado, deve ser desdobrado em suas dimensões ou atributos: eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade.

Indicadores de desempenho

- **Indicadores de eficiência** – estabelecem a relação das cargas de trabalho com os recursos empregados. Esse tipo de indicador apresenta maior utilidade do que os indicadores de carga de trabalho, na medida em que oportuniza avaliar a ocorrência de mais serviços pelo mesmo custo. Os dados sobre a eficiência são úteis para uma gestão racional dos recursos; os gestores precisam destes dados a fim de determinar se o nível de eficiência está atingindo um padrão aceitável.

- **Indicadores de eficácia** – são úteis para avaliar se a instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas. Trata-se de indicadores voltados mais para aferição de resultados para fora. É natural supor que as organizações públicas desejem saber se seus objetivos e metas estão sendo efetivamente cumpridos. Exatamente nesse ponto reside a importância dos indicadores de eficácia. A utilização dos indicadores de eficácia ocorre quando da comparação entre o volume de desempenho real, com o montante do resultado desejado.

- **Indicadores de economicidade** – estabelecem a relação das cargas de trabalho com os custos incorridos. Esse tipo de indicador apresenta maior utilidade do que os indicadores de carga de trabalho, na medida em que oportuniza avaliar a ocorrência de redução dos custos da instituição, ou dos serviços prestados.

- **Indicadores de efetividade** – são úteis para mensurar impactos estratégicos e benefícios sociais, vinculados à missão institucional da unidade de longo prazo. É natural supor que as organizações públicas desejem saber se seus objetivos e metas estão tendo incidência sobre a realidade que pretendem alterar, ou manter; essas medidas são as mais difíceis de criar e, normalmente, são as de menor disponibilidade dentre os tipos indicadores citados.

- **Indicadores de Qualidade** – permitem descrever, sob forma de medida numérica, o desempenho quanto à qualidade. Possibilitam comparações entre conjuntos de dados e análise de sua evolução no tempo, revelando tendências. Em outras palavras, são indicadores que medem a satisfação dos clientes num determinado processo e,

portanto, devem ser definidos em conjunto com os clientes. (site da CGU/SFC, acessado em 15/Jun/2006).

A promulgação da Lei n°. 10.861, em 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi um passo bastante importante para a garantia da qualidade da educação superior. É óbvio que, como em qualquer processo, são priorizadas algumas questões em detrimento de outras. Conforme Hortale, Moreira & Koifman (2004: 998), “aponta para um formato de avaliação a ser realizada em função dos objetivos estabelecidos pela própria instituição (auto-avaliação), complementada por avaliações externas”.

Com relação ao ensino *lato sensu*, são regulamentados pela Resolução CNE/CES n°. 1, de 3 de abril de 2001. O credenciamento desses cursos é feito para a instituição, seja de ensino superior propriamente dita ou especialmente credenciada para esse fim, e não por curso especificamente. Os cursos em si independem de autorização, reconhecimento ou renovação, devendo, contudo, atender às disposições contidas na referida Resolução. Com relação à avaliação, as únicas orientações observadas referem-se aos artigos 7°. e 8°, em que: por ocasião do credenciamento das instituições os cursos ficam sujeitos à supervisão dos órgãos competentes; e que estas instituições devem, quando solicitadas, fornecer informações de seus cursos ao censo do ensino superior.

No âmbito do ensino de pós-graduação *stricto sensu*, os Programas de Pós-Graduação que são avaliados pela Capes para que sejam recomendados⁵ ou reconhecidos,⁶ são anualmente acompanhados e trienalmente avaliados pelo chamado Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que atribui notas de 1 a 7 com vigência no triênio seguinte. Essas notas, além de conferirem reconhecimento acadêmico, representam parâmetro para a definição de cotas das bolsas, sejam elas tanto para o Programa de Demanda Social (DS), o Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap), além de outros tipos de financiamento, inclusive de bolsas no exterior, como por exemplo, o Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDEE).

Um dos objetivos deste estudo consiste na identificação de técnicas ou índices de avaliação de resultados que representem de forma mais fidedigna e realista possível

⁵ Cursos que passaram pela avaliação do Conselho Técnico Científico (CTC), para posterior avaliação e aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

⁶ Cursos já reconhecidos por Ato do ministro da Educação.

os programas de pós-graduação *stricto sensu*, embora saibamos que, conforme Hortale, Moreira & Koifman (2004), por mais completo que seja o instrumento utilizado para avaliar o funcionamento de uma instituição nunca se chegará a um resultado exato e verdadeiro, será sempre algo provável ou possível, mas que servirá de base para o planejamento, execução e o acompanhamento das principais atividades de uma instituição de ensino superior.

Cada instituição, setor ou às vezes até cada área de atuação de uma mesma instituição, ou seja, cada contexto, exige ou necessita de um determinado modelo que melhor represente a sua realidade.

O SNPG, como é unânime entre os autores, representa um dos maiores avanços da educação superior brasileira. Tenta abranger o máximo de indicadores possíveis a fim de captar essas realidades específicas, mas ao mesmo tempo tão semelhantes. A avaliação dos Programas, e não das Instituições, é realizada por pares indicados pelas próprias IES, e tem como base dimensões quantitativas e qualitativas.

O que se observa, porém, é que os critérios de avaliação utilizados atualmente pela Capes são de cunho muito mais quantitativo, relacionado ao número de docentes e discentes comparados ao número de publicações, de disciplinas oferecidas, dos prazos de titulação, entre outros itens. Nesse sentido, é extremamente complicado um curso com corpo docente consideravelmente grande e conseqüente absorção de um número ainda maior de novos alunos a cada ano ser comparado em iguais condições com um programa demasiadamente menor. Em determinados aspectos, um ou outro certamente terá sua avaliação prejudicada em algum ponto.

Uma outra questão que se apresenta é a falta da cultura da avaliação interna ou auto-avaliação (Hortale, 2003). Conforme estudo realizado por Hortale & Moreira (2007), identificou-se que os instrumentos e procedimentos utilizados pelas IES para esta finalidade não são de caráter sistemático. De acordo com os autores, as instituições devem priorizar mais a auto-avaliação, como um dos componentes mais importantes da avaliação institucional, estimulando o ambiente institucional de forma a se criar uma cultura em âmbito geral, ou seja, que inclua os dirigentes, docentes, demais funcionários e alunos no desenvolvimento dessa etapa da avaliação institucional.

Uma forma de auto-avaliação que tem sido utilizada na Ensp é a realização das reuniões anuais do Colégio de Doutores da Ensp. Porém, tem ocorrido que as Coordenações levam para as referidas reuniões pauta já definida e praticamente fechada, com discussões já com algum grau de amadurecimento, para resolver problemas

pontuais ou para discutir e aprovar propostas já estruturadas ou semi-estruturadas, o que muitas vezes acaba gerando conflitos e outras questões ainda mais complicadas. Nem sempre nesses encontros são realizadas discussões com o intuito de auto-avaliação.

A partir da reunião do Colégio de Doutores de 2003 iniciou-se o processo de identificação de cenários, discussões e de mudanças na Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Ensp. O principal objetivo dessa reestruturação é exatamente a busca pela melhoria da qualidade de seu ensino (Rivera, Artmann & Freitas, 2004).

A criação de programas menores, como vem ocorrendo, torna-os mais ágeis e dinâmicos e com maior capacidade de interação, entre si e com programas de outras IES, sem que nenhum dos programas esteja ou se torne sobrecarregado.

Considerando o volume que o Programa apresentava, e ainda, com a velocidade com que vinha aumentando tanto o seu quadro docente quanto discente a cada ano, sua gestão seja financeira, técnica ou operacional estaria seriamente comprometida em pouquíssimo espaço de tempo.

Não só o Programa de Saúde Pública, mas a própria Ensp, e porque não dizer a Fiocruz em si, atravessam um amplo processo de discussão quanto a sua missão e identificação de suas oportunidades, ameaças, forças e fraquezas.

Outras formas de auto-avaliação também têm sido cogitadas. Por exemplo, em Hortale (2003) discute-se que, para avaliação da qualidade, é necessário entre outros elementos saber qual o grau de satisfação dos alunos e suas respectivas avaliações quanto à qualidade do curso.

No próprio Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, onde desenvolvo minhas atividades profissionais, a prática de auto-avaliação que considera o grau de satisfação do corpo discente está ainda ‘engatinhando’. Até determinado momento, deu-se somente a aplicação, ao final das disciplinas, de um formulário. Nele, os alunos respondiam a perguntas objetivas e subjetivas, com a finalidade de expressar a sua satisfação com relação a conteúdo, docentes, material didático, aplicabilidade do aprendizado. Constava dele também a possibilidade de sugestões com o objetivo de melhorar as disciplinas. Esse processo foi ampliado a partir da realização do projeto aprovado pelo Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (Prodoc/Capes), intitulado “desenvolvimento da área de avaliação da qualidade do ensino em Saúde Pública”, realizado pelo professor Carlos Otávio Fiúza Moreira. Ocorreu, a partir de então, o incremento de uma reflexão mais aprofundada sobre a avaliação e o desenvolvimento pedagógico. O formulário, que já era utilizado

anteriormente, foi aprimorado. As informações fornecidas pelos alunos das disciplinas podem agora ser consolidadas em um *software* específico, que realiza sínteses quantitativas, além de um modelo para a produção de relatórios. Depende agora da Coordenação de Pós-Graduação, e da própria Direção, a institucionalização do processo para a Ensp como um todo.

Quando um candidato procura um curso, como mestrado ou doutorado, alguns dos principais fatores podem estar relacionados à: busca por uma satisfação pessoal; interesse em estudar aquilo que gosta ou se identifica mais; curiosidade de aprofundamento em determinada área ou assunto específico, entre outros motivos individuais. Se já desenvolve uma atividade profissional, a tendência natural é que esta busca esteja diretamente ligada ao desenvolvimento de capacidades que auxiliem no desempenho destas atividades ou que possibilitem almejar progressões no âmbito de suas competências.

Pensando assim, os egressos de um curso ou de um Programa regular não seriam um indicador a ser verificado para a sua avaliação? Por exemplo: quanto ao conteúdo do Programa, é abrangente o suficiente para formar um determinado profissional? A teoria apresentada reflete a realidade do ambiente institucional de seu público alvo? Qual o grau de satisfação dos egressos imediatamente após o término do curso? E a médio e longo prazo, este representou algum diferencial se comparado a outros profissionais do mercado de trabalho? De que forma, efetivamente, o aprendizado do curso pôde e foi efetivamente aplicado na sua rotina de trabalho ou mesmo na sua vida de modo geral?

Entendo que estes são alguns questionamentos que podem, ou devem, ser observados em uma avaliação que objetive alcançar no maior grau possível a sua realidade, de forma a extrapolar o seu ambiente interno, seja do curso ou da própria instituição de ensino.

Deve-se pensar nos alunos como clientes, que ficam na instituição de ensino por um período de 2 (dois) anos para o mestrado e 4 (quatro) anos para o doutorado, e nesse tempo utilizam-se dos diversos ‘serviços’ e benefícios oferecidos no âmbito de um curso específico.

Não se entende aqui clientes na condição de visão privada e mercadológica em que “o cliente tem sempre razão”, mas no aluno como cliente/usuário que deve ser visto e entendido como parceiro e que compartilha dos mesmos interesses. Nesse sentido, ele deve ter como meta a concretização de suas pesquisas e, conseqüentemente seus artigos e a tese ou dissertação. E, na condição de instituição ‘prestadora de serviços’, com o

objetivo de não atender, mas de superar as expectativas destes com diferenciais que efetivamente agreguem valor. Inserem-se nesse contexto o comprometimento de todos os que trabalham na instituição, desde seus dirigentes ao mais humilde profissional, e principalmente o pessoal da ‘linha de frente’, passando por todas as áreas direta ou indiretamente envolvidas. É necessário para isso, logicamente, que seja oferecido treinamento – para que esses profissionais detenham com clareza e profundo conhecimento todos os detalhes necessários ao desenvolvimento de seu trabalho – e capacitação, a fim de que estejam preparados para lidar com as mais diversas situações que possam surgir em seu dia-a-dia (Abdalla, 2007).

Durante esse tempo os alunos contam com aulas em que o conteúdo pedagógico, o material didático, a própria didática do docente e os recursos tecnológicos disponíveis para as aulas representam a essência de um curso. Porém, outros aspectos extremamente relevantes podem e devem ser observados e utilizados como critérios de avaliação dos Programas. Incluem-se aqui:

- a biblioteca – seu espaço físico e o ambiente, variedade e disponibilidade do acervo, recursos para pesquisa em bases de dados, possibilidade de acesso ao acervo de outras bibliotecas, qualidade no atendimento ao público;
- o espaço virtual – computadores disponíveis contando com *softwares* atualizados, com possibilidade de impressão, além de outros recursos multimídia;
- espaços apropriados para a realização de trabalhos em grupo ou individuais, e também de convívio e descontração dos alunos;
- restaurante com alimentação de qualidade, variedade e preço acessível, de preferência no próprio *campus* ou o mais próximo possível, a fim de que o horário disponível seja suficiente e possa ser aproveitado de maneira adequada e satisfatória;
- secretaria acadêmica com atendimento com educação, presteza e clareza, para que haja acolhimento, receptividade e respeito para atendimento a todas as necessidades dos alunos, desde a sua chegada (ainda como candidato) até sua desvinculação com a instituição (entrega do diploma).

É lógico que se deve considerar que essa é uma ‘via de mão dupla’. Haverá sempre alunos que, mesmo com todo um arsenal de recursos e possibilidades a seu

favor, não conseguirão chegar ao seu objetivo. Esta é uma realidade imutável em todos os níveis de formação, em todas as áreas e em todo o mundo.

Também pensando na melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, na qualidade dos seus trabalhos finais e dos artigos a serem publicados, a Coordenação de Pós-Graduação da Ensp realiza, quase que anualmente desde 2001, a “Oficina de Trabalho para Elaboração de Artigos Científicos”. É oferecida aos alunos dos cursos de mestrado e doutorado da Ensp e, a partir de 2003, tornou-se acessível também para os alunos do Instituto Fernandes Figueira (IFF), Unidade Técnico-Científica integrante da Fiocruz. Em dezembro de 2006 promoveu-se a 5ª edição da Ensp e 3ª do IFF.

Nessa oficina, os alunos apresentam um artigo pronto ou em fase final de elaboração, os quais são avaliados sobretudo levando-se em consideração seu conteúdo, grau de amadurecimento e potencial para publicação. As oficinas têm por principal meta, entre outras, melhorar ainda mais a capacidade e possibilidade de publicação desses artigos, além de capacitar os alunos para o desenvolvimento de futuros trabalhos. Ao término das oficinas os alunos participantes preenchem um formulário para avaliação desta e, aproximadamente após um ano da realização de cada oficina, a Coordenação do Programa faz contato com cada participante para saber em que momento encontra-se o artigo trabalhado (se já foi publicado, aprovado para publicação ou em processo de aprovação). Essas informações são extremamente importantes para que sejam feitos ajustes necessários ao seu aprimoramento ou mesmo para que seja possível avaliar a pertinência ou não da continuidade de realização das oficinas. Por exemplo: uma das mudanças ocorridas em virtude dos comentários dos alunos foi quanto ao tempo de realização das oficinas que, inicialmente, era de dois dias e meio e foi ampliado para três dias e meio, e também quanto à dinâmica de realização das mesmas.

Outra importante questão a ser pensada com relação à qualidade do Ensino refere-se à ‘imposição’, por parte da Capes, e como conseqüência, das coordenações dos Programas com seus alunos, quanto aos prazos para defesa de dissertação/tese. Ou seja, a alucinada corrida cotidiana, repassada aos tempos exigidos para a defesa das teses/dissertações. Podem-se considerar dentre os vários fatores que corroboram com essa teoria alguns importantes, mas não os únicos para se determinar a qualidade de um trabalho científico ou acadêmico. Um desses fatores é que a revolução ocorrida nas últimas décadas nos meios de comunicação, principalmente com a evolução das tecnologias relacionada à informática e todo o arcabouço técnico-científico inserido

nesse contexto, vieram a auxiliar inquestionavelmente na agilidade e facilidade para a realização dos trabalhos de pesquisa. Um outro fator inquestionável concentra-se na qualidade do trabalho dos orientadores, doutores com notório conhecimento em suas áreas específicas de conhecimento que devem estar preparados e predispostos a um acompanhamento rigoroso, porém consciente e comprometido com a qualidade. Da mesma forma, os membros das bancas e demais docentes envolvidos nos processos de avaliação às quais os alunos são submetidos durante todo o seu processo de formação são formadas obrigatoriamente também por doutores, competentes e responsáveis, com o alcance da qualidade exigida de um trabalho final de mestrado ou de doutorado.

Contudo, existe um fator fundamental em todo e qualquer processo de formação: o próprio aluno. Torna-se necessário que haja tempo para que ele possa assimilar, refletir e amadurecer de forma criteriosa, consciente e sensata todo o conhecimento adquirido, e assim possa incorporá-lo a suas idéias e propostas. Além disso, em alguns casos, existe também a necessidade de testar ferramentas e hipóteses, podendo assim identificar falhas, corrigi-las ou realizar adaptações à realidade do seu objeto de estudo. Esses certamente são passos fundamentais no desenvolvimento de uma proposta consistente e que possa efetivamente ser implantada com significativa diminuição dos riscos de que seja mal-sucedido durante seu processo de implantação efetiva.

Refletindo ainda sobre essa questão da redução dos tempos, ou melhor, da fixação de prazos para a defesa, traz-nos à lembrança o empresário Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, que criou novos parâmetros a partir da criação das linhas de montagem da empresa. Tinha como base a idéia de que um produto deve estar pronto no tempo exato para que outro entre na grande esteira de produção e, assim, se mantenha o ritmo exigido pelos padrões estabelecidos. De forma analógica, como os exigidos pelos órgãos de avaliação e fomento e de acordo com padrões internacionais.

O PPGSS-SP da Ensp, como parte integrante da Fiocruz, tem como missão formar pesquisadores, lideranças e docentes, além de quadros estratégicos para o SUS. Nesse sentido, prima pela constante melhoria da qualidade e adaptação de seus cursos às realidades locais, nacional e internacional, visando sempre à melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com Hortale & Moreira (2007), os processos de avaliação ou auto-avaliação estão ainda excessivamente focados na produtividade acadêmica e científica dos docentes e discentes dos Programas, sem considerar, por exemplo, o impacto social

de suas atividades ou a inserção dos temas ou resultados alcançados na agenda do governo para o bem da saúde coletiva. Ainda conforme os autores,

falar em avaliação no Sistema Educacional e de C&T, significa não somente realizar uma análise pormenorizada de um objeto, mas buscar implementar modelos de análise que levem à compreensão das diversas dimensões que influenciam a qualidade dos resultados obtidos. (Hortale & Moreira, 2007)

A pergunta a ser feita com relação à questão dos prazos refere-se à finalidade específica em se ‘apertar’ os prazos para defesa. Ou ainda, de considerar que todos os alunos, independentemente de seus temas, propostas ou outras especificidades a serem avaliadas, tenham o mesmo prazo para defesa. Será que este não deveria ser, como já dito anteriormente, um dos critérios de avaliação a ser utilizado para medir o grau de satisfação dos alunos com o curso? Qual o ganho real com essa prática? É necessário que seja assim? É esse um bom caminho, um caminho a ser seguido por todos? Estes, certamente, deveriam ser alguns dos itens a serem considerados em um instrumento de avaliação, ou de auto-avaliação, de cursos em que se considere a opinião dos alunos.

3.2. Projeto Apropriação de Custos Públicos – ACP

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação tem como uma de suas atribuições a administração dos recursos financeiros disponíveis para a manutenção do Programa, como os gastos gerados com: despesas administrativas, aquisição de materiais e equipamentos, financiamento de viagens para participação dos alunos e docentes em eventos no Brasil e no exterior, tradução de artigos para publicação em periódicos internacionais, financiamento de bolsas de estudos para os alunos, dentre outras. Desde a criação do Programa de Pós-Graduação as formas de financiamento, bem como a utilização dos recursos disponíveis, passaram por várias transformações até adquirirem o perfil atual. Com o intuito de aumentar a qualidade do programa e, conseqüentemente, sua pontuação na avaliação geral da Capes faz-se necessário que

esses recursos sejam utilizados da forma mais eficiente e eficaz possível, de maneira que possibilite contemplar ao máximo as necessidades de todas as áreas do Programa.⁷

A cada dia torna-se mais imperiosa a necessidade da gestão dos recursos públicos de forma transparente e eficiente. Atendendo às demandas de forma eficaz e efetiva (Gondim Filho, 2002), a intenção é a de contribuir para que o Programa de Saúde Pública possa se manter no patamar de excelência alcançado na última avaliação da Capes, quando obteve o conceito 6, com a perspectiva de se alcançar o conceito 7 (conceito máximo) nas próximas avaliações.

No setor público, a gestão financeira tem como finalidade a identificação de alternativas gerenciais necessárias à otimização na utilização de seus recursos. A sociedade recebe diariamente, através da mídia, um verdadeiro bombardeio de informações negativas quanto à utilização dos recursos públicos, tais como: ineficiência, desvios, fraudes, enfim, incompetência pura e corrupção generalizada. Tal situação fere e compromete terrivelmente a imagem dos gestores, que se sentem obrigados a rever e buscar novas formas de administração e de estabelecer processos de avaliação de desempenho que representem a realidade da situação.

Os recursos provenientes de fontes externas à Fiocruz, de certa forma, visam a complementar os recursos do Tesouro, e assim garantir a sustentabilidade financeira da Pós-Graduação para o desenvolvimento de suas atividades. A sustentabilidade financeira representa, em parte, conforme Silveira et al. (2004), um contínuo processo de auto-avaliação que possibilita à instituição reconhecer a sua própria realidade, e assim compreender melhor o conjunto de suas atividades a fim de melhorar a qualidade de seu desempenho e assim alcançar seus objetivos.

Competência, profissionalismo, produtividade e inovação são elementos essenciais ao sucesso de uma organização. Hoje em dia, o ambiente global é competitivo e pontuado por mudanças em alta velocidade. As empresas bem-sucedidas sustentam-se pelo fato de se anteciparem a essas mudanças; modernizando-se e expandindo sua capacidade de aprendizagem e inovação. O processo de crescimento consolida-se através do investimento em sua força de trabalho, na

⁷ Cabe registrar que os cursos de Mestrado Profissional não se encontram inseridos neste estudo em virtude da escassez de tempo para a conclusão do mesmo, o que inviabilizaria sua realização, bem como pelo fato de serem de auto-gestão, com coordenação e infra-estrutura próprias, embora política, hierárquica e academicamente estejam subordinados à Coordenação de Pós-Graduação.

melhoria contínua de seus processos e num sistema de gerenciamento da Qualidade. (Ferreira, 2004: 20)

De acordo com Maldonado (2005: 5-6), administração

Constitui a maneira de utilizar os diversos recursos operacionais – humanos, materiais, financeiros, de informação e tecnologia – para alcançar objetivos e atingir elevado desempenho. Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz. ... A administração faz as coisas acontecerem através das pessoas, levando as organizações ao sucesso.

O montante dos recursos disponíveis na Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Ensp possui particularidades que não têm sido pensadas de forma estratégica. Houve uma evolução na implantação de diversas formas de captação de recursos, absorvidos de forma automática sem o estabelecimento de mecanismos de gestão que dessem conta dessas particularidades.

Observamos que cada uma das fontes de recursos disponíveis possui regulamentação própria, que pode estar subordinada diretamente à instituição de onde se origina. Por exemplo: recursos vinculados a rubricas específicas impostas pelos respectivos órgãos de fomento. Isso implica, na maioria das vezes, limitação dos itens (produtos e serviços) nos quais podem ser aplicados tais recursos.

Os recursos disponíveis foram aqui qualificados como diretos e indiretos.

Consideraram-se recursos diretos aqueles em que há mais autonomia por parte da Coordenação do Programa, de acordo com a política adotada sobre as suas finalidades, ou ainda, que estes sejam geridos no âmbito da Coordenação.

Os recursos indiretos são aqueles em que a Coordenação do Programa não tem participação ativa quanto à utilização dos mesmos ou não obtém nenhum benefício direto com estes. Consideraram-se aqui apenas os recursos destinados como forma de bolsa, sejam elas oferecidas a alunos ou docentes.

Recursos diretos:

- **Tesouro (por intermédio do Sistema Integrado de Informações Gerenciais (Siig – antigo Plano de Objetivos e Metas, POM)** – discutido e distribuído nos CDs da Fiocruz e, posteriormente, nas Unidades, de acordo com o valor liberado pelo governo federal. Este recurso é utilizado principalmente nas despesas cotidianas de manutenção da Coordenação (custos fixos), para o pagamento de passagens e diárias, pagamento dos salários e demais encargos sociais relacionados aos terceirizados lotados no Setor, bem como para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas. Por exemplo, contratação de serviços de tradução e revisão de artigos científicos a serem submetidos a periódicos internacionais. É uma política própria da Ensp utilizar parte de seu orçamento para o financiamento de bolsas para os alunos dos cursos de mestrado e doutorado, concedidas mediante a rubrica “Apoio Financeiro a Estudantes”. Em virtude de, tanto a quantidade de bolsas quanto o valor do benefício serem definidos pela Coordenação, e ainda porque, como já dito anteriormente, ser esta uma política institucional, esta é a única modalidade de bolsa considerada como um recurso direto.

- **Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap/Capes)** – esse recurso, repassado a Instituições de Ensino Superior (IES) com programas de pós-graduação que possuam quota de bolsa concedida pelo Programa de Demanda Social (DS) da Capes, é utilizado para o pagamento de despesas de custeio, com as seguintes finalidades: apoiar a Pós-Graduação na realização de eventos científicos organizados pela Coordenação; propiciar a participação de alunos e docentes em eventos nacionais e internacionais, por meio do pagamento de passagens e diárias, e na aquisição de materiais de consumo, bem como para a realização de serviços para as pesquisas em andamento, envolvidas com a pós-graduação. “Destina-se a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*” (Portaria Capes nº. 10/2002).

Um exemplo bastante expressivo é o financiamento das diárias dos alunos que têm trabalhos aprovados para Congressos, tais como o da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes), que acontecem com maior periodicidade e que abarcam o maior número de alunos do Programa.

- **Programa de Qualificação Institucional (PQI/Capes)** – destinado a financiar a formação de docentes de instituições públicas de ensino superior, vinculado a projetos conjuntos de pesquisa e pós-graduação entre equipes de diferentes regiões, cidades ou de diferentes instituições, mesmo que na mesma cidade. “O PQI visa promover o desenvolvimento acadêmico das IES públicas através: do estímulo à elaboração e implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional; da qualificação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do país; e do apoio a políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados” (*site da Capes, acessado em 22/out/2005*).

Recursos indiretos:

- **Programa de Demanda Social (DS/Capes)** – é o programa da Capes responsável pela concessão de quotas de bolsas... “definida com base nos resultados do sistema de acompanhamento e avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, coordenado pela Capes. Tem por objetivo a formação de recursos humanos de alto nível necessários ao País, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades.” (Portaria Capes nº. 52/2002).

- **Bolsas do CNPq** – tem os mesmos objetivos do Programa de Demanda Social da Capes.

- **Programa de Bolsas Nota 10 – Faperj** – esse Programa visa premiar os melhores alunos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* por meio do financiamento de bolsas para o segundo ano dos alunos de mestrado e terceiro e quarto anos dos alunos de doutorado. A quota de bolsas é definida com base na nota obtida pela instituição beneficiária na avaliação da Capes.

- **Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE/Capes)** – os alunos do curso de doutorado têm a oportunidade de realizar um ‘estágio’ em instituições de ensino e/ou pesquisa no exterior, em períodos que variam de quatro

meses a um ano, com a finalidade de ampliar seus conhecimentos e melhorar a qualidade de sua tese, sem que isso obviamente represente uma ampliação do prazo para a defesa do aluno.

A modalidade de bolsa de Estágio de Doutorando visa proporcionar aos estudantes a oportunidade de desenvolver parte de sua pesquisa de doutorado em instituição no exterior de reconhecida excelência e baseia-se no princípio da cooperação entre docentes e pesquisadores para a formação de novos doutores no país. (*site da Capes/Estágio de Doutorando, acessado em 22/out/2005*)

Nesse sentido,

o PDEE atua de forma complementar aos esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil, na formação de docentes e pesquisadores de alto nível para inserção no meio acadêmico e de pesquisa no País. Tem como objetivo contribuir para o estabelecimento e/ou a manutenção do intercâmbio dos cursos de pós-graduação do país com seus congêneres no exterior, por intermédio da concessão de quotas de bolsas para estágio de doutorando no exterior às IES. (*site da Capes/Orientações PDEE, acessado em 22/out/2005*)

Esse Programa compreende os seguintes benefícios:

- bolsa mensal, referente ao período aprovado, depositada em conta no exterior;
- auxílio-instalação, como contribuição para despesas iniciais de acomodação no exterior, depositado em conta no Brasil e antes de o aluno viajar;
- seguro-saúde, oferecido aos bolsistas que forem viajar para países que não ofereçam tal cobertura;
- passagens aéreas, de ida e volta, para a realização do estágio.

Conforme ainda as normas desse Programa, tais benefícios obedecem a critérios específicos que, se não cumpridos, podem ser cancelados pela Capes.

• **Programa de Absorção Temporária de Doutores (Prodoc/Capes)** – esse auxílio financeiro é composto de uma ‘bolsa de pós-doutoramento’, para o financiamento de

um recém-doutor, e também destinado ao pagamento de despesas de custeio para as atividades diretamente vinculadas ao projeto que tenha sido submetido e aprovado para ser apoiado pela Capes, a ser desenvolvido pelo recém-doutor aprovado pelo programa de pós-graduação beneficiado pelo Prodoc. “Busca responder a necessidade de aquisição de vivência acadêmica junto a equipes docentes de programas de pós-graduação... viabilizando a complementação da formação de recém-doutores, e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de projetos institucionais voltados para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a melhoria do desempenho dos programas brasileiros de pós-graduação” (Portaria Capes nº. 87/2004). É aprovado pela Capes no âmbito de um programa de pós-graduação (Portaria Capes nº. 87/2004). Esse recurso, embora tenha certa autonomia de utilização, não foi aqui considerado como direto, em virtude de sua finalidade específica vinculada ao projeto aprovado pela Capes no âmbito do Prodoc.

• **Programa de Qualificação Institucional (PQI/Capes)** – conforme já mencionado, esse recurso é destinado a financiar a formação de docentes de instituições públicas de ensino superior. Foi considerada especificamente como recurso indireto a bolsa destinada ao aluno cujo projeto tenha sido aprovado durante sua permanência na IES cooperante.

No quadro a seguir realizou-se uma síntese dos recursos atualmente disponíveis no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Ensp.

Quadro 1 – Demonstrativo dos recursos financeiros disponíveis do PPGSS-SP/Ensp

Elemento de Despesa		Tesouro	PROAP / Capes	PRODOC / Capes	PQI / Capes	PDEE / Capes	Bolsa DS / Capes	Bolsa CNPq	Bolsa Nota 10 / Faperj
Custeio	Diária – Servidor (339014)	direto	direto	indireto	direto	-	-	-	-
	Apoio Financeiro a Estudantes / Bolsas (339018)	direto	-	indireto	indireto	indireto	indireto	indireto	indireto
	Material de Consumo (339030)	direto	direto	indireto	direto	-	-	-	-
	Passagem (339033)	direto	direto	indireto	direto	indireto	-	-	-
	Serviço de Terceiros – Pessoa Física e Diária – Colaborador (339036)	direto	direto	-	-	-	-	-	-
	Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)	direto	direto	indireto	direto	-	-	-	-
	Obrigações Tributárias e Contributivas (33.90.47)	direto	-	-	-	-	-	-	-
Capital (449052)*	-	-	-	-	-	-	-	-	

* Nenhuma das fontes de recursos/programas permite, em seu escopo de possibilidades de gasto, a aquisição de bens de capital (permanentes), incluindo o SiiG (Tesouro). É uma política instituída pela Diretoria da Ensp que a aquisição desses bens sejam discutidas e aprovadas no Conselho Deliberativo (CD), sendo, tais despesas, alocadas na Coordenação de Desenvolvimento Institucional e Gestão (CDIG).

Fontes: SIIG/Fiocruz e normas específicas de cada programa por instituição.

Observa-se que, ao contrário do que ocorre no setor privado, no setor público há pouca experiência relacionada à aferição de custos.⁸ Sua apuração no serviço público, seja tanto na esfera municipal, estadual ou federal apresenta quase sempre enorme dificuldade em decorrência de fatores técnicos, metodológicos, culturais e estruturais. Enfim, é um ambiente em que tal prática ainda não foi incorporada como ferramenta extremamente útil e necessária ao acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela instituição.

Na administração pública utilizam-se os conceitos de dotação orçamentária e de verba orçamentária, em que os custos não são aferidos independentemente da área de atuação ou do tipo de serviço prestado (Costa & Miranda Filho, 2002).

A partir dessa deficiência é que se buscou conhecer projetos inovadores nessa área, com o objetivo de preencher algumas das lacunas de cunho gerencial existentes no

⁸ A apuração de custos surgiu para atender à necessidade da administração das organizações desde a Revolução Industrial. Desde então vem se aprimorando e atualmente constitui-se como parte do sistema de informação gerencial nas empresas. Seu objetivo principal é a avaliação dos estoques; alocação dos custos de produção; apuração dos custos dos produtos vendidos e em estoque ou dos serviços prestados, dependendo da área de atuação; controle operacional dos recursos consumidos durante o período e finalmente a apuração individual dos custos dos produtos/serviços (Prado, 2001). Custos são todos os gastos necessários ao desenvolvimento de um produto ou à realização de um serviço. O custo se concretiza no momento da sua utilização e referem-se ao modo com as empresas, seja públicas ou governamentais, consomem os seus recursos para a realização de suas atividades rotineiras (Costa & Miranda Filho, 2002).

setor público. Foi então que descobrimos o projeto de Apropriação de Custos Públicos (ACP) (Costa & Miranda Filho, 2002) desenvolvido por dois pesquisadores pós-graduados das áreas de administração e economia, ambos ligados à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Tal projeto tem como um de seus objetivos o cumprimento da Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, nos seus artigos 4º. § 2º. e 50 § 3º., que serão vistos mais adiante. Além disso, integra-se aos sistemas corporativos do estado da Bahia de forma a possibilitar aos gestores públicos o acesso a informações cruciais quanto à utilização dos recursos disponíveis, com a identificação dos custos de todos os serviços ou produtos oferecidos.

Não se pretende que sejam estabelecidos cortes orçamentários, mas sim qualidade na gestão financeira, de forma a propiciar que um maior número de demandas seja contemplado.

“Sistemas e processos de custeio são importantes fontes de informação para tomadas de decisão e planejamento empresarial”. Embora não diga “exatamente o que fazer (...) indicará o melhor caminho, a melhor decisão a ser tomada. (...) orientará a distribuição interna dos recursos de custeio (manutenção), com base no desempenho, tanto quantitativo como qualitativo” (Castelo-Branco, 2003).⁹

O ACP é um sistema gerencial que representa, para os gestores públicos, uma ferramenta que tem como principal finalidade fornecer informações essenciais sobre os custos envolvidos nas principais atividades desenvolvidas no âmbito do Programa. Tem como princípio norteador a busca por uma gestão transparente e eficiente dos gastos públicos, por meio da criação de um banco de dados oriundo dos registros de contabilidade e do orçamento disponível por fonte de recurso. Incorporam-se a estes as informações obtidas de outros setores de controle financeiro que representem alguma fonte de informação ao sistema.

A implantação de um sistema nestes moldes representa, no âmbito de uma instituição de Ciência e Tecnologia em Saúde, e mais especificamente como o PPGSS-SP da Ensp, uma vantagem competitiva e uma inovação do ponto de vista da qualidade da gestão dos recursos públicos e se insere como ponto de partida para a consolidação de uma cultura de ações baseadas em indicadores de desempenho e de resultados esperados, com isso os gestores do Programa terão melhores condições para a tomada de decisões e o planejamento de suas ações.

⁹ Retirado do resumo da dissertação da autora.

O ACP surgiu em 1998, a partir da necessidade percebida pelos auditores da Sefaz-BA – José Andrade Costa, na época diretor do Departamento do Tesouro da referida secretaria e Carlos Ramos Miranda Filho – em identificar o custeio demandado para que se pudesse compor uma carteira de investimentos para o estado da Bahia. Eles observaram que as informações contidas na contabilidade não se encontravam em formato adequado ao fornecimento das informações que lhes eram necessárias.

Criou-se, então, um grupo de trabalho para estudo do assunto para se instituir um sistema no qual se pudessem apurar os custos. Entre outras informações, pretendia-se obter correlações entre investimentos e gastos de custeio. A partir daí fez-se um levantamento quanto à literatura existente, além de experiências sobre o assunto cujos resultados não foram satisfatórios. Contudo, observou-se que nesse sentido já havia uma preocupação por parte dos administradores públicos.

Com a aprovação da Lei Complementar nº. 101/2000 – a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal –, deu-se início ao desenvolvimento do projeto ACP, que, de acordo com a idéia inicial de seus criadores, busca atender à:

“Art. 4º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá ao disposto no §2º. do art. 165 da Constituição e sobre:

[...]

e) normas relativas ao controle de custo e à avaliação dos resultados dos programas com recursos dos orçamentos;” e

“Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:”

[...]

§ 3º. A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.” (DOU, 2000)

O ACP tem como pretensão, a fim de atender aos seus objetivos, responder a três questões: **o que** se gasta, **como** se gasta e **quem** gasta? Durante a realização desta dissertação recebemos a contribuição de mais uma questão: **para quê** se gasta?

O que se gasta?

Nesse aspecto devem-se identificar quais os principais itens de custo necessários ao desenvolvimento das atividades rotineiras. Tem como finalidade esclarecer

exatamente onde foram aplicados os recursos. Essa identificação ocorre no momento em que são consumidos os produtos ou serviços.

Neste ponto cabe uma importante distinção entre ‘Gasto’ e ‘Custo’. Pode-se dizer que ‘Gasto’ representa todo o desembolso do Governo na compra de ativos, pagamento de despesas e contratação de serviços, enquanto que ‘Custo’ se refere ao efetivo consumo dos recursos no ato da sua utilização. (Costa & Miranda Filho, 2002: 6)

Ou seja, o gasto é o modo como o recurso é usado e custo representa o direcionamento dado no exato momento da utilização ou do consumo do produto propriamente dito.

A contabilidade pública não está voltada para atender a esse objetivo de identificar os custos das atividades desenvolvidas. Porém, para tanto, o ACP utiliza-se da contabilidade pública, por meio dos termos dos elementos de despesa, e identifica os que representam consumo de recursos como ‘itens de custo’ e, assim, agrupa-os em ‘categorias de custo’.

Quem gasta?

Os gastos, na maioria das vezes, são alocados em Unidades Gestoras ou Unidades Orçamentárias que não representam a Unidade de Custo, ou seja, quem realmente consumiu os recursos, que faz correlação com a ‘Unidade Orçamentária’.

Essa questão representa, de fato, a Unidade que teve sua atividade efetivamente beneficiada pelos produtos ou serviços contratados por meio da ‘departamentalização’ desses custos. Dessa forma, os custos são alocados por área ou por setores, obedecendo a regras previamente estabelecidas – ‘regras de apropriação’. Contudo, essa realocação não interfere na contabilidade pública, pois atua apenas no âmbito do ACP.

No Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Ensp, especificamente, a Coordenação disponibiliza seus recursos para a realização das diversas atividades que ocorrem na Escola diretamente relacionadas ao ensino *stricto sensu*, sempre que necessário. Isso acontece quando os departamentos aos quais os docentes (orientadores) ou mesmo os discentes (quando estes são também servidores da própria Fiocruz) estejam vinculados não dispõem de recursos para esse financiamento.

Com relação a esse item, a Fiocruz, incluindo-se a Ensp, já apresenta uma divisão relativamente evidente quanto à utilização de seus recursos. A idéia é, por

meido do ACP, considerar como ‘departamentalização’ dos custos uma divisão que pode se dar, por exemplo, por: cada subárea do mestrado, alunos do doutorado, Serviço de Gestão Acadêmica (Seca) e a própria coordenação do Programa. Serão considerados como unidades funcionais os ‘setores’ efetivamente beneficiados com tais recursos. Cada um seria então um ‘centro de custos’ em potencial, considerando-se o ACP como ‘Unidades de Custos’.

Como se gasta?

O ACP responde a essa questão informando o modo como os custos são produzidos em cada ‘Unidade de Custo’, por departamento/setor. Para obter tal dado utiliza-se o método ABC de custeio. A partir da inclusão dessa variável é possível se acompanhar os custos por ‘atividade’.

O que geralmente ocorre no serviço público, dificultando demasiadamente essa distribuição de responsabilidades, é o rateio das chamadas despesas condominiais.

Para tentar solucionar a questão de rateio o ACP se utiliza do modelo de custeio ABC, pela necessidade de evitar o rateio do custo e a conseqüente perda da responsabilização da Unidade de custo na utilização do recurso. Por exemplo, como ocorre na Ensp, os recursos do Tesouro (Siig) disponibilizados a cada Setor já não considera as despesas com servidores, bem como com energia elétrica, água e bens de capital, entre outros. O ABC possibilita também responder à questão da departamentalização dos custos, que para o ACP significa realocar todas as informações referentes aos gastos, independentemente da origem dos recursos, considerando, quando possível, a lotação do solicitante/interessado/beneficiário.

Para que se gasta?

Embora não esteja contemplado no projeto original do ACP, foi sugerida pela banca de qualificação a inserção dessa questão, que visa a informar a finalidade ou objetivo específico no desenvolvimento da atividade responsável pela aquisição de cada equipamento/material ou na contratação de um serviço.

No serviço público não se tem, muitas vezes, a identificação nítida e transparente dos objetivos para os quais são realizadas as despesas, independentemente da origem do recurso utilizado.

Nesse sentido, o ACP tem por meta informar a finalidade inserida na utilização dos recursos por cada ‘Unidade de Custo’. Por meio dessa variável tornar-se-á possível

identificar quais os objetivos que se pretende atingir e a que metas os gastos realizados estão atrelados.

Custeio ABC

Conforme Nakagawa,

Trata-se de uma metodologia desenvolvida para facilitar a análise estratégica de custos relacionados com as atividades que mais impactam o consumo de recursos de uma empresa. A quantidade, a relação de causa e efeito e a eficiência e eficácia com que os recursos são consumidos constituem o objetivo da análise estratégica de custos do ABC. (Nakagawa, 2001: 40)

De acordo com Mattos, o Sistema de Custeio ABC

é um sistema de custos que visa quantificar as atividades realizadas por uma empresa, utilizando vetores (direcionadores), para alocar as despesas de uma forma mais realista aos produtos e serviços. O princípio básico do ABC é que as atividades são as causas dos custos, e os produtos incorrem nestes mesmos custos através das atividades que eles exigem. O ABC, na prática, leva a um rastreamento de dados que habitualmente não são considerados nos sistemas de custeio tradicionais, por extensão, ele ajuda a redimensionar a mentalidade gerencial das empresas onde é aplicado. Este método de custeio visa basicamente detectar os custos 'ocultos' existentes para produzir bens e serviços, porém auxilia no descobrimento de custos reais dos produtos e processos, na análise mais precisa dos custos de administração e na aferição de propostas mais competitivas em relação aos concorrentes. (Mattos, 2005)

O ACP incorpora aos termos tradicionais da contabilidade pública outros que têm por finalidade agregar, de forma a detalhar as informações, sem que isso represente algum prejuízo ou comprometimento quanto a sua obrigação legal.

O critério de responsabilização do gestor, comparado ao setor privado, é mais facilmente assimilável pelo administrador público quanto ao nível de realização dos custos em relação ao consumo de recursos. Assim, a avaliação da sua gestão se encaixa na mesma linha da Lei de Responsabilidade Fiscal que tem como insumo o custo para construção de indicadores de desempenho da sua atuação como administrador público.

Consideraram-se também algumas possíveis dificuldades a serem superadas para a implantação do sistema:

- **Cultural**

A falta de hábito na utilização do conceito de custos é uma realidade da gestão pública, que está muito mais habituada a lidar com conceitos de dotação orçamentária e verba orçamentária. Tais conceitos, que antes eram tão distantes, foram aproximados a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que o orçamento deve expressar sua real possibilidade de gasto, considerando que receitas não realizadas serão consideradas como contingenciamento.

A dificuldade cultural, contudo, poderá ser resolvida com treinamento, orientação e conscientização, esclarecendo quais serão as informações que poderão ser extraídas e demais vantagens na sua utilização.

- **Descontinuidade Administrativa**

A implantação de um sistema ‘complexo’ de apropriação e acompanhamento de custos, seja qual for seu modelo, requer razoável espaço de tempo, principalmente se for levado em conta que não se dispunha de nenhum outro método de acompanhamento anteriormente.

Nesse sentido, a descontinuidade administrativa, comum no serviço público, representa um fator de risco bastante significativo.

Outras possíveis dificuldades apontadas no projeto inicial da Sefaz-BA não foram aqui consideradas em razão da dimensão restrita ao PPGSS-SP, em que o mesmo será estudado, no qual tais aspectos se tornam irrelevantes ou até inexistentes. São eles: Amplitude das ações, produtos, serviços e diversificação de Unidades; Ambigüidade das ações; Inadequação da linguagem contábil; Depreciação, variações patrimoniais negativas e balanço social; e Sistemas corporativos ‘não compartilháveis?’.

O ACP tem como uma de suas principais finalidades fornecer informações fidedignas e detalhadas ao gestor público. Assim, neste estudo, serão considerados como usuários do sistema a Coordenação do Programa (coordenador e coordenador-adjunto), que disporá de subsídios para conduzir sua gestão e a possibilidade de avaliá-la ao longo do período, além de um usuário autorizado (técnico), que realizará a alimentação do sistema.

Quadro 2 – Comparativo entre a Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia e o PPGSS-SP/Ensp para implantação do ACP

Descrição	Sefaz-BA	PPGSS-SP/Ensp
Finalidade	Possibilitar a avaliação dos custos das ações, produtos e serviços, subsidiar na construção de indicadores de desempenho da administração pública e às demandas específicas dos diversos gestores	Representa o ponto de partida para a consolidação de uma cultura de ações baseadas em indicadores de desempenho e de resultados esperados, para o direcionamento de tomada de decisões e o planejamento de ações estratégicas
Abrangência e complexidade	Todas as unidades administrativas vinculadas ao Estado da Bahia, por intermédio da sua Secretaria de Fazenda	Gestão dos recursos diretos vinculados ao PPGSS-SP
Fontes de dados	Primária: Sistema de Contabilidade e Finanças do Estado (Sicof) e Sistema de Recursos Humanos (SRH). Complementar: Sistema de Materiais e Patrimônio (Simpas), Sistema de Gastos Públicos (Sigap), Sistema de Abastecimento de Veículos (Save) e outras como: Access, Excel e outras soluções já empregadas por Setores que já executam algum tipo de controle de custos	Diretamente na infra-estrutura da Coordenação do Programa e Setor de Orçamento da Ensp
Possíveis dificuldades	- Culturais - Amplitude das ações, Produtos, Serviços e Diversificação de Unidades - Ambigüidade das Ações e Descontinuidade Administrativa - Inadequação da Linguagem Contábil - Depreciação, Variações Patrimoniais Negativas e Balanço Social - Sistemas corporativos “não compartilháveis?”	- Culturais - Descontinuidade Administrativa
Categorias de custos	- Custos Administrativos - Aposentadoria, Pensões e Auxílios - Capacitação e Desenvolvimento - Deslocamentos - Divulgação - Informática - Inversões Financeiras - Locações - Mão-de-Obra Terceirizada/LRF - Mão-de-Obra Terceirizada - Material de Consumo - Material Permanente - Obras, Instalações e Aquisições de Imóveis - Encargos Financeiros - Pessoal, Encargos e Benefícios - Serviços Públicos (ou Serviços de Utilidade Pública) - Subvenções, Premiações e Auxílios - Transportes	- Custos Administrativos - Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede) - Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede) - Divulgação - Informática - Mão-de-Obra Terceirizada/LRF - Mão-de-Obra Terceirizada - Material de Consumo - Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública) - Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Usuários do Sistema	Gestores responsáveis pelas Unidades Funcionais	Gestor(es) lotados na Coordenação do Programa

Fontes: Pela Sefaz: documento “ACP – Apropriação de Custos Públicos – Metodologia e Projeto”; e Pela Ensp: elaborado pelo autor do projeto.

O ACP, como foi concebido, visa a um controle financeiro efetivamente no âmbito do governo do estado da Bahia por intermédio de sua secretaria da Fazenda. Para tanto são utilizados como fonte primária de dados informações contidas em vários Sistemas, com o intuito de captar todas as informações necessárias à alimentação do ACP de forma a abranger a maior gama possível de dados para o seu funcionamento adequado. No PPGSS-SP as informações são fornecidas diretamente no Programa, pelos executores dos gastos realizados por cada recurso, já que todos passam diretamente pela infra-estrutura da Coordenação.

No PPGSS-SP, contudo, alguns aspectos peculiares devem ser considerados, tais como:

- Energia elétrica, limpeza, entre outros, são elementos que não tem como ser dissociados do restante da Escola e que também não são considerados como itens de custos do Programa.
- Pagamento dos servidores que se encontram inseridos no escopo da Escola de forma que não permite a dissociação do todo. Além disso, por exemplo, a coordenação do Programa é exercida por um docente-pesquisador da própria Escola, o qual desempenha suas atividades de pesquisa e docência diretamente em seu Departamento de origem, mas que temporariamente exerce a função de Coordenador. Seria necessário, nesse caso, saber exatamente o tempo dedicado a cada atividade para que o sistema pudesse ser alimentado corretamente, sem distorções.

Da mesma forma deve-se considerar que todos os docentes que, de alguma forma, atuam na Pós-Graduação têm vinculação própria nos Departamentos da Ensp ou em outras Unidades da Fiocruz. São considerados, portanto, apenas os gastos realizados com os recursos disponíveis do Programa.

No entanto, para efeito de estudo de desempenho, com relação à produtividade e eficiência, essa situação pode até ser considerada como uma ‘vantagem’, uma vez que as informações de gastos disponíveis estão diretamente vinculadas às atividades produtivas do Programa. Isso proporciona inúmeros benefícios:

- às viagens para trabalho de campo ou para exposição de trabalhos;
- à tradução de textos, seja para apresentação em eventos internacionais ou para publicação em periódicos indexados classificados como ‘*qualis* internacional’;

- ao pagamento de horas-aula para docentes externos em disciplinas obrigatórias e eventualmente em outras disciplinas;
- à confecção de *banners*, para as bolsas de alunos, que chega a contemplar quase a totalidade dos que não possuem qualquer vínculo empregatício (critério básico utilizado pelos órgãos de fomento para a concessão de bolsas);
- e outros.

Embora seja de conhecimento, de antemão, que alguns docentes-orientadores auxiliam as pesquisas dos seus orientandos com recursos de seus próprios projetos, os recursos alocados na Coordenação visam a ampliar as possibilidades de realização de projetos mais estruturados, com maior base de conhecimento, e também agiliza o processo de formação, o que conseqüentemente diminui o tempo de titulação dos alunos.

Categorias de Custos

Identificaram-se como categorias de custos para este estudo: Custos Administrativos; Deslocamentos; Divulgação; Informática; Mão-de-obra Terceirizada/LRF; Mão-de-obra Terceirizada; Material de Consumo; Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública); e Subvenções, Premiações e Auxílios. Ver anexo II.

Custos Administrativos

Gastos gerais, relacionados às atividades-meio, de manutenção e funcionamento do Programa, tais como: pequenos consertos, cópias xerográficas, encadernações, entre outros. A alocação desses gastos deve ser feita em geral na Coordenação do Programa, salvo exceções.

Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)

Gastos relacionados a viagens nacionais ou internacionais, referentes a diárias e passagens, ou ainda a realização de eventos fora da sede. Na departamentalização estes devem ser alocados de acordo com a lotação/subordinação do usuário/beneficiário. No caso de eventos, preferencialmente serão organizados pela própria Coordenação, salvo exceções.

Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)

Gastos relacionados a viagens, referentes a diárias e passagens, para participação em bancas de defesa de tese ou dissertações, sessões científicas, palestras, aulas e demais eventos científicos realizados no *campus* da Fiocruz, no Rio de Janeiro.

Divulgação

Gastos relacionados a publicações oficiais, editais, *folders* e demais formas de divulgação da produção docente e discente do Programa. Incluem-se aqui os *banners* a serem apresentados em eventos. Tais gastos devem ser alocados nos departamentos/subáreas aos quais estão lotados os docentes/alunos.

Informática

Gastos com material de consumo específico de informática. Estes gastos, como normalmente são destinados à própria Coordenação do Programa, devem ser alocados na sua própria Unidade de Custos.

Mão-de-obra Terceirizada/LRF

Gastos referentes à mão-de-obra temporária, para a realização de atividades específicas e pontuais. Por exemplo, contratação de empresa para a realização de um evento, aluguel de ônibus, aluguel de *laptop* ou ainda contratação de empresa/profissional para a tradução de artigos científicos. Esses gastos poderão ser alocados na própria Coordenação ou nas Unidades de Custos referentes a seu beneficiário, a depender do serviço prestado.

Mão-de-obra Terceirizada

Engloba os gastos referentes à mão-de-obra terceirizada lotada regularmente nas Unidades Funcionais da Instituição. Esses gastos devem ser alocados na própria Coordenação, em função da lotação e das atribuições desempenhadas por tais profissionais.

Material de Consumo

Gastos com a aquisição de materiais de consumo para escritório, exceto materiais de informática, e para a manutenção e conservação de móveis, equipamentos e demais aparelhos de uso habitual. Esses gastos devem ser alocados na própria Coordenação, em função da sua especificidade.

Serviços Públicos (ou de utilidade pública)

Gastos referentes aos serviços públicos, tais como: telecomunicações, energia elétrica, águas e esgotos e Correios. Esses gastos devem ser alocados na própria Coordenação.

Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)

Gastos com bolsas, transferências entre instituições (convênios), entre outros auxílios financeiros, a serem alocados de acordo com a lotação/subordinação do beneficiário.

Termos/Nomenclaturas

- Unidade Gestora (origem do recurso)

- Tesouro
- Proap/Capes
- Prodoc/Capes
- PQI/Capes
- PDEE/Capes
- Bolsa DS/Capes
- Bolsa CNPq
- Bolsa Nota 10/Faperj

- Unidade de Custos (Unidades Funcionais)

- Coordenação do Programa
- Serviço de Gestão Acadêmica-Seca
- Alunos do doutorado
- Subáreas do mestrado:
 - Endemias, Ambiente e Sociedade
 - Epidemiologia Geral
 - Planej. e Gestão de Sist. e Serv. de Saúde
 - Políticas Públicas e Saúde
 - Saneamento Ambiental
 - Saúde e Sociedade
 - Saúde, Trabalho e Ambiente
 - Toxicologia Ocupacional/Ambiental

- Categoria de Custos (Itens de Custo)

- Custos Administrativos
- Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)
- Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)
- Divulgação
- Informática
- Mão-de-obra Terceirizada/LRF
- Mão-de-obra Terceirizada

Material de Consumo
Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)
Subvenções, Premiações e Auxílios

- Elemento e sub-elemento de Despesa (rubrica)
 - Diárias (servidor)
 - Auxílio Financeiro a Estudantes
 - Material de Consumo
 - Passagens e Despesas com Locomoção
 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
 - Obrigações Tributárias e Contributivas

- Atividade
 - Definidas especificamente por “Unidade de Custo”

O ACP, na condição de projeto inovador para o setor público, encontra-se ainda em fase de aprimoramento. A realidade ainda não se faz totalmente presente, mas avança para o estabelecimento de uma base tecnológica que propicie a cultura da gestão de custos no serviço público, a fim de que os gestores tenham condições de tomar decisões com embasamento de informações fidedignas e transparentes.

Modelos do ACP

O ACP pode ser trabalhado através de dois modelos, dos quais o mais complexo poderá ser utilizado dependendo do grau de aprofundamento que se pretende apreender.

O mais simples, chamado Modelo de Duas Dimensões, propõe-se a responder às perguntas “o que se gasta” e “quem gasta”, trabalhando com as variáveis Item de Custo, Categoria de Custo, Unidade de Custo e Local de Trabalho.

O processo de apropriação ocorre com a alimentação periódica do Sistema, que pode ser diária, contendo as informações relacionadas a todos os gastos efetuados com os recursos diretos alocados na Coordenação. A partir daí, após a verificação quanto às Regras de Apropriação para a alocação do gasto, processa-se então a apropriação (departamentalização) com a alocação do valor em uma determinada Unidade de Custo.

Figura 2 – Matriz do modelo de duas dimensões

Locais de Trabalho →		L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	L8
Unidades de Custo →		U1		U2	U3			U4	
I1	C1								
I2									
I3	C2								
I4									
I5									
I6	C3								
I7	C4								
I8									
I9	C5								
I10									
↑	↑								
Itens de Custo	Categorias de Custo								

Fonte: Costa & Miranda Filho, 2005.

Quanto ao Modelo de Três Dimensões, objetiva responder à questão “como se gasta”, onde se incorpora a variável “atividade”.

Emprega-se no ACP o termo ‘Atividade’ como as operações, rotinas e procedimentos habituais de cada unidade de custo... Define-se a Atividade como um evento que consome os recursos da organização, dentro do seu processo produtivo. Portanto, a Atividade corresponde ao momento efetivo da concretização do custo. (Costa & Miranda Filho, 2005: 23)

Figura 3 – Matriz do modelo de três dimensões

Unidade de Custo: Cn

Itens de Custo →		L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7
Direcionadores →		U1		U2	U3			U4
Atividades	A1							
	A2							
	A3							
	A4							
	A5							

Fonte: Costa & Miranda Filho, 2005.

Conforme já informado anteriormente, a banca examinadora da qualificação do projeto dessa dissertação sugeriu a incorporação de uma quarta questão: “para quê se gasta”, que corresponde a uma outra definição atribuída à variável Atividade, relacionada diretamente à atividade-meio ou à atividade-finalística. Contudo, em virtude da fase de amadurecimento e reflexão referente às concretas possibilidades de utilização da ferramenta, ainda não foi estudado neste grau de aprofundamento, sendo, a princípio, desconsiderado neste estudo.

4. Resultados

4.1. Avaliação da Qualidade

De acordo com informações fornecidas pelos programas de pós-graduação, por meio de Aplicativo Coleta Capes, no Relatório anual da Capes, foi possível observar alguns indicadores que são utilizados pela própria Capes e que podem, mesmo que indiretamente, ajudar a nortear a coordenação do programa na gestão de seus recursos financeiros. Construiu-se uma planilha de dados com um conjunto de informações quantitativas mais evidentes que podem, de certo modo, demonstrar o desempenho dos docentes e discentes no Programa, bem como possibilitar uma estimativa bastante superficial utilizando-se o montante de recursos disponíveis em cada período trabalhado.

Além das avaliações individuais por indicadores, estabeleceram-se relações entre alguns destes:

- número de orientados por docente;
- número de alunos desligados por concluintes (mestrado e doutorado);
- volume de recursos disponíveis por número de alunos matriculados, e também considerando o número de docentes;
- número de produção intelectual por número de docentes e por docentes + alunos;
- número de disciplinas (mestrado e doutorado) por docentes.

A partir daí calculou-se, para cada indicador, a ‘média aritmética simples’, como meio de se comparar os valores absolutos a seu avanço ou retrocesso ao longo do período, como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Indicadores de desempenho – período 2004 a 2006

Indicadores		2004	2005	2006	Média
Mestrado	Alunos matriculados	171	181	230	194
	Alunos ingressados	53	65	79	66
	Alunos concluintes	61	57	46	55
	Tempo médio de titulação	29	27	27	28
	Alunos desligados no período	9	14	3	9
	Disciplinas oferecidas	114	139	157	137
Doutorado	Alunos matriculados	181	193	192	189
	Alunos ingressados	46	43	34	41
	Alunos concluintes	35	30	27	31
	Tempo médio de titulação	52	50	47	50
	Alunos desligados no período	4	0	1	2
	Disciplinas oferecidas	132	154	172	153
Docentes-doutores do Programa		123	135	93	117
Produção intelectual (bibliográfica e técnica)		1211	1327	1572	1370
Recursos diretos disponíveis		529.053,00	622.054,00	697.196,00	616.101,00
Relações	Orientandos por docente	2,86	2,77	4,54	3,39
	Alunos desligados por concluintes (mestrado)	14,75%	24,56%	6,52%	15,28%
	Alunos desligados por concluintes (doutorado)	11,43%	0,00%	3,70%	5,04%
	Recursos disponíveis por alunos matriculados	1.502,99	1.663,25	1.652,12	1.606,12
	Recursos disponíveis por alunos matriculados + docentes	1.113,80	1.222,11	1.353,78	1.229,89
	Produção intelectual por docentes	9,85	9,83	16,90	12,19
	Produção intelectual por docentes + alunos matriculados	2,55	2,61	3,05	2,74
	Disciplinas do mestrado por docentes	0,93	1,03	1,69	1,21
	Disciplinas do doutorado por docentes	1,07	1,14	1,85	1,35

Fonte: Relatórios de 2004 a 2006, no Aplicativo Coleta Capes 9,0.

Algumas das informações que mais chamam a atenção nesta tabela estão relacionadas à produção dos docentes, com média acima de 12 trabalhos por cada docente participante do Programa. Mesmo adicionando-se a este cálculo o número de discentes do Programa, obtém-se média superior a dois trabalhos por pessoa.

As informações relacionadas à participação dos docentes no Programa, bem como a contribuição dos discentes na produção intelectual, possibilitam maior exploração quando analisadas de forma mais detalhada. Para tanto, realizaram-se levantamentos mais minuciosos, apresentados respectivamente nas Tabelas 6 e 7, assim como no Gráfico 7.

Para a análise da atuação dos docentes promoveu-se um desmembramento, tomando-se como parâmetro a modalidade de participação (docente permanente, colaborador ou visitante) e também a relação de frequência de participação durante o período estudado.

Tabela 6 – Atuação do corpo docente no Programa de Saúde Pública – período 2004 a 2006

Frequência	Modalidade	2004	2005	2006
3 anos (mesma modalidade) 61 docentes	Permanente	57		
	Colaborador	4		
	Visitante	-		
3 anos (modalidades diferentes) 21 docentes	Permanente	17	14	3
	Colaborador	3	7	18
	Visitante	1	-	-
2 anos 44 docentes*	Permanente	8	10	1
	Colaborador	24	30	9
	Visitante	2	4	-
1 ano 17 docentes	Permanente	-	4	-
	Colaborador	7	3	1
	Visitante	-	2	-
TOTAIS		123 (P-82, C-38, V-03)	135 (P-85, C-44, V-06)	93 (P-61, C-32, V-00)

* Dos 44 docentes, 37 (84%) permaneceram na mesma modalidade durante os dois anos que participaram enquanto 7 (16%) destes participaram de forma diferente em cada ano.

Fonte: Relatórios da Capes de 2004 a 2006, no Aplicativo Coleta Capes 9,0.

Evidencia-se, nesta Tabela 6, por um lado, a predominância de docentes com atuação em todo o triênio como permanentes e, por outro, dos docentes que apresentaram oscilação de atuação à mudança de perfil ocorrida em 2006, de permanentes para colaboradores.

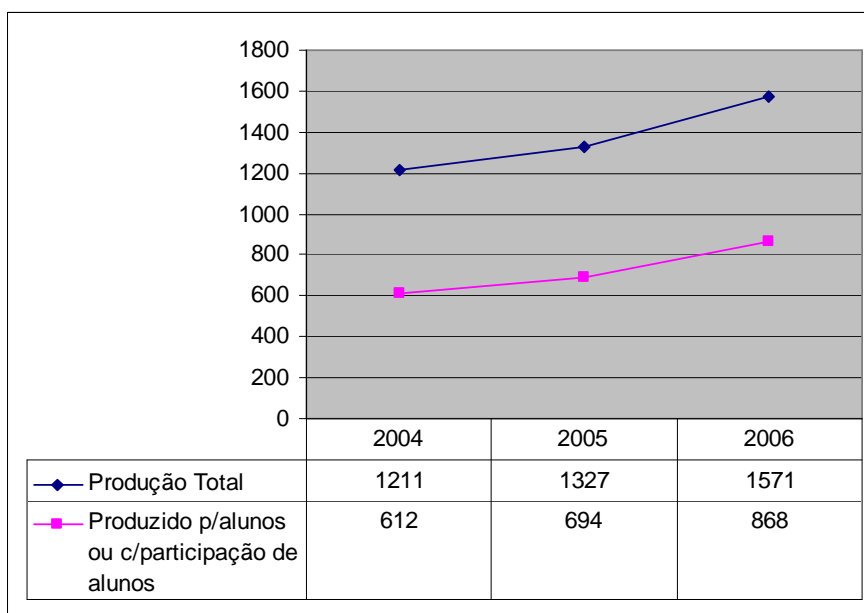
Do mesmo modo, desmembraram-se todas as modalidades de produção intelectual, tanto bibliográficas quanto técnicas, a fim de se ter maior clareza sobre os níveis de participação que a atuação dos alunos tem representado nesse tipo de produção.

Tabela 7 – Produção Intelectual (bibliográfica e técnica) – período 2004 a 2006

Produção Intelectual (bibliográfica e técnica)	2004			2005			2006		
	Total	Com alunos ou por alunos	%	Total	Com alunos ou por alunos	%	Total	Com alunos ou por alunos	%
Apresentação de Trabalho	132	119	90,2%	164	150	91,5%	268	247	92,2%
Artigo em Jornal ou Revista	33	10	30,3%	22	5	22,7%	25	6	24,0%
Artigo em Periódico	270	115	42,6%	301	106	35,2%	327	102	31,2%
Artística	-	-	-	3	0	0,0%	-	-	-
Curso de Curta Duração	32	18	56,3%	52	19	36,5%	59	39	66,1%
Desenvolvimento de Aplicativo	3	1	33,3%	3	1	33,3%	2	2	100,0%
Desenvolvimento de Material Didático e Instrucional	19	14	73,7%	27	21	77,8%	41	36	87,8%
Desenvolvimento de Produto	4	4	100,0%	3	3	100,0%	3	3	100,0%
Desenvolvimento de Técnica	4	4	100,0%	3	3	100,0%	2	2	100,0%
Editoria	21	6	28,6%	14	4	28,6%	3	1	33,3%
Livro	105	41	39,0%	138	45	32,6%	176	61	34,7%
Maquete	-	-	-	1	1	100,0%	1	1	100,0%
Organização de Evento	12	10	83,3%	18	8	44,4%	29	15	51,7%
Outro	30	14	46,7%	29	19	65,5%	50	21	42,0%
Programa de Rádio ou TV	8	0	0,0%	3	3	100,0%	12	8	66,7%
Relatório de Pesquisa	13	12	92,3%	23	20	87,0%	31	28	90,3%
Serviços Técnicos	107	41	38,3%	119	29	24,4%	105	50	47,6%
Trabalho em Anais (geral)	417	203	48,7%	404	257	63,6%	437	246	56,3%
Trabalho em Anais (completos)	66	26	39,4%	107	44	41,1%	92	32	34,8%
Tradução	1	0	0,0%	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1211	612	50,5%	1327	694	52,3%	1571	868	55,3%

Fonte: Relatórios da Capes de 2004 a 2006, no Aplicativo Coleta Capes 9.0.

Gráfico 7 – Evolução da participação discente na produção intelectual – período 2004 a 2006



Fonte: Relatórios da Capes de 2004 a 2006, no Aplicativo Coleta Capes 9,0.

Os indicadores considerados de maior relevância na avaliação da Capes – artigo em periódico, livro e trabalho em anais (completos) – apresentam, coincidentemente, uma média de participação dos alunos equivalente a 1/3 da produção destes, como pode ser observado na Tabela 7.

No total da Tabela 7 e no Gráfico 7 evidencia-se a evolução da produção intelectual total, e de forma ainda mais ascendente, com a participação dos alunos.

4.2. Projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP)

Este trabalho propõe-se a analisar as características do projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP) com vistas a sua incorporação ao processo de trabalho de gestão dos recursos financeiros disponíveis no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.

Conforme visto anteriormente, este apresenta algumas características que, adaptadas à realidade da Coordenação de Pós-Graduação, e à própria estrutura da Ensp, pode ser de grande valia para uma gestão mais consciente e responsável quanto a sua aplicabilidade.

Segundo Maldonado,

Constitui a maneira de utilizar os diversos recursos operacionais – humanos, materiais, financeiros, de informação e tecnologia – para alcançar objetivos e atingir elevado desempenho. Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz... A administração faz as coisas acontecerem através das pessoas, levando as organizações ao sucesso. (Maldonado, 2005: 5-6)

O Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, no período de 2004 a 2006, recebeu um valor considerável no que foi definido no presente trabalho como “recursos indiretos”. Recursos referentes a bolsas, de mestrado e doutorado, oriundos de diversas fontes, conforme demonstrado na Tabela 8.

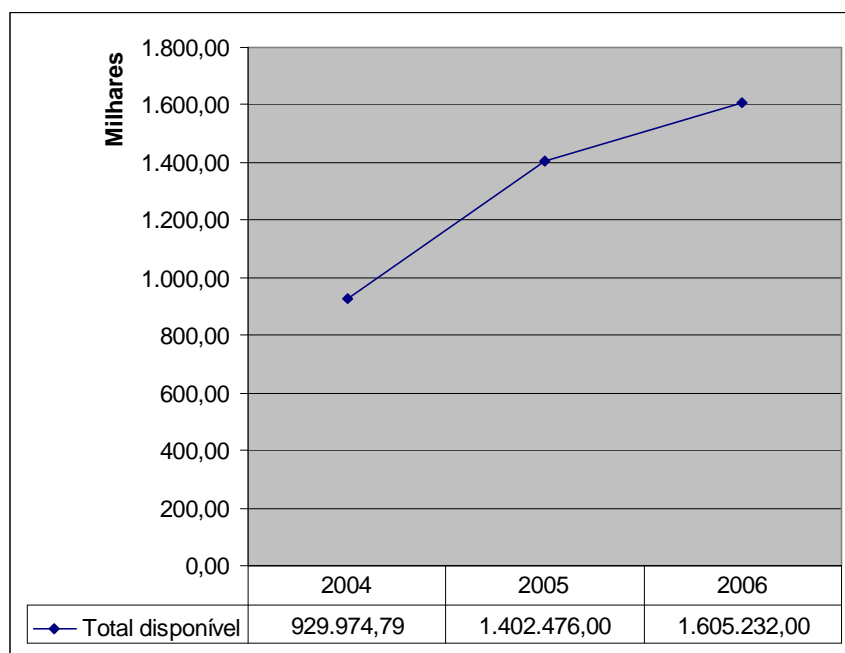
Encontra-se também inserido nessa categoria o Prodoc, programa da Capes financiador de projetos a serem desenvolvidos por recém-doutores, que conta ainda com a disponibilidade de recursos de custeio destinados exclusivamente à realização do mesmo. Esse recurso foi colocado em tal categoria por não ter sido considerado como direto, em virtude da sua especificidade de uso. Ele não pode ser utilizado em nenhuma outra atividade da Pós-Graduação, e concede ‘liberdade’ ao coordenador do projeto, aprovado pelo Prodoc, para essa utilização, sem que ele esteja diretamente subordinado à Coordenação de Pós-Graduação. Tal vinculação se dá ao final do projeto, com a elaboração de relatórios periódicos e respectivas prestações de contas.

Tabela 8 – Disponibilidade de Recursos Indiretos do PPGSS-SP – período 2004 a 2006

Modalidade		2004				2005				2006			
		Valor mensal	Quantidade de Bolsas		Valor Total	Valor mensal	Quantidade de Bolsas		Valor Total	Valor mensal	Quantidade de Bolsas		Valor Total
			Número de bolsistas	Número de cotas (meses)			Número de bolsistas	Número de cotas (meses)			Número de bolsistas	Número de cotas (meses)	
DS - Capes	Mestrado	724,52	29	12	252.132,96	855,00	28	12	287.280,00	940,00	28	12	315.840,00
	Doutorado	1.072,89	16	12	205.994,88	1.267,00	27	12	410.508,00	1.394,00	27	12	451.656,00
PEC/PG - Capes	Mestrado	724,52	3	12	26.082,72	855,00	3	12	30.780,00	940,00	3	12	33.840,00
	Doutorado	1.072,89	-	-	0,00	1.267,00	1	12	15.204,00	1.394,00	1	12	16.728,00
PDEE - Capes	Doutorado	1.500,00	2	6	18.000,00	1.500,00	2	6	18.000,00	1.500,00	2	6	18.000,00
PRODOC - Capes (recém-doutor)	Bolsa	3.000,00	1	12	36.000,00	3.000,00	1	12	36.000,00	3.000,00	1	12	36.000,00
	Custeio	11.884,55	1	1	11.884,55	4.000,00	1	1	4.000,00	12.000,00	1	1	12.000,00
PQI - Capes	Doutorado	1.072,89	-	-	0,00	1.267,00	-	-	0,00	1.394,00	-	-	0,00
CNPq	Mestrado	724,52	20	12	173.884,80	855,00	23	12	235.980,00	940,00	23	12	259.440,00
	Doutorado	1.072,89	16	12	205.994,88	1.267,00	21	12	319.284,00	1.394,00	21	12	351.288,00
Nota 10 - FAPERJ	Mestrado	1.180,00	-	-	0,00	1.180,00	2	12	28.320,00	1.180,00	2	12	28.320,00
	Doutorado	1.770,00	-	-	0,00	1.770,00	-	-	0,00	1.770,00	1	12	21.240,00
Bolsa de Finalização de Tese - ANVISA	Mestrado	0,00	-	-	0,00	870,00	1	8	6.960,00	1.100,00	4	8	35.200,00
	Doutorado	0,00	-	-	0,00	1.270,00	1	8	10.160,00	1.605,00	2	8	25.680,00
TOTAL		-	-	-	929.974,79	-	-	-	1.402.476,00	-	-	-	1.605.232,00

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação da Ensp, Serviço de Gestão Acadêmica (Seca/Ensp) e Coordenação Geral de Pós-Graduação (CGPG/Fiocruz).

Gráfico 8 – Evolução dos recursos indiretos do PPGSS-SP – período 2004 a 2006



Fonte: Coordenação de Pós-Graduação da Ensp, Serviço de Gestão Acadêmica (Seca/Ensp) e Coordenação Geral de Pós-Graduação (CGPG/Fiocruz).

Como se pode observar tanto na Tabela 8 como no Gráfico 8, o valor destinado a bolsas no período analisado apresenta considerável avanço, sobretudo se observados os valor totais em cada ano.

Verifica-se que tal avanço se explica não só pelo crescimento do número de cotas de bolsas, em algumas situações, mas também pelo próprio aumento no valor unitário de algumas das modalidades de bolsa. Os valores mais expressivos concentram-se nas bolsas dos alunos de mestrado e doutorado do Programa de Demanda Social/ Capes e do CNPq, que isoladamente concentram, em média, o equivalente a quase 90% do total dos recursos indiretos.

Esse aumento, apesar de bastante relevante, não consegue suprir a real demanda do quantitativo de alunos que se enquadram nos critérios de concessão de bolsas das instituições de fomento, sendo um dos principais “não possuir vínculo empregatício”.

Exatamente por esse fato, não apenas a Coordenação de Pós-Graduação, mas o próprio Conselho Deliberativo (CD) e a Direção da Ensp alocam grande parte de seus recursos, sendo a maior parte destes advindos do Tesouro e destinados à Coordenação de Pós-Graduação, para “Apoio Financeiro a Estudantes”. Essa rubrica destina-se ao

pagamento de bolsas a parte dos alunos não contemplados com bolsas das instituições de fomento.

Conforme política da Coordenação de Pós-Graduação, em alguns casos o valor dessas bolsas, chamadas “bolsas Fiocruz”, é fragmentado em 1/2 ou 1/3 para que se possa contemplar um maior número de alunos. Os dados referentes a esse recurso serão melhor detalhados mais adiante.

Tabela 9 – Disponibilidade de recursos diretos do PPGSS-SP – período 2004 a 2006

Fonte/Projeto		Ano		
		2004	2005	2006
Tesouro	Total	402.084,41	474.739,89	550.529,21
	Apoio Financeiro a Estudantes	320.760,00	259.045,00	329.184,00
PROAP - Capes		126.968,55	147.313,92	146.666,60
PQI - Capes		0,00	0,00	0,00
TOTAL		529.052,96	622.053,81	697.195,81

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Como se observa na Tabela 9, os recursos diretos, ou seja, os recursos destinados à Coordenação de Pós-Graduação e utilizados por ela de acordo com as próprias necessidades e determinações, obtiveram crescimento bastante interessante no período estudado (2004 a 2006). Da ordem de 17,58%, de 2004 para 2005, e de 12,08% de 2005 para 2006. Se considerados para cálculo somente os recursos do Tesouro, o percentual de crescimento mostra-se ainda mais evidente: 18,07% do primeiro para o segundo ano e 15,96% do segundo para o terceiro.

Quanto aos recursos destinados à rubrica “Apoio Financeiro a Estudantes” a variação ocorrida inicialmente obteve índice negativo de 19,24%. Embora se tenha tentado uma recuperação no ano seguinte, com índice de aumento de 27,08%, a equivalência com o total de recursos do Tesouro alocados na Coordenação manteve-se bastante inferior. Em 2004 a equivalência foi de 79,77%, em 2005 caiu para 54,57% e em 2006 foi a 59,79%.

O teste-piloto consiste de uma identificação de todos os gastos efetuados em 2006 com os recursos diretos oriundos do Tesouro (Siig), alocados na Coordenação de Pós-Graduação, e do Proap/Capes do Programa de Saúde Pública.

Com a finalidade de dar maior clareza às potencialidades do ACP, além dos eventos (gastos) reais, referentes à própria realidade do Programa, outros foram criados com base em possíveis suposições que não ocorreram efetivamente no período estudado, mas que são factíveis de acontecer.

Primeiramente preencheram-se os formulários do “Modelo de Duas Dimensões”, que objetiva responder às duas primeiras perguntas do ACP: “o que se gasta” e “quem gasta”. Para esse preenchimento, analisou-se e alocou-se cada evento em sua respectiva “Unidade de Custo” e “Categoria de Custo”, respeitando-se sempre o “Item de Custo” (rubrica) à qual se refere. O *software* utilizado para a realização do teste-piloto, *Microsoft Office Excel 2003*, possibilita fazer-se várias planilhas em um só arquivo. Criaram-se então as planilhas, cada uma representando uma “Unidade de custo”. Os eventos, a cada lançamento, foram somados por coluna (cada coluna correspondendo a uma “Categoria de Custo” e estes subdivididos em “Itens de Custo”). Os somatórios das “Categorias de Custo” foram repassados automaticamente para uma planilha de consolidação de dados. Esse processo ocorre por meio de um sistema de vinculação automática, possível de ser utilizado no *software* escolhido para a pesquisa.

Após terem sido efetuados todos os lançamentos, chegou-se ao quadro (planilha) final consolidado (ver Tabela 10), cujo detalhamento encontra-se no Anexo I.

Tabela 10 – Consolidado do ACP (Modelo de Duas Dimensões) aplicado ao PPGSS-SP referente ao ano de 2006

Unidades de Custo →		Coordenação do Programa	Doutorado	SECA	Subárea End., Amb. e Soc.	Subárea Epid. Geral	Subárea Planej e Gest de Sist e Serv de Saúde	Subárea Polit. Púb. e Saúde	Subárea San. Amb.	Subárea Saúde e Soc.	Subárea Saúde, Trab. e Amb.	Subárea Toxic. Ocup./Amb.	TOTAL	%
Itens de Custo ↓	Categorias de Custo ↓													
33.90.36	Custos Administrativos	0,00	4.340,00	3.654,00	1.470,00	2.133,27	2.050,00	980,00	400,00	950,00	1.064,00	1.064,00	18.105,27	2,60
33.90.39														
33.90.14	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	76.160,25	32.564,67	0,00	848,71	463,89	408,91	0,00	1.226,68	0,00	6.178,65	1.298,85	119.150,61	17,09
33.90.33														
33.90.36														
33.90.39														
33.90.14	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	0,00	21.296,97	0,00	0,00	3.012,54	2.239,94	1.414,55	1.595,45	1.293,62	432,95	0,00	31.286,02	4,49
33.90.33														
33.90.36														
33.90.36	Divulgação	9.682,40	5.282,00	7.230,00	5.050,20	8.570,40	2.072,80	863,70	1.743,90	779,40	1.554,30	1.746,10	44.575,20	6,39
33.90.39														
33.90.30	Informática	979,57	0,00	0,00	0,00	18.483,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.462,74	2,79
33.90.36	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	8.529,59	1.750,00	0,00	0,00	0,00	2.659,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.938,59	1,86
33.90.39														
33.90.47														
33.90.39	Mão-de-Obra Terceirizada	106.974,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.974,37	15,34
33.90.30	Material de Consumo	7.794,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.794,14	1,12
33.90.39	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	7.725,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.725,18	1,11
33.90.18	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	0,00	192.456,34	0,00	18.775,56	25.858,96	27.027,94	14.645,20	5.136,30	13.630,70	16.953,47	14.699,22	329.183,69	47,22
TOTAL		217.845,50	257.689,98	10.884,00	26.144,47	58.522,23	36.458,59	17.903,45	10.102,33	16.653,72	26.183,37	18.808,17	697.195,81	100,00
%		31,25	36,96	1,56	3,75	8,39	5,23	2,57	1,45	2,39	3,76	2,70	100,00	

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação da Ensp.

Descrição dos Elementos de Despesa

- 33.90.14 • Diárias – servidor
- 33.90.18 • Auxílio Financeiro a Estudantes
- 33.90.30 • Material de Consumo
- 33.90.33 • Passagens e Despesas com Locomoção
- 33.90.36 • Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
- 33.90.39 • Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- 33.90.47 • Obrigações Tributárias e Contributivas

Dos recursos diretos disponíveis na Coordenação do PPGSS-SP/Ensp, de acordo com a Tabela 10, a maior parte está concentrada nas categorias de custo que congregam as despesas com deslocamento dos discentes para que participem de eventos em outros estados e no exterior,¹⁰ para o pagamento da mão-de-obra terceirizada lotada na coordenação do programa, bem como para o pagamento de bolsas (apoio financeiro a estudantes). Somente essas categorias, em 2006, utilizaram o equivalente a 80% do total.

Para responder à terceira questão, “como se gasta”, o ACP utiliza o “Modelo de Três Dimensões”, preenchido a partir dos dados lançados no “Modelo de Duas Dimensões”. Neste modelo surge a variável “atividade”, definida no ACP como:

operações, rotinas e procedimentos habituais de cada unidade de custo. ...Define-se a Atividade como um evento que consome os recursos da organização, dentro do seu processo produtivo. Portando, a Atividade corresponde ao momento efetivo da concretização do custo. (Silveira et al., 2004)

No formulário matriz são armazenados valores prévios, os quais devem ser estabelecidos após algum período de acompanhamento das atividades de rotina. Na realização do teste-piloto utilizaram-se percentuais observados apenas durante um período específico, o que pode levar a um viés que não corresponde à realidade das Unidades em questão. Do mesmo modo, as atividades aqui consideradas também não representam exatamente a realidade de cada unidade de custo. Foram apenas criadas para exemplificação do modelo.

¹⁰ A partir da emissão do Parecer n°. 008/2006 – Audin/Fiocruz, em 06/09/2006, a Coordenação encontra-se impedida de financiar a participação de discentes em eventos no exterior, sendo estes considerados ‘colaboradores’. Só é permitido o financiamento de diárias e passagens para servidores da própria Fiocruz.

Inicialmente criaram-se as respectivas planilhas, uma para cada unidade de custo, e definiram-se as atividades realizadas. As atividades determinadas para o doutorado e subáreas do mestrado foram as mesmas, em virtude de suas rotinas estarem diretamente vinculadas à 'vida acadêmica' do Programa.

Posteriormente, preencheram-se os campos, conforme percentual de correspondência a cada custo. Por exemplo: nos valores correspondentes a bolsas considerou-se que os alunos desenvolvem várias atividades vinculadas ao recebimento das mesmas, sendo que para cada atividade é disponibilizada determinada carga horária (tempo) de dedicação.

Após terem sido efetuados todos os lançamentos e realizados os somatórios por atividade, obtém-se o total de investimento realizado por atividade e em cada unidade de custo, separadamente.

5. Discussão

5.1. Avaliação da Qualidade

Como pode ser observado na Tabela 5, observou-se que em 2006 ocorreu uma evolução bastante coesa com relação ao número de ingressados se comparados ao número de docentes. Houve a transferência de docentes permanentes para o Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente (iniciado nesse mesmo ano). O número de alunos que ingressaram no mestrado cresceu proporcionalmente ao número de docentes novos que também ingressaram no Colégio de Doutores. No doutorado, o número de alunos novos decresceu, coincidindo também com o número de docentes credenciados naquele ano, para orientar no doutorado, que migraram para o programa de SPMA.

O número de alunos desligados, em ambos os níveis (mestrado e doutorado), no início do período, apresentava níveis bastante elevados, o que foi se modificando consideravelmente nos três anos estudados.

O número de disciplinas oferecidas no triênio aumentou bastante, inclusive com os dois últimos anos apresentando valores acima da média dos três anos estudados. Pode-se pensar que tal fato tenha ocorrido em virtude de que tais disciplinas são oferecidas pelos docentes tanto do programa de SP como do programa de SPMA, com a possibilidade de serem cursadas, pelo menos nessa fase inicial, pelos alunos dos dois programas. Outra possibilidade é a de que existe uma tendência por parte dos recém-doutores, ao iniciarem atividades na Pós-Graduação *stricto sensu*, de oferecerem novas disciplinas.

Os recursos diretos disponíveis na Pós-Graduação, especificamente no Programa de Saúde Pública, cresceram consideravelmente, com valores acima da média nos dois últimos anos do estudo. De 2004 para 2005 houve um crescimento de 17,58%, enquanto de 2005 para 2006 foi de 12,08%. Se forem considerados somente os recursos do Tesouro (excluindo-se o Proap/Capes), esse crescimento mostra-se ainda mais evidente: 18,07% de 2004 para 2005 e de 15,96% de 2005 para 2006. Ocorre que, a cada ano, as regras impostas pelo governo federal, assim como as rubricas às quais se destinam os recursos externos – como o Proap/Capes em nosso caso específico –, sem contar ainda com a junção destes dois fatores, ‘engessam’ sobremaneira a sua utilização que o tem tornado praticamente útil quase exclusivamente para o pagamento de passagens e/ou

diárias. Afora isso, se destina também à aquisição de bens de consumo não disponíveis no almoxarifado da instituição, além de para alguns serviços específicos.

Com o estabelecimento das relações entre alguns dos indicadores, observadas as seguintes situações:

- número de orientados por docente – embora tenha ocorrido grandes variações com relação ao número absoluto tanto de alunos quanto de docentes, a relação se mantém quase estável;
- número de alunos desligados por concluintes (mestrado e doutorado) – observa-se que houve considerável avanço não só em números absolutos, mas sobretudo se comparado ao número de concluintes (acima de 10%, no primeiro ano). Apresentou queda bastante representativa, chegando a quase um terço no terceiro ano (doutorado) e a menos da metade (mestrado) já no terceiro ano.
- volume de recursos disponíveis por número de alunos matriculados e também se considerando o número de docentes – no período estudado, o volume de recursos, seja comparado somente com o número de discentes – variável que mais se relaciona com o uso dos recursos da Pós-Graduação – ou acrescentando-se o número de docentes, apresenta valor individual com pouca variação de um ano a outro. Observa-se apenas que, somente com os discentes, no último ano do triênio, aconteceu pequena queda no valor individual, o que não ocorre se for incorporado o número de docentes. Nesse caso, verifica-se apenas um processo de ascensão da curva de recursos disponíveis, embora igualmente com pouca variação. Tal fato pode ser atribuído à redução no número de docentes participantes no programa no último ano do período, o que de certa forma se contrapõe ao aumento de discentes no mesmo ano.
- produção intelectual por número de docentes e por docentes + alunos – considerando-se que a produção intelectual é uma variável que depende prioritariamente do corpo docente, fez-se inicialmente uma correlação entre o total dessa produção exclusivamente com estes, e posteriormente agregando-se os alunos. Da mesma forma como foi observado com referência aos recursos financeiros, ao se calcular a relação da produção juntando-se as duas variáveis – discentes e docentes –, ocorre um equilíbrio maior do que tão-somente com o número de docentes. Apenas

com os dados dos docentes foi apresentado um aumento substancial na produção no último ano do período. Com a agregação do número de alunos, observa-se maior estabilidade na evolução da produção, que pode ser atribuído ao mesmo fator já citado anteriormente.

- número de disciplinas (mestrado e doutorado) por docentes – promoveu-se uma análise separadamente, em virtude do diferente número de disciplinas oferecidas para os dois níveis. Observa-se que houve variação ascendente em ambos os casos, coincidindo a média de variação também nos dois casos, por ano do período, com considerável aumento no último ano.

No estudo detalhado feito com as informações relacionadas à atuação dos docentes (Tabela 6), verificou-se que tiveram alguma participação, em pelo menos um ano durante o período, 143 docentes. Destes, 82 atuaram de alguma forma nas atividades da Pós-Graduação durante todo o período, dos quais 57 participaram como permanentes nos três anos e quatro atuaram como colaboradores, não havendo pesquisador que tenha atuado como visitante nos três anos.

Outros 21 docentes, que apesar de também terem participado durante os três anos, apresentaram alguma variação quanto a sua forma de atuação, sendo que tivemos uma enorme concentração de atuação desse grupo como permanentes, nos anos de 2004 e 2005, com 81% e 67%, respectivamente. Em 2006, porém, como já dito anteriormente, com a migração de parte do colegiado de doutores para atuar no programa de SPMA, passando a atuar no programa de SP como colaboradores, o percentual de colaboradores subiu para 86%.

Um número bastante expressivo, 44 docentes, teve participação em dois dos três anos do período. Nesse grupo observa-se que há predominância de atuação na modalidade ‘colaborador’ nos três anos analisados. Cabe registrar que do total de docentes que compõe esse grupo, 37 (84%) atuaram na mesma modalidade nos dois anos em que participaram das atividades no Programa, enquanto apenas 7 (16%) atuaram em diferentes modalidades.

Um número menor, mas não menos expressivo, 17 docentes, teve atuação no Programa em apenas um dos três anos. Verifica-se nesses casos, que em 2004 ocorreram apenas docentes como colaboradores, em 2005 houve uma distribuição dos

docentes desse grupo entre as três modalidades e, em 2006, apenas um docente, também como colaborador.

De modo geral, o que se observa nessa tabela é que os discentes que atuam como permanentes são, na maioria, efetivamente os docentes que atuam permanentemente no Programa. O período de transformações pela qual passa a Pós-Graduação da Ensp, com a criação de programas novos e a reestruturação propriamente dita do Programa de Saúde Pública, demonstram ser alguns dos principais fatores que contribuíram para a mudança de grande parte dos docentes, de permanentes para colaboradores. No entanto, a participação de docentes eventuais, participantes em um ou dois anos do período, predominantemente como colaboradores, devem ser analisados de forma mais criteriosa a fim de se avaliar a pertinência ou não de manter tal configuração em períodos futuros.

O processo de credenciamento de docentes para novas orientações no PPGSS-SP da Ensp é promovido anualmente. Dessa forma, exemplificamos o caso de um professor credenciado para orientar no doutorado e que, por conseguinte, recebe um aluno novo. Mesmo se parar de desenvolver todas as demais atividades, inclusive as que possibilitaram seu credenciamento, deverá ser incluído no relatório anual da Capes durante os próximos cinco anos. Isso, enquanto seu orientando permanecer como aluno até o ano da defesa da dissertação. Então, um aluno que tenha ingressado em março de 2003 terá defendido, pelo prazo regimental, apenas em março de 2007. Nesse caso, tanto o orientador como o aluno deverão constar no relatório, no período de 2003 a 2007.

Evidentemente essa situação é totalmente hipotética, já que nenhum pesquisador empenhado em suas atividades, a ponto de estar credenciado para orientar no doutorado, abandona suas pesquisas e demais atividades docentes dessa forma. De qualquer modo, é aconselhável que se tenha o cuidado de, ao credenciar docentes para orientação, de estar-se atento à regularidade e perspectiva de atuação, pelo menos a médio prazo, dos diversos aspectos relacionados à produção intelectual, participação em projetos, coordenação de disciplinas, entre outros.

Da mesma forma deve-se ao menos se discutir o impacto que tem ocorrido no Programa em virtude de recém-doutores para orientar novos alunos. Não se pretende de forma alguma questionar os direitos ou mesmo tolher a possibilidade de evolução e o desenvolvimento profissional dos pesquisadores que se encontram em tal situação, mas é necessário, no cenário atual, pensar em critérios de inserção que visem também resguardar, de alguma maneira, a imagem e a qualidade do Programa.

Realizou-se, ainda, um detalhamento referente à produção intelectual (técnica e bibliográfica) do Programa de Saúde Pública da Ensp (Tabela 7), em que se observou que este conta com uma grande participação do seu corpo discente. Isso é altamente positivo, se observado do ponto de vista que atende perfeitamente aos critérios de avaliação sugeridos pela Capes, órgão que avalia e credencia os cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (Capes/PNPG, 2004).

Como pode ser constatado, o percentual de participação dos alunos durante o período de 2004 a 2006 foi bastante significativo. Em alguns casos chegou a representar um grau de participação da ordem de 100% dos trabalhos, como nos três anos do período, nos itens “Desenvolvimento de Produto”, “Desenvolvimento de Técnica” e “Maquete”, e em 2005, no item “Programa de Rádio ou TV”, e, ainda, em 2006, no item “Desenvolvimento de Aplicativo”.

Alguns dos principais quesitos de avaliação da Capes também apresentam participação relevante, tais como: “Artigo em Periódico”, “Livro” e “Trabalhos em Anais (completos)”, além de outras nas quais a participação discente se dá de forma bastante expressiva, tais como: “Apresentação de Trabalho”, “Curso de Curta Duração”, “Organização de Evento” e “Relatório de Pesquisa”.

Como ilustrado de forma mais nítida no Gráfico 7, o percentual de participação dos alunos na produção do Programa, além de significativo, apresenta curva ascendente durante o período analisado.

5.2. Projeto Apropriação de Custos Públicos (ACP)

O Projeto ACP nos pareceu, desde quando foi identificado por meio de consulta à internet, bastante interessante e adequado para a implantação no processo de gestão da Coordenação de Pós-Graduação da Ensp, e mais especificamente ainda no Programa de Saúde Pública.

Contudo, apesar disso, seria necessário que se promovessem análises mais detalhadas, além de vários ajustes e adaptações, para que representasse com maior exatidão a nossa realidade.

Primeiramente, com relação à forma de gerenciamento e alimentação dos dados no sistema, que originalmente se dá através de base instalada na *web*, adaptada ao *Microsoft Office Excel 2003*. Contudo, para a implantação efetiva do Sistema é

aconselhável a realização de consultas formais junto à Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, com o intuito de conhecer mais profundamente os avanços e percalços observados desde a sua implantação. E, se for o caso, iniciar negociações a fim de que seja firmado convênio que possibilite usufruir dos benefícios ora observados.

No Quadro 2 (capítulo 3), procedeu-se um comparativo no qual se consideraram extremamente positivos dois fatores que levam em conta o grau de complexidade existente entre a Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia e a Pós-Graduação da Ensp. Um deles é a reduzida quantidade de “Categorias de Custo”, nas quais são alocados os eventos realizados no âmbito da Coordenação de Pós-Graduação, que diferentemente da secretaria de Fazenda, é um setor executor em que o controle se dá em nível local. Outro aspecto positivo é o reduzido número de possíveis dificuldades encontradas à implantação, consideradas as que foram pensadas originalmente. Em nosso caso, os dois aspectos são o “cultural” e a “descontinuidade administrativa”, que podem de certa forma ser resolvidos. O primeiro, com a realização de reuniões de conscientização e, posteriormente, com treinamento do pessoal diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades administrativas; o segundo, com a consciência da própria Coordenação e da Direção da Ensp quanto à importância de uma ferramenta como essa para o controle e a conseqüente tomada de decisões de forma mais eficiente e consciente.

Para a realização do teste-piloto utilizaram-se todos os eventos reais ocorridos durante o ano de 2006 com recursos do Tesouro, sendo apenas omitidos os nomes, números de processo e outros detalhes que pudessem vir a identificar os interessados em cada operação. Utilizou-se ainda quase a totalidade dos eventos ocorridos no mesmo ano com os recursos do Proap/Capes, fazendo-se uso dos mesmos procedimentos (omissão de informações diretas), tendo sido criados alguns eventos para que se pudesse ter maior clareza quanto às possibilidades do ACP.

Com base em conhecimentos e reflexões próprias, definiram-se as “Unidades de Custo”, “Categorias de Custo” e “Itens de Custo”, que serviram para nortear a realização do teste-piloto constante do presente trabalho.

Conforme os procedimentos efetuados no teste-piloto, verificou-se a possibilidade de visualização dos gastos, no modelo de duas dimensões, por “categoria de custo” (por exemplo, na situação analisada aconteceu que apenas com deslocamentos gastou-se mais de 20% dos recursos. E que quase 50% deles, mesmo considerando o recurso do Proap, foram utilizados no financiamento de bolsas) e por “unidade de custo” (por exemplo, aproximadamente 1/3 dos recursos foram gastos diretamente pela

Coordenação do Programa, 1/3 especificamente para o doutorado e outro 1/3 com as subáreas do mestrado).

Com o modelo de três dimensões é possível também a identificação dos gastos por atividade desenvolvida no âmbito de cada unidade de custo (por exemplo, é possível identificar que mais da metade dos recursos utilizados na própria Coordenação são utilizados para o seu funcionamento, e também que mais 30% foram consumidos na realização da reunião do Colégio de Doutores e na Oficina de Publicação de Artigos.

6. Considerações Finais

Realizou-se o presente estudo tomando-se como parâmetro alguns objetivos específicos, os quais direcionaram todas as atividades desenvolvidas para se alcançar o objetivo geral do trabalho. Alguns deles se alcançaram. Para outros, houve a necessidade de serem repensados e, quando possível, reajustados.

Os principais objetivos deste trabalho foram o de contribuir para a discussão sobre a participação discente na produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. E paralelamente a isso, identificar uma forma de controle de custos que fosse a mais compatível com o PPGSS-SP/Ensp, para que a Coordenação do Programa pudesse ter a seu dispor a maior gama possível de informações relacionadas ao uso de seus recursos. Dessa forma, pretendeu-se possibilitar que a tomada de decisões, o planejamento das atividades e a definição de uma política de incentivos seja pautada em dados mais concretos e demonstrados de forma clara e objetiva.

Não há a menor dúvida quanto ao avanço ocorrido nas últimas décadas com relação à qualidade dos programas de Pós-Graduação, por conta do processo de avaliação implantado pela Capes desde 1976. Tampouco se pretende aqui questionar os critérios e as formas de avaliação, elaborados e implantados desde então, para essa finalidade.

O processo de avaliação, tal como é feito nos programas, passa constantemente por adaptações e ajustes. São realizadas pelos pares (docentes de outras IES) indicados pelos coordenadores dos programas de pós-graduação, por áreas do conhecimento, com o intuito de atender à realidade dos cursos, das IES, e principalmente às necessidades momentâneas e futuras de ensino no País.

Um dos objetos que deve estar no foco dos avaliadores são os próprios critérios utilizados na avaliação trienal. **Com os dados coletados neste estudo foi possível observar quão relevante é a contribuição do corpo discente na produção intelectual do Programa de Saúde Pública da Ensp. Procurou-se, aqui, contribuir com a discussão de incremento dessa participação como forma de proporcionar o aumento da produção intelectual, com a oferta de incentivos como estímulo aos discentes do programas.**

Promoveu-se também um levantamento com a intenção de conhecer de forma detalhada os principais sistemas de custeio. Assim, estudaram-se os sistemas: por ordem

de produção, por processo, sistema de custo padrão e sistema de custeio baseado em atividades (ABC).

Foi visto que para cada realidade institucional, ou ainda, de acordo com o objetivo que se pretende alcançar, deve-se optar por um ou outro método de apuração dos custos que atenda às necessidades e especificidades de cada órgão/setor.

Logo no início do processo de consultas realizadas na internet, sobre o assunto, descobriu-se o Projeto ACP, que, para responder a uma de suas questões, se utiliza do método ABC para o acompanhamento dos custos por ‘atividade’ desenvolvida em cada Unidade de Custo.

Paralelamente, intencionava-se, a princípio, conhecer a forma de gerenciamento dos recursos financeiros de outros programas similares. Seriam analisados programas da mesma área de atuação (Saúde Coletiva) que tivessem obtido a mesma nota na última avaliação da Capes e que tivessem a mesma magnitude, além de outros programas da própria Fiocruz também com nota 6. Realizou-se um levantamento dos possíveis programas para a análise, em que se definiu três para compor o universo do trabalho. Em consequência de apenas um dos programas consultados ter autorizado sua análise, **optou-se por descartar a realização desse objetivo no estudo como forma de preservar o direito de sigilo das informações referentes ao único Programa autorizado e à própria instituição.**

Ao pesquisar na internet os principais sistemas de custos utilizados no Brasil, principalmente por instituições públicas, **identificou-se a existência de um projeto desenvolvido** por dois pesquisadores da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, **implantado** por eles **como mecanismo de acompanhamento do orçamento e execução financeira** de todas as secretarias daquele estado.

Essa descoberta deu início a um processo de reflexão quanto à viabilidade de implantação do projeto no Programa de Saúde Pública da Ensp, considerando as suas características e a própria cultura institucional. Tal qual a maioria das instituições públicas do país, a Fiocruz e todas as suas Unidades não utilizam a aferição de custos como prática rotineira, embora a Ensp, durante determinado período, tenha assim trabalhado, sendo abandonada posteriormente por motivos não aprofundados neste estudo.

Ocorreram dificuldades para a realização do teste-piloto, sendo talvez a principal a necessidade de transpor os moldes do sistema em funcionamento no estado da Bahia

para um modelo 'manual'. Resolveu-se essa dificuldade com a criação de tabelas organizadas seguindo-se a lógica básica do sistema original, com a alimentação dos dados realizada diretamente no programa *Excel*. Do mesmo modo foram pensadas, apenas como o intuito de testar a ferramenta, algumas atividades rotineiras para as Unidades de Custo definidas.

7. **Recomendações**

Consideramos que a avaliação deve ser um processo contínuo e que possa permitir a reflexão e a possibilidade não de um recomeço, mas da retomada de procedimentos que porventura tenham sido abandonados. Ou, de forma contrária, do abandono de novos procedimentos que se apresentem, pelo menos momentaneamente, ineficientes, ineficazes ou simplesmente inapropriados. No entanto, deve haver a possibilidade de mudanças de rumo, considerando-se a avaliação como uma das várias etapas do processo de gestão.

Nesse sentido, a reflexão sobre alguns dos critérios considerados relevantes em um processo tão importante quanto a avaliação promovida pela Capes para os programas de pós-graduação *stricto sensu*, merece amplo e contínuo processo de rediscussão. Deve-se considerar que o resultado dessas avaliações representa, de forma mais objetiva, sua manutenção, a continuidade dos programas, a reestruturação deles, ou em última hipótese, o descredenciamento e o conseqüente encerramento de suas atividades.

1. Os **índices e indicadores** utilizados devem ser os mais abrangentes possíveis, para que dêem conta da realidade do objeto da avaliação.
2. A **participação do corpo discente** pode, e deve, ser considerada como fator crucial em um processo de auto-avaliação, no momento em que qualquer resultado obtido na avaliação formal, realizada pela Capes, terá conseqüências para os futuros discentes. Estes poderão inclusive ser os atuais discentes, realizando cursos em outros níveis. Por exemplo: um aluno atual de mestrado que oportunamente realize o doutorado na mesma instituição, o que inclusive é bastante comum. Outro fator extremamente relevante também para os discentes de um programa refere-se ao reconhecimento proporcionado por um título obtido em uma instituição de ensino bem conceituada, que confere ao profissional não só certo *status*, mas também uma garantia de que sua formação tenha sido bem acompanhada e que esteja bem preparado para o mercado.
3. Não menos importante, a avaliação trienal da Capes está também diretamente vinculada à **questão financeira**. De acordo com a nota obtida na última avaliação

poderão ocorrer variações, positivas ou negativas, quanto ao volume de recursos, número de cotas de bolsas e diferentes formas de utilização dos recursos. Por exemplo: um programa que obtenha no mínimo a nota 6, terá, por pelo menos duas avaliações consecutivas, seus recursos provenientes do Proap transformados em Proex, o qual apresenta maior flexibilidade, inclusive com a possibilidade de transformação total ou parcial dos recursos em bolsas destinadas aos alunos do programa.

4. No sentido de ampliar os **mecanismos de gestão financeira**, o ACP, pelo que se pôde observar, é potencialmente apropriado para ser implantado, a fim de atender ao intuito de planejamento, acompanhamento e avaliação na utilização dos recursos diretos disponíveis.

Com a implantação, será possível acompanhar de forma mais próxima e constante a aplicação dos recursos e as conseqüentes repercussões. Haverá a possibilidade de avaliar em quais setores estão ocorrendo maior aplicação dos recursos e quais os que estão recebendo incentivos menores. A coordenação terá mais subsídios para a tomada de decisões e, de médio a longo prazo, terá uma curva de acompanhamento (evolução) de aplicação por “Unidade de Custo”, “Item de Custo” e por atividade de cada unidade.

A informação pela informação não representa muita coisa, do ponto de vista gerencial, se não for bem coletada e trabalhada de forma sistematizada. O ACP permite que sejam alocados os custos, ou seja, os gastos, no exato momento de sua utilização, vinculando-o à Unidade que efetivamente foi beneficiada, relacionando-o especificamente ao item de custo do produto adquirido ou serviço contratado e, finalmente, à atividade-meio solicitante.

Por meio dessa sistematização de coleta de informações e sucessivos reagrupamentos permite-se, primeiramente, quase se eliminar a possibilidade de realização de gastos sem que estes sejam efetivamente conhecidos pela Coordenação. Esse objetivo é alcançado em virtude da própria finalidade do método ABC, no qual se evita a realização do rateio. É necessário, contudo, um período de observação, provavelmente a realização de entrevistas com pessoas-chave da própria coordenação e até a possibilidade de reuniões internas do setor a fim de se definirem de forma mais sensata e realística os percentuais de aplicação por atividade.

Como já dito anteriormente, esse sistema não interfere nos registros contábeis e demais sistemas de acompanhamento e controle financeiros atualmente utilizados na

instituição. Objetiva, em nível local, ser um complemento gerencial quanto à qualidade da informação referente à utilização prática dos recursos financeiros disponíveis, o que não se consegue por meio dos sistemas convencionais.

Finalmente, todos os benefícios obtidos com a utilização do ACP servirão de base para a discussão, elaboração e definição das políticas a serem estabelecidas no âmbito do Programa de Saúde Pública, por parte de seu colegiado, para que assim as metas previamente estabelecidas sejam atingidas e alcancem um número maior de beneficiados na utilização mais consciente de seus recursos financeiros, com maior eficiência e eficácia.

“Começar é bom, continuar é ótimo, mas terminar é tudo.”

Madre Maria Helena Cavalcanti

8. Referências bibliográficas

Abdalla J. Atendimento de qualidade ao cliente. SEBRAE-SP 2007. http://www.sebraesp.com.br/principal/abrindo%20seu%20neg%C3%B3cio/produtos%20sebrae/artigos/listadeartigos/atendimento_qualidade_cliente.aspx (acessado em 29/03/2007).

Cassiolato JE. A Economia do Conhecimento e as Novas Políticas Industriais e Tecnológicas. In: Lastres HMM, Albagli S, organizadoras. Informação e Globalização na Era do Conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Campus; 1999. p. 164-89.

Castelo-Branco K. Controles gerenciais na administração pública: um estudo de caso sobre sistemas de apuração de custos em instituições federais de ensino superior no Brasil [Dissertação de Mestrado Profissionalizante]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; 2003.

Comitê de Ética em Pesquisa, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Resolução CNS nº 196/96, Diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos. <http://www.Ensp.Fiocruz.br/etica/resolucoes.cfm> (acessado em 02/Nov/2005).

Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. Implantação de Indicadores de Desempenho para avaliação das unidades da SFC. <http://www.cgu.gov.br/sfc/institucional/projetos/indesem.htm> (acessado em 15/Jun/2006).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Estágio de doutorando. <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/EstagioDoutorando.htm> (acessado em 22/Out/2005).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Objetivos e componentes da avaliação da pós-graduação. http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Objetivos_Componentes_Avaliacao.htm (acessado em 22/Out/2005).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientações para Apresentação de Candidaturas ao Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior. <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/OrientacoesPDEE.pdf> (acessado em 22/Out/2005).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; 2004.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria Capes nº 10. Aprova o novo Programa de apoio à Pós-graduação; 2002. http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/PortariaPROAP_10_27032002.pdf (acessado em 22/Out/2005).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria Capes nº 52. Aprova o novo regulamento do Programa de Demanda Social; 2002. http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/Portaria_52_Regulamento_DS.pdf (acessado em 22/Out/2005).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria Capes nº 68. Define, para efeitos da avaliação da pós-graduação realizada pela Capes, as categorias de docentes dos programas desse nível de ensino; 2004. http://www.capes.gov.br/opencms/export/sites/capes/download/legislacao/Portaria_Capes_068_2004.pdf (acessado em 15/Jul/2006).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria Capes nº 87. Aprova o regulamento do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores; 2004. http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/Portaria_087_PRODOP_regulamento.pdf (acessado em 22/Out/2005).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Programa de Qualificação Institucional - PQI. <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/PQI.htm> (acessado em 22/Out/2005).

Cornélio RR. A formulação da decisão no nível estratégico de uma organização pública: um estudo sobre o processo decisório na SMS-RJ [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 1999.

Costa JA, Miranda Filho CR. Apropriação de Custos Públicos – metodologia e projeto. Salvador: Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia; 2002.
<http://ciberconta.unizar.es/LECCION/acp/ACP%20-%20Metodologia%20e%20Projeto.pdf> (acessado em 05/Out/2005).

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Comitê de Ética em Pesquisa.
<http://www.Ensp.Fiocruz.br/etica> (acessado em 02/Nov/2005).

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Linha do Tempo.
http://www.Ensp.Fiocruz.br/Ensp_linhatempo.cfm (acessado em 02/Nov/2005).

Ferreira HP. Sistema de gestão da qualidade – estudo de caso: Far-Manguinhos [Dissertação de Mestrado Profissional]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2004.

Freeman C. The ‘National System of Innovation’ in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics* 1995;19: 5-24.

Fundação Oswaldo Cruz. Plano quadrienal 2005-2008. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2005.

Gibbons M, Limoges C, Nowotny H, Schwartzman S, Scott P, Trow M. *The New Production of Knowledge – The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. London: Sage Publications; 1996.

Gondim Filho JG. Modelos de gestão financeira aplicados ao setor público do Ceará [Dissertação de Mestrado Profissionalizante]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2002.

Hortale VA. Modelo de avaliação Capes: desejável e necessário, porém, incompleto. Cadernos de Saúde Pública 2003; 19(6): 1837-40.

Hortale VA, Moreira COF. Auto-avaliação nos programas de pós-graduação na área da saúde coletiva: características e limitações. Ciência & Saúde Coletiva 2007. http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=432 aguardando publicação (acessada em 29/07/2007).

Hortale VA, Moreira COF, Koifman L. Avaliação da qualidade da formação: contribuição à discussão na área da saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva 2004; 9(4): 997-1002.

Lastres HMM, Ferraz JC. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado. In: Lastres HMM, Albagli S, organizadoras. Informação e Globalização na Era do Conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Campus; 1999. p. 27-57.

Lei nº 10.861. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União 2004; 15 abr.

Lei Complementar nº 101. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União 2000; 5 mai.

Maldonado JM. Administração Estratégica em Organizações de C&T. 1ª parte. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2005.

Mattos JG. Sistemas de Custeio. Hospital Universitário. Universidade Federal de Santa Catarina. <http://www.gea.org.br/scf/sistemas.html> (acessado em 18/Set/2005).

Ministério da Saúde. Anais da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

Mintzberg H. Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Editora Atlas; 1995.

Nakagawa M. ABC: Custeio Baseado em Atividades. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas; 2001.

Portaria Interna nº 006/2001. Reorganiza, no âmbito da Direção, as responsabilidades pela coordenação das atividades de ensino, pesquisa, cooperação e serviços, assim como pelas atividades de apoio técnico e administrativo, e dá outras providências. 2001; 12 jun.

Portaria nº 062/2005. Estabelece normas transitórias para estruturação e funcionamento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. 2005; 2 dez.

Prado LJ. Guia de Custos. Série Empresarial, Guia LJP e ZINE de Custos. Virtualbooks, 2001.
http://virtualbooks.terra.com.br/novalexandria/lauro/lauro_arquivos/vboguiacus01571.zip
p. (acessado em 21/Abr/2007).

Resolução nº 1/2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União 2001; 9 abr.

Rivera FJU, Artmann E, Freitas CM. Relatório Cenários da Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2004.

Silva EL, Menezes EM. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação – 3ª ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC; 2001.

Silveira FSS, Câmara RPB, Callado ALC, Duarte RF, Melo GT. Sustentabilidade Financeira. Apresentação no Seminário Sustentabilidade Financeira, ocorrido no dia 09/11/2004, pela UFPB. <http://www.ufpb.br/avalies/Seminario%20Sustentabilidade.pps>. (acessado em 18/Set/2005).

Vargas MA. Referencial Teórico. In: Proximidade territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local de processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2002.

Anexo I

Teste-piloto Projeto Apropriação de Custos Públicos - ACP Modelo de 2 dimensões

Julho / 2006

Consolidado do ACP (modelo de 2 dimensões! Aplicado ao Programa de Saúde Pública da ENSP referente ao ano de 2006

Unidades de Custo →		Coordenação do Programa	SECA	Doutorado	Subárea End, Amb e Soc	Subárea Epid. Geral	Subárea Planej e Gest de Sist e Serv de Saúde	Subárea Polit. Púb. e Saúde	Subárea San. Amb.	Subárea Saúde e Soc.	Subárea Saúde, Trab. e Amb.	Subárea Toxic. Ocup./Amb.	TOTAL	%
Itens de Custo ↓	Categorias de Custo ↓													
33.90.36	Custos Administrativos	6.382,40	3.654,00	4.340,00	1.470,00	2.133,27	2.050,00	980,00	400,00	950,00	1.064,00	1.064,00	24.487,67	3,51
33.90.39														
33.90.14	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	76.160,25	0,00	32.564,67	848,71	463,89	408,91	0,00	1.226,68	0,00	6.178,65	1.298,85	119.150,61	17,09
33.90.33														
33.90.36														
33.90.39														
33.90.14	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	0,00	0,00	21.296,97	0,00	3.012,54	2.239,94	1.414,55	1.595,45	1.293,62	432,95	0,00	31.286,02	4,49
33.90.33														
33.90.36														
33.90.36	Divulgação	3.300,00	7.230,00	5.282,00	5.050,20	8.570,40	2.072,80	863,70	1.743,90	779,40	1.554,30	1.746,10	38.192,80	5,48
33.90.39														
33.90.30	Informática	979,57	0,00	0,00	0,00	18.483,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.462,74	2,79
33.90.36	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	8.529,59	0,00	1.750,00	0,00	0,00	2.659,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.938,59	1,86
33.90.39														
33.90.47														
33.90.39	Mão-de-Obra Terceirizada	106.974,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.974,37	15,34
33.90.30	Material de Consumo	7.794,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.794,14	1,12
33.90.39	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	7.725,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.725,18	1,11
33.90.18	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	0,00	0,00	184.007,99	22.071,90	11.280,00	33.840,00	22.071,90	11.280,00	11.280,00	22.071,90	11.280,00	329.183,69	47,22
TOTAL		217.845,50	10.884,00	249.241,63	29.440,81	43.943,27	43.270,65	25.330,15	16.246,03	14.303,02	31.301,80	15.388,95	697.195,81	100,00
%		31,25	1,56	35,75	4,22	6,30	6,21	3,63	2,33	2,05	4,49	2,21	100,00	

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação da ENSP.

Descrição dos Elementos de Despesa

- 33.90.14 - Diárias - servidor
- 33.90.18 - Auxílio Financeiro a Estudantes
- 33.90.30 - Material de Consumo
- 33.90.33 - Passagens e Despesas com Locomoção
- 33.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
- 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 33.90.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas

Anexo II

Teste-piloto
Projeto Apropriação de Custos Públicos - ACP
Modelo de 3 dimensões

Julho / 2006

Unidade de Custo: Coordenação do Programa

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de profissionais	Nº de profissionais	Nº de convidados externos	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de profissionais	Nº de profissionais	Nº de bolsas
		5	5	-	2	40	-	2	5	5	-
		6.382,40	76.160,25	0,00	3.300,00	979,57	8.529,59	106.974,37	7.794,14	7.725,18	0,00
Atividades	Reunião do Colegiado de Doutores		49,41%		100,00%				2,00%	2,00%	2,00%
	Oficina de Publicação de Artigos		35,87%						2,00%	2,00%	2,00%
	Credenciamento de Professores								1,00%	1,00%	1,00%
	Apoio Alunos para participação em Eventos Científicos								3,00%	3,00%	3,00%
	Pagto de horas-aula a professores externos para ministrar aulas em disc. do Programa						100,00%		0,50%	0,50%	0,50%
	Processo de Bolsas Nota 10 da FAPERJ								0,50%	0,50%	0,50%
	Processo de Bolsas PDEE								0,25%	0,25%	0,25%
	Processo de Estágio de Pós-Doutorado								0,25%	0,25%	0,25%
	Participação da coordenação em reuniões diversas			10,12%					0,50%	0,50%	0,50%
	Gestão da Pós-Graduação	100,00%		4,60%			100,00%		90,00%	90,00%	90,00%
Soma		100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Coordenação do Programa

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de profissionais	Nº de profissionais	Nº de convidados externos	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de profissionais	Nº de profissionais	Nº de bolsas	
		5	5	-	2	40	-	2	5	5	-	
		6.382,40	76.160,25	0,00	3.300,00	979,57	8.529,59	106.974,37	7.794,14	7.725,18	0,00	217.845,50
Atividades	Reunião do Colegiado de Doutores		37.628,20		3.300,00			2.139,49	155,88	154,50		43.378,07
	Oficina de Publicação de Artigos		27.320,54					2.139,49	155,88	154,50		29.770,41
	Credenciamento de Professores							1.069,74	77,94	77,25		1.224,93
	Apoio Alunos para participação em Eventos Científicos							3.209,23	233,82	231,76		3.674,81
	Pagto de horas-aula a professores externos para ministrar aulas em disc. do Programa						8.529,59	534,37	38,97	38,63		9.141,56
	Processo de Bolsas Nota 10 da FAPERJ							534,37	38,97	38,63		611,97
	Processo de Bolsas PDEE							267,44	19,49	19,31		306,24
	Processo de Estágio de Pós-Doutorado							267,44	19,49	19,31		306,24
	Participação da coordenação em reuniões diversas			7.705,55				534,37	38,97	38,63		8.317,52
	Gestão da Pós-Graduação	1,00		3.505,96			979,57		96.276,93	7.014,73	6.952,66	

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Serviço de Gestão Acadêmica

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de profissionais	Nº de profissionais	Nº de convidados externos	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de profissionais	Nº de profissionais	Nº de bolsas
		7	7	-	2	56	-	6	7	7	-
		0,00	0,00	0,00	10.884,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades	Acompanhamento e Gestão do processo de seleção do curso de Mestrado										
	Acompanhamento e Gestão do processo de seleção do curso de Doutorado				66,43%						
	Acompanhamento da vida acadêmica dos discentes de Mestrado e Doutorado durante a realização do curso										
	Acompanhamento e Gestão de bolsas										
	Gestão do processo de encadernação e encaminhamento das teses/dissertações				33,57%						
	Levantamento de dados referentes aos discentes e seus orientadores										
soma		0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Serviço de Gestão Acadêmica

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de profissionais	Nº de profissionais	Nº de convidados externos	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de profissionais	Nº de profissionais	Nº de bolsas	
		7	7	-	2	56	-	6	7	7	-	
		0,00	0,00	0,00	10.884,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.884,00
Atividades	Acompanhamento e Gestão do processo de seleção do curso de Mestrado											0,00
	Acompanhamento e Gestão do processo de seleção do curso de Doutorado				7.230,00							7.230,00
	Acompanhamento da vida acadêmica dos discentes de Mestrado e Doutorado durante a realização do curso											0,00
	Acompanhamento e Gestão de bolsas											0,00
	Gestão do processo de encadernação e encaminhamento das teses/dissertações				3.654,00							3.654,00
	Levantamento de dados referentes aos discentes e seus orientadores											0,00

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Doutorado

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		192	192	28	1	-	1	-	192	192	11
		4.340,00	32.564,67	21.296,97	5.282,00	0,00	1.750,00	0,00	0,00	0,00	184.007,99
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		100,00%		64,98%						1,00%
	Aulas em disciplinas regulares do curso										56,00%
	Realização de qualificações ou defesas			100,00%							2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação				35,02%						1,00%
	Realização de pesquisas de campo						100,00%				40,00%
soma		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Doutorado

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas	
		192	192	28	1	-	1	-	192	192	11	
		4.340,00	32.564,67	21.296,97	5.282,00	0,00	1.750,00	0,00	0,00	0,00	184.007,99	249.241,63
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		32.564,67		3.432,00						1.840,08	37.836,75
	Aulas em disciplinas regulares do curso										103.044,47	103.044,47
	Realização de qualificações ou defesas			21.296,97							3.680,16	24.977,13
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	4.340,00										4.340,00
	Apresentação de trabalhos para publicação				1.850,00						1.840,08	3.690,08
	Realização de pesquisas de campo						1.750,00				73.603,20	75.353,20

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Endemias, Ambiente e Sociedade

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		39	39	7	1	-	-	-	39	39	2
		1.470,00	848,71	0,00	5.050,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.071,90
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		100,00%		26,74%						1,00%
	Aulas em disciplinas regulares do curso										56,00%
	Realização de qualificações ou defesas										2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação				73,26%						1,00%
	Realização de pesquisas de campo										40,00%
soma		100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Endemias, Ambiente e Sociedade

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total	
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas		
		39	39	7	1	-	-	-	39	39	2		
		1.470,00	848,71	0,00	5.050,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.071,90	29.440,81	
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		848,71		1.350,20						220,72	2.419,63	
	Aulas em disciplinas regulares do curso										12.360,26	12.360,26	
	Realização de qualificações ou defesas										441,44	441,44	
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	1.470,00										1.470,00	
	Apresentação de trabalhos para publicação				3.700,00							220,72	3.920,72
	Realização de pesquisas de campo											8.828,76	8.828,76

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Epidemiologia Geral

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		55	55	11	1	-	-	-	55	55	1
		2.133,27	463,89	3.012,54	8.570,40	18.483,17	0,00	0,00	0,00	0,00	11.280,00
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		100,00%		20,54%						1,00%
	Aulas em disciplinas regulares do curso			28,66%		100,00%					56,00%
	Realização de qualificações ou defesas			71,34%							2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação				79,46%						1,00%
	Realização de pesquisas de campo										40,00%
soma		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Epidemiologia Geral

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas	
		55	55	11	1	-	-	-	55	55	1	
		2.133,27	463,89	3.012,54	8.570,40	18.483,17	0,00	0,00	0,00	0,00	11.280,00	43.943,27
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		463,89		1.760,40						112,80	2.337,09
	Aulas em disciplinas regulares do curso			863,40		18.483,17					6.316,80	25.663,37
	Realização de qualificações ou defesas			2.149,14							225,60	2.374,74
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	2.133,27										2.133,27
	Apresentação de trabalhos para publicação				6.810,00						112,80	6.922,80
	Realização de pesquisas de campo										4.512,00	4.512,00

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Planejamento e Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		51	51	10	1	-	-	-	51	51	3
		2.050,00	408,91	2.239,94	2.072,80	0,00	2.659,00	0,00	0,00	0,00	33.840,00
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		100,00%		60,30%						1,00%
	Aulas em disciplinas regulares do curso										56,00%
	Realização de qualificações ou defesas			100,00%							2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação				39,70%						1,00%
	Realização de pesquisas de campo						100,00%				40,00%
soma		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Planejamento e Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas	
		51	51	10	1	-	-	-	51	51	3	
		2.050,00	408,91	2.239,94	2.072,80	0,00	2.659,00	0,00	0,00	0,00	33.840,00	43.270,65
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		408,91		1.249,80						338,40	1.997,11
	Aulas em disciplinas regulares do curso										18.950,40	18.950,40
	Realização de qualificações ou defesas			2.239,94							676,80	2.916,74
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	2.050,00										2.050,00
	Apresentação de trabalhos para publicação				823,00						338,40	1.161,40
	Realização de pesquisas de campo						2.659,00				13.536,00	16.195,00

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Políticas Públicas e Saúde

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		28	28	7	1	-	-	-	28	28	2
		980,00	0,00	1.414,55	863,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.071,90
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior				100,00%						1,00%
	Aulas em disciplinas regulares do curso										56,00%
	Realização de defesas			100,00%							2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação										1,00%
	Realização de pesquisas de campo										40,00%
soma		100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Políticas Públicas e Saúde

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas	
		28	28	7	1	-	-	-	28	28	2	
		980,00	0,00	1.414,55	863,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.071,90	25.330,15
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior				863,70						220,72	1.084,42
	Aulas em disciplinas regulares do curso										12.360,26	12.360,26
	Realização de defesas			1.414,55							441,44	1.855,99
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	980,00										980,00
	Apresentação de trabalhos para publicação										220,72	220,72
	Realização de pesquisas de campo										8.828,76	8.828,76

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Saneamento Ambiental

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		9	9	3	1	-	-	-	9	9	1
		400,00	1.226,68	1.595,45	1.743,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.280,00
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		100,00%		100,00%						1,00%
	Aulas em disciplinas regulares do curso										56,00%
	Realização de qualificações ou defesas			100,00%							2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação										1,00%
	Realização de pesquisas de campo										40,00%
soma		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Saneamento Ambiental

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas	
		9	9	3	1	-	-	-	9	9	1	
		400,00	1.226,68	1.595,45	1.743,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.280,00	16.246,03
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		1.226,68		1.743,90						112,80	3.083,38
	Aulas em disciplinas regulares do curso										6.316,80	6.316,80
	Realização de qualificações ou defesas			1.595,45							225,60	1.821,05
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	400,00										400,00
	Apresentação de trabalhos para publicação										112,80	112,80
	Realização de pesquisas de campo										4.512,00	4.512,00

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Saúde e Sociedade

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		12	12	0	1	-	-	-	12	12	1
		950,00	0,00	1.293,62	779,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.280,00
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior			100,00%	26,48%						1,00%
	Aulas em disciplinas regulares do curso										56,00%
	Realização de defesas										2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação				73,52%						1,00%
	Realização de pesquisas de campo										40,00%
soma		100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Saúde e Sociedade

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas	
		12	12	0	1	-	-	-	12	12	1	
		950,00	0,00	1.293,62	779,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.280,00	14.303,02
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior			1.293,62	206,40						112,80	1.612,82
	Aulas em disciplinas regulares do curso										6.316,80	6.316,80
	Realização de defesas										225,60	225,60
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	950,00										950,00
	Apresentação de trabalhos para publicação				573,00						112,80	685,80
	Realização de pesquisas de campo										4.512,00	4.512,00

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Saúde, Trabalho e Ambiente

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		18	18	6	1	-	-	-	18	18	2
		1.064,00	6.178,65	432,95	1.554,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.071,90
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		44,06%		100,00%						1,00%
	Participação do corpo docente em eventos no Brasil e no exterior		55,94%	100,00%							
	Aulas em disciplinas regulares do curso										56,00%
	Realização de defesas										2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação										1,00%
	Realização de pesquisas de campo										40,00%
soma		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Saúde, Trabalho e Ambiente

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LRF	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas	
		18	18	6	1	-	-	-	18	18	2	
		1.064,00	6.178,65	432,95	1.554,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.071,90	31.301,80
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		2.722,15		1.554,30						220,72	4.497,17
	Participação do corpo docente em eventos no Brasil e no exterior		3.456,50	432,95								3.889,45
	Aulas em disciplinas regulares do curso										12.360,26	12.360,26
	Realização de defesas										441,44	441,44
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	1.064,00										1.064,00
	Apresentação de trabalhos para publicação										220,72	220,72
	Realização de pesquisas de campo										8.828,76	8.828,76

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Toxicologia Ocupacional/Ambiental

Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LR F	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas
		18	18	5	1	-	-	-	18	18	1
		1.064,00	1.298,85	0,00	1.746,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.280,00
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		100,00%		100,00%						1,00%
	Aulas em disciplinas regulares do curso										56,00%
	Realização de qualificações ou defesas										2,00%
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	100,00%									
	Apresentação de trabalhos para publicação										1,00%
	Realização de pesquisas de campo										40,00%
soma		100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Unidade de Custo: Subárea Toxicologia Ocupacional/Ambiental

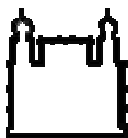
Categorias de Custo →		Custos Administrativos	Deslocamentos para Participação em Eventos (fora da sede)	Deslocamentos para Participação em Eventos (na sede)	Divulgação	Informática	Mão-de-Obra Terceirizada/LR F	Mão-de-Obra Terceirizada	Material de Consumo	Serviços Públicos (ou de Utilidade Pública)	Subvenções, Premiações e Auxílios (bolsas)	Total
Direcionadores →		Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de discentes com previsão de defesa	Nº de Cursos	Horas de uso(dia) X nº de computadores	Nº de contratados	Nº de contratados	Nº de discentes	Nº de discentes	Nº de bolsas	
		18	18	5	1	-	-	-	18	18	1	
		1.064,00	1.298,85	0,00	1.746,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.280,00	15.388,95
Atividades	Participação do corpo discente em eventos no Brasil e no exterior		1.298,85		1.746,10						112,80	3.157,75
	Aulas em disciplinas regulares do curso										6.316,80	6.316,80
	Realização de qualificações ou defesas										225,60	225,60
	Cópia de textos para aulas e/ou pesquisas	1.064,00										1.064,00
	Apresentação de trabalhos para publicação										112,80	112,80
	Realização de pesquisas de campo										4.512,00	4.512,00

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação.

Anexo III

Teste-piloto
Projeto Apropriação de Custos Públicos – ACP
Lista com a Execução Financeira dos Recursos do Tesouro
Referentes à Coordenação de Pós-Graduação da ENSP
2006

Julho de 2006



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Data: 21/07/2007 16:04

Execução Detalhada - De 01/01/2006 à 31/12/2006

Fonte	015100000 - RECURSO DO TESOURO				
Programa de Trabalho	1311854100000000 - Educação Perm. e Qualif. Prof. p/SUS- Formação de RH em ..				
Elemento de Despesa	339014 - Diárias - Pessoal Civil		Total Elemento de Despesa	1.461,71	
Elemento de Despesa	339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes		Total Elemento de Despesa	329.183,69	
Elemento de Despesa	339036 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física		Total Elemento de Despesa	7.761,59	
Elemento de Despesa	339039 - Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica				
Nº Empenho	Emissão	Processo	Favorecido	Tipo	Valor
			GRÁFICA E EDITORA (externa) banners	CONDOMINIAL	24.436,80
			GRÁFICA (Fiocruz)	CONDOMINIAL	6.382,40
			TERCEIRIZAÇÃO	CONDOMINIAL	106.974,37
			ENVIO DE CORRESPONDÊNCIAS	CONDOMINIAL	573,35
			TELEFONIA	CONDOMINIAL	7.151,83
			TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	EMPENHADO	13.756,00
			ORGANIZAÇÃO COLÉGIO DE DOUTORES – CIA DE TURISMO	EMPENHADO	37.628,20
			CARTÕES DE XEROX (DISCENTES)	EMPENHADO	14.451,27
				Total Elemento de Despesa	211.354,22
Elemento de Despesa	339147 - Contribuições Previdenciária -INSS				
Nº Empenho	Emissão	Processo	Favorecido	Tipo	Valor
				Total Elemento de Despesa	768,00
				Total Programa de Trabalho	550.529,21
				Total Fonte	550.529,21

Anexo IV

Teste-piloto
Projeto Apropriação de Custos Públicos - ACP
Lista com a Execução Financeira dos Recursos do PROAP
referentes ao Programa de Saúde Pública - ENSP
2006

Julho / 2006

Num	Data	Interessado	Observação	Elemento de Despesa						
				DIÁRIAS '339014	MAT. CONSUMO '339030	PASSAGENS 339033	SERVIÇOS P.FÍSICA '339036	SERVIÇOS P.JURÍD. 339039	EXERC. ANT. '339092	REEMBOLSO '339093
01	31/1/2006	Professor "1" Prof. Externo	Participar Banca doutorado	116,83		746,50				
02	8/1/2006	Aluna "A" aluna doutorado	Participar Congresso	389,41						
03	9/2/2006	Professora "2" Professor Externo	Participar Banca doutorando	116,83		940,60				
04	15/2/2006	Professora "3" Professor Externo	Participar Banca doutorado	178,68		1.507,00				
05	7/3/2006	Aluna "B" aluna doutorado	Participar Congresso no exterior (Diária inter \$ 780,00)	1.723,80						
06	8/3/2006	Professor "4" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		940,60				
07	8/3/2006	Professor "5" Professor Externo	Ministrar aula na discipl. "Meta-Análise" (Epid.)	116,83		746,57				
08	10/3/2006	Aluna "C" Aluna Mestrado (Toxic.)	Participar Simpósio	432,95						
09	10/3/2006	Professor "6" Membro Coordenação PG/ENSP	Participar Reunião na CAPES	113,73		896,24				
10	10/3/2006	Aluna "D" aluna Mestrado (Saneam.)	Participar Seminário	432,95						
11	13/3/2006	Professor "7" Professor Externo	Participar Qualificação doutorado	432,95						
12	17/3/2006	Professora "8" Membro Coordenação PG/ENSP	Participar Reunião criação curso em Campo Grande-MS	220,08		1.035,84				
13	24/3/2006	Professora "9" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		834,04				
14	24/6/2006	Professor "10" Professor Externo	Participar Banca Doutorado	106,54		640,23				
15	5/4/2006	Professora "11" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		1.172,24				
16	5/4/2006	Professor "12" Professor Externo	Participar Banca Mest (Plan.)	116,83		834,04				
17	6/4/2006	Aluna "E" aluna Mestrado (Saneam.)	Participar Congresso	360,78						
18	7/4/2006	Aluno "F" aluno doutorado	Participar Congresso no exterior (diária internacional \$ 1550)	3.425,50						
19	12/4/2006	Aluna "G" aluna doutorado	Participar Congresso no exterior (diária internacional \$ 1550)	3.425,50						
20	20/4/2006	Professor "13" Professor Externo	Participar Banca Mest (Plan.)	116,83		1.172,24				
21	4/5/2006	Professora "14" Professor Externo	Participar Banca doutorado	240,53		640,23				
23	11/5/2006	Professora "15" Professor Externo	Participar Banca doutorado	227,45		834,04				
24	16/5/2006	Professora "16" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		940,60				
26	19/5/2006	Professor "17" Professor Externo	Participar Banca Mest (Epid.)	240,53		834,04				

Num	Data	Interessado	Observação	Elemento de Despesa						
				DIÁRIAS '339014	CONSUMO '339030	PASSAGENS 339033	P.FÍSICA '339036	P.JURÍD. 339039	ANT. '339092	REEMBOLSO '339093
27	29/5/2006	Professor "18" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83						
28	29/5/2006	Aluna "H" aluna doutorado	Realizar Curso em São Paulo	859,03		834,04				
29	9/6/2006	Professor "19" Professor da ENSP	Participar Banca doutorado	351,15		1.172,24				
31	14/6/2006	Aluna "I" aluna doutorado	Participar Reunião Científica	408,91						
32	14/6/2006	Aluna "J" aluna doutorado	Participar Congresso	360,78						
33	14/6/2006	Aluna "L" aluna doutorado	Participar Congresso	360,78						
34	14/6/2006	Aluna "M" aluna Mestrado (Saúde, Trab. e Amb.)	Participar Congresso	279,00						
35	21/6/2006	Professora "20" Professor da ENSP	Participar Banca doutorado	110,29		1.543,74				
36	3/7/2006	Aluna "N" aluna Mestrado (Toxic.)	Participar Congresso	432,95						
37	3/7/2006	aluna "C" aluna Mestrado (Toxic.)	Participar Congresso	432,95						
38	3/7/2006	Professor "21" Professor Externo	Participa Banca doutorado	240,53						
39	3/7/2006	Aluna "O" aluna Mestrado (Saúde, Trab. e Amb.)	Participar Congresso	408,91						
	3/7/2006	Aluna "P" aluna Mestrado (Saúde, Trab. e Amb.)	Participar Congresso	463,89						
41	3/7/2006	Aluna "Q" aluna Mestrado (Planej.)	Participar Congresso	408,91						
42	10/7/2006	Aluna "R" aluna doutorado	Participar Conferência no exterior (diária internacional s\$ 1.550)	3.518,50						
43	10/7/2006	Professora "22" Professor Externo	Participar Banca Mest (Epid.)	240,53						
44	11/7/2006	Aluna "S" aluna Mestrado (Saúde, Trab. e Amb.)	Participar Congresso	408,91						
45	12/7/2006	Professora "22" Professor Externo	Banca Mest (Epid.) Ana Paula E. Pereira			834,04				
46	26/7/2006	Professor "23" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		834,06				
47	26/7/2006	Professora "24" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		834,06				
48	27/7/2006	Professor "25" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		834,06				
49	8/8/2006	Professora "26" Professor Externo	Participar painel no CESTE (Saúde, Trab. e Amb.)	432,95						
50	8/8/2006	Professor "27" Professor Externo	Participar Congresso ABRASCO (a convite da PG)	432,95						
51	15/8/2006	Aluno "T" aluno doutorado	Participar Congresso	360,78						

Num	Data	Interessado	Observação	Elemento de Despesa						
				DIÁRIAS '339014	CONSUMO '339030	PASSAGENS 339033	P.FÍSICA '339036	P.JURÍD. 339039	ANT. '339092	REEMBOLSO '339093
52	15/8/2006	Professora "28" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		1.543,74				
53	17/8/2006	Aluna "U" aluna doutorado (servidora)	Participar Congresso no exterior (diária InternacionalS\$ 1.550)	3.394,50						
54	17/8/2006	Aluna "V" aluna doutorado (servidora)	Participar Congresso no exterior (diária InternacionalS\$ 1.550)	3.394,50						
55	22/8/2006	Aluna "X" aluna Mestrado (Endemias)	Participar Congresso	415,76						
56	24/8/2006	Professora "29" Professora da ENSP (Saúde, Trab. e Amb.)	Participar Congresso no exterior (diária internacional S\$ 1.550)	3.456,50						
57	12/9/2006	Aluna "D" aluna Mestrado (Sanem.)	Participar Simpósio	432,95						
58	15/9/2006	Aluno "Z" aluno doutorado	Participar Congresso	360,78						
59	18/10/2006	Aluna "A-1" aluna Mestrado (Saúde, Trab. e Amb.)	Participar Congresso	463,89						
60	25/10/2006	Aluna "B-1" aluna doutorado	Participar Congresso no exterior (diária internacional \$ 1.300)	2.886,00						
61	30/10/2006	Aluna "I" aluna doutorado	Participar Congresso	463,89						
62	30/10/2006	Aluna "C-1" aluna Mestrado (Epid.)	Participar Congresso	463,89						
63	30/10/2006	Aluna "D-1" aluna doutorado	Participar Congresso	463,89						
64	30/10/2006	Aluna "E-1" aluna Mestrado (Saúde, Trab. e Amb.)	Participar Congresso	697,55						
65	31/10/2006	Aluna "F-1" aluna doutorado	Participar Congresso no exterior (diária internacional \$ 1.300)	2.821,00						
66	31/10/2006	Aluna "G-1" aluna doutorado	Participar Congresso no exterior (diária internacional \$ 1.300)	2.821,00						
67	31/10/2006	Professora "30" Professora da ENSP	Participar entrega Prêmio na CAPES	237,76		1.534,74				
68	7/11/2006	Aluna "H-1" aluna doutorado	Participar Seminário	292,08						
69	30/10/2006	Professora "31" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		896,24				
70	30/10/2006	Professor "32" Professor Externo	Participar Banca doutorado	116,83		1.035,84				
71	1/11/2006	Professora "8" Membro Coordenação PG/ENSP	Participar entrega Prêmio na CAPES	237,76		1.534,74				
72	1/11/2006	Aluna "I-1" aluna Mestrado (Endemias)	Participar Congresso	432,95						
73	17/11/2006	Profissional "A" Terceirizado da ENSP	Participar Treinamento na CAPES	218,24		1.534,74				
74	16/11/2006	Profissional "B" Terceirizado da ENSP	Participar Treinamento na CAPES	218,24		1.534,74				
75	17/11/2006	Empresa de suprimentos "A"	Compra de Gravador de DVD	255,00						

Num	Data	Interessado	Observação	Elemento de Despesa						
				DIÁRIAS '339014	CONSUMO '339030	PASSAGENS 339033	P.FÍSICA '339036	P.JURÍD. 339039	ANT. '339092	REEMBOLSO '339093
76	20/12/2006	Empresa Importadora "B"	Compra de Suporte telefone articulado	87,89						
77	1/12/2006	Empresa de suprimentos "C"	Compra de filtro de linha	49,80						
78	1/12/2006	Empresa de suprimentos "D"	Compra de pen drive de 1 gb (5 unidades)	674,77						
79	5/12/2006	Empresa de suprimentos "E"	Encadernação teses e dissertações					3.654,00		
80	6/12/2006	Profissional "C" prestados de serviços (autônomo)	Trabalho de campo (entrevistas) pesquisa aluno doutorado				1.750,00			
81	6/12/2006	Profissional "D" prestador de serviços (autônomo)	Serviço de transcrição de fitas entrevistas pesquisa aluno Mestrado (Planej.)				2.659,00			
82	14/12/2006	Empresa representações "F"	Aluguel 15 laptops para a disc. "Análise de Dados Estatísticos" (Epid.)					18.483,17		
83	15/12/2006	Professor "33" Professor Externo	Participar Banca Mest (Saúde e Soc.)	116,83		1.176,79				
84	19/12/2006	Empresa Turismo "G"	Hospedagem de Professores e alunos paa a realização de Oficina Científica					27.320,54		
85	20/12/2006	Empresa Papelaria "H"	Compra de material de escritório		7.706,25					
86	28/12/2006	Professor "34" professor externo	participar Banca Mestrado (polit.)	237,76		1.176,79				
87	28/12/2006	Professora "35" professor externo	Participar Banca Mestrado (Sanem)	237,76		1.357,69				
TOTAL GASTO				146.666,60						

